UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

AUDITORIA INDEPENDENTE NO BRASIL: EVOLUÇÃO DE 1997 A 2008 E
FATORES QUE PODEM INFLUENCIAR A ESCOLHA DE UM AUDITOR
PELA EMPRESA AUDITADA

Simone Povia Silva

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

SÃO PAULO

2010

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Junior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

SIMONE POVIA SILVA

**AUDITORIA INDEPENDENTE NO BRASIL: EVOLUÇÃO DE 1997 A 2008 E
FATORES QUE PODEM INFLUENCIAR A ESCOLHA DE UM AUDITOR
PELA EMPRESA AUDITADA**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

SÃO PAULO

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Silva, Simone Povia

Auditoria independente no Brasil: evolução de 1997 a 2008 e fatores que podem influenciar a escolha de um auditor pela empresa auditada / Simone Povia Silva. -- São Paulo, 2010.

147 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2010.

Orientador: Ariovaldo dos Santos.

1. Auditoria 2. Auditoria – Brasil – 1997-2008 3. Auditores

I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade II. Título.

CDD – 657.45

Aos meus pais, Edmundo e Lourdes,
pelos ensinamentos e confiança.
Obrigada por tudo!!

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Ariovaldo dos Santos, pelo apoio, confiança e auxílio para que esta dissertação se concretizasse. Suas palavras, não somente acadêmicas, foram essenciais para este trabalho e meu desenvolvimento acadêmico.

Aos membros de minha banca, Prof. Nelson Carvalho e Prof. Álvaro Ricardino, pelas pertinentes sugestões de melhoria para esta dissertação.

Ao Prof. João Paccez, não somente pela oportunidade de participar por duas vezes pelo PAE (Programa de Aperfeiçoamento de Ensino), que certamente trouxe aprendizado e reflexão sobre o relacionamento entre professor e aluno, mas pela também por todo o incentivo.

Ao Prof. Gilberto Martins, pela contribuição para que esse trabalho se efetive, assim como a todos os professores do Departamento de Contabilidade.

Um especial agradecimento ao amigo Guillermo Braunbeck, pela enorme contribuição e pelas diversas conversas sobre auditoria independente, que tanto auxiliaram a elaboração deste trabalho.

Ao amigo João Vinícius, também pela importante ajuda para que os resultados desta dissertação fossem alcançados.

Aos colegas Fernando e Jesusmar, pela ajuda na elaboração desta dissertação, ideias e tempo disponibilizado.

Aos colegas da turma de mestrado, especialmente Gustavo Marim e Patrícia Vieira, pelas conversas, companhia e motivação durante o período em que cursamos as aulas e escrevemos nossos trabalhos. A presença de vocês foi muito importante.

Aos meus irmãos, Renato e Marcos. Sem a presença de vocês nada teria sentido algum.

Às minhas amigas de tantos anos Luana, Adriana, Érica, Paula, Sonia, por toda a ajuda, não somente neste período, e também pela paciência com minha ausência em diversos momentos importantes de nossas vidas.

Ao Rogério, pela presença especial.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

As informações contábeis são de grande importância para o equilíbrio do relacionamento entre os *stakeholders*, sendo direcionadoras para a alocação de seus recursos. A auditoria independente, nesse contexto, surge como um importante mecanismo que contribui para proporcionar confiabilidade a essas informações, reduzindo o conflito de agência inerente a esse relacionamento, ao expressar uma opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis às práticas de contabilidade. Diversas são as empresas de auditoria independente cadastradas na Comissão de Valores Mobiliários para realizar tais trabalhos no Brasil; no entanto, quatro empresas se destacam nesse rol: PriceWaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young. Essas quatro empresas são mundialmente conhecidas como “*Big Four*”. Até 2001, tal grupo era denominado “*Big Five*” e tinha como integrante a Arthur Andersen, que deixou de atuar no ramo a partir de 2002. Este trabalho buscou verificar a participação dessas empresas no Brasil no período de 1997 a 2008. Para tanto, as empresas auditadas foram classificadas pelo ramo de atividade, controle acionário e negociação em bolsa de valores, a fim de verificar a participação das empresas de auditoria sob diferentes aspectos. A amostra foi composta de 2.024 empresas constantes do banco de dados da FIPECAFI no período contemplado na pesquisa. Os resultados apontam que, na média do período, aproximadamente 80% dos ativos das grandes empresas atuantes no Brasil são auditados por empresas do grupo “*Big Four*”. Em 2008 a líder geral no Brasil foi a KPMG, responsável por auditar mais de 30% dos ativos da amostra. Outro objetivo deste trabalho foi detectar características das empresas auditadas que poderiam ser indicadores para a empresa escolher um auditor componente do grupo das maiores empresas de auditoria independente, focando-se na influência dos credores nessa decisão. Para esse objetivo foram coletados dados contábeis das empresas auditadas, além das informações não contábeis já utilizadas na primeira análise de participação das auditadas (ramo de atividade, controle acionário e negociação em bolsa de valores) e aplicado o teste estatístico de regressão logística. Os resultados não mostraram que a situação econômica e financeira da auditada influencia essa escolha, mas apontaram para a importância do controle acionário e do porte da auditada.

Palavras-chave: auditoria independente, participação no mercado, teoria da agência, credores.

ABSTRACT

Accounting information have great importance for the balance of the relationship among stakeholders, and driving to the allocation of its resources. The independent audit, in this context, emerged as an important mechanism that helps to provide reliability of this information, reducing the agency conflict inherent in that relationship, to express an opinion on the adequacy of financial statements to accounting practices. There are several independent auditing firms registered at the Securities Commission to carry out such works in Brazil, however, four companies stand out in this list: PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG and Ernst & Young. These four companies are worldwide known as "Big Four". Until 2001, this group was called "Big Five" and had as a member Arthur Andersen, which no longer operate in the sector since 2002. This study aimed to verify their participation in Brazil from 1997 to 2008. For this, the audited companies were classified by line of business, stock control and trading on stock exchanges in order to assess the role of audit firms under different aspects. The sample consisted of 2024 companies listed in the database FIPECAFI the period covered in the survey. The results show that the average period of approximately 80% of the assets of large companies operating in Brazil are audited by firms of the group "Big Four". In 2008 the overall leader in Brazil was KPMG, responsible for auditing more than 30% of assets in the sample. Another objective was to identify characteristics of the audited companies that could be indicators for the company to choose an auditor of the component group of the largest independent audit, focusing on the influence of creditors in that decision. For this purpose, data were collected from accounting firms audited in addition to the information which were already used in the prior market share analysis (line of business, ownership control and stock trading on stock exchanges) and applied logistic regression statistical test. The results have shown that the economic and financial situation do not have any influence in that choice, but pointed the importance of ownership control and audited firm's size in that choice.

Keywords: independent audit, market share, agency theory, creditors.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	3
LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	6
1 INTRODUÇÃO	7
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	7
1.2 HISTÓRICO DA AUDITORIA NO BRASIL.....	9
1.3 PESQUISAS RECENTES.....	11
1.4 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.5 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	17
1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	20
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2 PLATAFORMA TEÓRICA	23
2.1 INFORMAÇÃO CONTÁBIL E TOMADA DE DECISÕES.....	23
2.2 AUDITORIA INDEPENDENTE.....	26
2.3 CONFLITO DE AGÊNCIA	33
2.4 ASSIMETRIA INFORMACIONAL.....	36
2.5 TEORIA DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	39
2.6 TEORIA DA MAXIMIZAÇÃO DA RIQUEZA DOS ACIONISTAS	41
3 METODOLOGIA	43
3.1 TIPO DE PESQUISA	43
3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA	44
3.3 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	45
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	48
3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	58
4 PRIMEIRA ETAPA (Objetivo Geral)	59
4.1 ANÁLISE DOS DADOS	59
4.2 ANÁLISE DOS DADOS EM MOEDA CONSTANTE.....	92
4.3 CONCLUSÕES	99
5 ANÁLISE DA SEGUNDA ETAPA (Objetivo Específico)	103
5.1 ANÁLISE ANUAL	105
5.1.1 1997.....	105
5.1.2 1998.....	106

5.1.3	1999	108
5.1.4	2000	109
5.1.5	2001	111
5.1.6	2002	112
5.1.7	2003	113
5.1.8	2004	113
5.1.9	2005	114
5.1.10	2006	115
5.1.11	2007	116
5.1.12	2008	117
5.2	CONCLUSÕES	118
6	CONCLUSÕES FINAIS	121
	REFERÊNCIAS	122
	ANEXOS	128
1	RELAÇÃO DE EMPRESAS QUE COMPUSERAM A AMOSTRA	128
1.1	Ramo Industrial	128
1.2	Ramo Comercial	135
1.3	Ramo de Prestação de Serviços	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Empresas e Auditores	48
Tabela 1. Empresas e Auditores	60
Tabela 2. Empresas e Auditores	61
Tabela 3. Empresas por Ramo de Atividade	63
Tabela 4. Empresas por Ramo de Atividade	64
Tabela 5. Auditoria do Ramo Industrial	65
Tabela 6. Auditoria do Ramo Industrial	66
Tabela 7. Auditoria do Ramo Comercial	67
Tabela 8. Auditoria do Ramo Comercial	68
Tabela 9. Auditoria do Ramo de Serviços.....	70
Tabela 10. Auditoria do Ramo de Serviços.....	71
Tabela 11. Telecomunicações	73
Tabela 12. Siderurgia e Metalurgia	74
Tabela 13. Química e Petroquímica	75
Tabela 14. Energia.....	76
Tabela 15. Mineração.....	77
Tabela 16. Empresas Auditadas e Ações na Bolsa de Valores	78
Tabela 17. Empresas Abertas e Respectivos Auditores	80
Tabela 18. Empresas Fechadas e Respectivos Auditores.....	80
Tabela 19. Empresas Auditadas e Ações na Bolsa de Valores	81
Tabela 20. Empresas Abertas e Respectivos Auditores	81
Tabela 21. Empresas Fechadas e Respectivos Auditores.....	82
Tabela 22. Controle Acionário das Empresas Auditadas e Auditores	85
Tabela 23. Empresas Nacionais e Auditores (Total de Ativos)	87
Tabela 24. Empresas Estrangeiras e Auditores (Total de Ativos).....	88
Tabela 25. Empresas Estatais e Auditores (Total de Ativos).....	89
Tabela 26. Tipos de Parecer emitidos pelas Empresas de Auditoria	91
Tabela 27. Empresas e Auditores (Total de Ativos Corrigidos)	92
Tabela 28. Empresas por Ramo de Atividade (Total de Ativos Corrigidos)	93
Tabela 29. Auditoria do Ramo Industrial (Total de Ativos Corrigidos)	93
Tabela 30. Auditoria do Ramo Comercial (Total de Ativos Corrigidos).....	94

Tabela 31. Auditoria do Ramo de Serviços (Total de Ativos Corrigidos).....	95
Tabela 32. Empresas Auditadas e Ações na Bolsa de Valores (Total de Ativos Corrigidos)..	95
Tabela 33. Empresas Abertas e Respective Auditores (Total de Ativos Corrigidos)	96
Tabela 34. Empresas Fechadas e Respective Auditores (Total de Ativos Corrigidos).....	97
Tabela 35. Empresas Nacionais e Auditores (Total de Ativos Corrigidos)	97
Tabela 36. Empresas Estrangeiras e Auditores (Total de Ativos Corrigidos)	98
Tabela 37. Empresas Estatais e Auditores (Total de Ativos Corrigidos).....	98
Tabela 38. Liderança nos Ramos de Atividade.....	100
Tabela 39. Liderança na Negociação de Ações em Bolsa de Valores	100
Tabela 40. Liderança no Controle Acionário	101
Tabela 41. Comparação Real x Nominal dos Ativos Auditados (1997-2008).....	102
Tabela 42. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (1997)	106
Tabela 43. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (1998)	107
Tabela 44. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (1999)	108
Tabela 45. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2000)	110
Tabela 46. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2001)	111
Tabela 47. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2002)	112
Tabela 48. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2003)	113
Tabela 49. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2004)	114
Tabela 50. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2005)	115
Tabela 51. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2006)	116
Tabela 52. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2007)	117
Tabela 53. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2008)	118
Tabela 54. Quadro Resumo das Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (1997-2008).....	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Empresas e Auditores.....	61
Gráfico 2. Empresas e Auditores (Total dos Ativos)	62
Gráfico 3. Auditoria do Ramo Industrial (Total de Ativos).....	66
Gráfico 4. Auditoria do Ramo Comercial (Total de Ativos).....	69
Gráfico 5. Auditoria do Ramo de Serviços (Total de Ativos).....	71
Gráfico 6. Telecomunicações	74
Gráfico 7. Siderurgia e Metalurgia.....	75
Gráfico 8. Química e Petroquímica.....	76
Gráfico 9. Energia	77
Gráfico 10. Mineração.....	78
Gráfico 11. Empresas Abertas e Fechadas e Auditoria (Média do Total de Ativos)	83
Gráfico 12. Empresas Abertas e Respectivos Auditores (Total de Ativos)	83
Gráfico 13. Empresas Fechadas e Respectivos Auditores (Total de Ativos).....	84
Gráfico 14. Empresas Nacionais e Auditores (Total de Ativos)	88
Gráfico 15. Empresas Estrangeiras e Auditores (Total de Ativos)	89
Gráfico 16. Empresas Estatais e Auditores (Total de Ativos).....	90
Gráfico 17. Ativos Corrigidos X Ativos Nominais auditados pela Price.....	101

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. Hipótese de Pesquisa	16
--	----

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os trabalhos das empresas de auditoria independente são fundamentais para a validação e credibilidade das demonstrações contábeis. Usuários externos, como por exemplo, os investidores, credores, clientes e o governo dependem ainda mais desses trabalhos para a tomada de decisões econômicas, uma vez que não acompanham os processos internos das empresas. Franco e Marra (2001, p. 43) elencam os principais interessados pela atuação da auditoria; nesse rol estão, por exemplo:

[...] os investidores que não tomam parte ativa na administração de uma sociedade (é o caso dos acionistas em sociedades abertas) e os financiadores e fornecedores que desejam ver confirmada a possibilidade de liquidação de seus créditos.

O objeto de trabalho da auditoria independente, regra geral, são as demonstrações contábeis elaboradas pela empresa auditada, cujo objetivo é evidenciar a posição financeira e patrimonial da empresa, analisando-as a fim de verificar a adoção adequada de princípios e padrões de contabilidade, com testes e procedimentos próprios que possibilitem atestar sua correspondência com a realidade, oferecendo maior credibilidade a essas demonstrações. Credibilidade é requisito fundamental para o bom funcionamento do mercado. Segundo a abordagem ética da contabilidade, apresentada por Iudícibus (2009, p. 07): “[...] a Contabilidade deveria apresentar-se como **justa e não enviesada** para todos os interessados. Deveria repousar nas noções de verdade e *fairness*.” Essa expectativa por uma visão justa e não enviesada, evidentemente, contribui para a exigência de informações contábeis confiáveis e eleva a importância da auditoria independente.

Nesse sentido, Healy e Palepu (2001, p. 406) afirmam: “A credibilidade da divulgação da administração é aumentada por reguladores, entidades responsáveis pela fixação de normas, auditores e outros intermediários do mercado de capitais¹.”

A auditoria independente, nesse contexto, atesta a adequação das informações prestadas pela empresa a seus *stakeholders*², contribuindo para a diminuição da assimetria informacional. A assimetria informacional existe em virtude da diferença na disponibilização de informações entre os usuários da contabilidade (posição privilegiada do *insider* em relação ao *outsider*, em regra); as quais poderiam ser úteis a outros usuários da informação contábil. Outra implicação é o conflito de agência, que se caracteriza pela divergência de objetivos entre os diversos *stakeholders*, cada um direcionado a maximizar sua própria riqueza e interesses particulares, fazendo uso da assimetria informacional existente entre os agentes. A informação contábil, assimétrica, é capaz de modificar a forma de alocação dos recursos dos *stakeholders*, sendo, portanto, valiosa se divulgada tempestivamente.

Nessa conjuntura, duas teorias destacam-se no que diz respeito ao tratamento das relações entre os *stakeholders*: a teoria dos *stakeholders* e a teoria da maximização da riqueza dos acionistas. A teoria dos *stakeholders*, considerando a importância destes para uma entidade, defende que todos que estão a ela ligados merecem ter seus interesses considerados na tomada de decisões dessa entidade, uma vez que essas decisões geram efeitos a todos, em maior ou menor intensidade. Outra teoria também muito difundida, que se contrapõe à teoria dos *stakeholders*, é a da maximização da riqueza dos acionistas, na qual se desenvolve a ideia de que as decisões econômicas de uma entidade devem objetivar tão somente a maximização da riqueza do acionista, pois é este que arca com os ônus e riscos do negócio explorado pela entidade. Todos esses conceitos serão explorados no Capítulo 2.

A auditoria independente exerce, qualquer que seja a teoria empregada, papel fundamental, auxiliando o relacionamento entre os diversos usuários da contabilidade, o que engloba,

¹ Tradução livre de “*The credibility of management disclosures is enhanced by regulators, standard setters, auditors and other capital market intermediaries.*” (HEALY E PALEPU, 2001, p. 406)

² De acordo com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2007, p. 33, os *stakeholders* (partes interessadas): “[...] são indivíduos ou entidades que assumam algum tipo de risco, direto ou indireto, em face da sociedade. São elas, além dos acionistas, os empregados, clientes, fornecedores, credores, governos, entre outros.”

evidentemente, os acionistas, ao assegurar a devida divulgação de informações fidedignas, relevantes e oportunas pela empresa auditada.

1.2 HISTÓRICO DA AUDITORIA NO BRASIL

A história da auditoria independente no Brasil é relativamente recente. De acordo com Ricardino e Carvalho (2004, p. 24):

O primeiro parecer de Auditoria (conhecido) em território nacional foi emitido há um século. Trata-se do balanço da São Paulo Tramway Light & Power Co., relativo ao período compreendido entre junho de 1899 (data de fundação da empresa) e 31 de dezembro de 1902, certificado pelos auditores canadenses Clarkson & Cross - atual Ernst & Young (...)" A data do parecer, conforme apresentado pelos autores, é de 9 de abril de 1903.

Ricardino e Carvalho (2004, p. 22) também apontam:

Em termos operacionais, a primeira empresa de Auditoria Independente a se estabelecer no Brasil foi a Deloitte Touche Tohmatsu, que instalou seu primeiro escritório no Rio de Janeiro, em 1911, e o segundo em Recife, em 1917.

Antes, havia apenas trabalhos pontuais de auditoria, em virtude de necessidades específicas de algumas empresas. O crescimento do país, que acarretou o surgimento de muitas empresas e o consequente desenvolvimento do mercado, acabou por provocar o aumento da demanda por serviços de auditoria nas últimas décadas.

O Brasil é um país que adota o direito romano, ou *code law*, isto é, baseia-se em códigos, leis e formalidades escritas, diferentemente de países que adotam o direito consuetudinário, ou *common law*, no qual usos e costumes são capazes de gerar direitos e obrigações entre as partes. Nesse contexto, Lopes e Martins (2007, p. 52) afirmam:

No direito romano, as normas emanam do texto legal. Isto é, para que algo tenha valor é necessário que haja uma menção clara e específica na lei. No direito consuetudinário, a origem da regulamentação está mais ligada aos costumes e tradições.

Sendo assim, o procedimento não poderia ser diferente para a contabilidade, bem como, mais especificamente, para a auditoria independente.

No Brasil, a Lei n. 6.404/76 expressamente determina, desde a sua redação original, que as companhias abertas devem ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Mais recentemente, como consequência das alterações promovidas pela Lei n. 11.638/07, há também a obrigatoriedade para as empresas de grande porte³ a submeter suas demonstrações contábeis ao parecer dos auditores independentes, o que enfatiza a importância destes trabalhos.

Além da Lei n. 6.404/76, tem-se, no Brasil, diversas regulamentações sobre o assunto, iniciando-se com a criação de entidades governamentais para regular o mercado, tais como: a CVM, Comissão de Valores Mobiliários, e o Bacen, Banco Central, autarquias criadas pelas Leis Federais n. 6.385/76 e n. 4.595/64, respectivamente, e o CFC, Conselho Federal de Contabilidade, autarquia criada pelo Decreto-Lei n. 9.295/46.

Embora a expressão “auditores independentes” tenha sido mencionada pela primeira vez na legislação brasileira em 1965, pela Lei n. 4.728, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento, conforme apontado por Santos e Pagliato (2007, p. 14), a primeira normatização do CFC tratando especificamente de auditoria data de 1972, com a Resolução 321, aprovando normas e procedimentos de auditoria elaborados pelo IBRACON, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, posteriormente revogada pela NBC T 11 (Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis), aprovada pela Resolução CFC n. 820/97. O IBRACON é uma entidade que surgiu com o objetivo de representar os profissionais de auditoria no Brasil, e conquistou credibilidade perante as autoridades governamentais citadas. O IBRACON foi criado oficialmente em 13 de dezembro de 1971 e à época era conhecido pela sigla IAIB; a sigla IBRACON, no entanto, foi adotada em 1º de julho de 1982, conforme informações extraídas do *site* do Instituto.

³ De acordo com o parágrafo único do artigo 3º da Lei n. 11.638/07, “Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).”

Internacionalmente, a IFAC, *International Federation of Accountants*, organização internacional para a profissão contábil, publica as ISAs, *International Standards on Auditing*. As ISAs, de acordo com o Manual da IFAC (2009, p. 13): “[...] são escritas no contexto de auditoria de demonstrações financeiras feitas por um auditor independente⁴.” A convergência das normas brasileiras de auditoria com as ISAs são, igualmente, requeridas no Brasil, tanto no âmbito das instituições financeiras, por determinação do Banco Central, por meio do Comunicado n. 14.259/06, como para as demais entidades, conforme a Resolução n. 1.203/09 do CFC, a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010. A Resolução n. 1.203/09 do CFC alterou substancialmente as normas de auditoria no Brasil e revogou a NBC T 11.

1.3 PESQUISAS RECENTES

As pesquisas mais recentes que tratam de auditoria independente lidam principalmente com os impactos do rodízio de auditores na qualidade da auditoria (principalmente no que concerne à independência dos auditores⁵), na influência da empresa de auditoria independente sobre os efeitos do *earnings management* (gerenciamento de resultados), bem como sobre os efeitos da Lei Sarbanes-Oxley, após os escândalos envolvendo empresas de auditoria independente. Existem também diversos livros que tratam dos procedimentos técnicos de auditoria, normas, riscos e a responsabilidade do auditor. Entretanto, não foram encontrados estudos que versem sobre a escolha da empresa de auditoria independente pela empresa auditada no Brasil, nem sobre a sua participação no mercado brasileiro ou mundial.

A qualidade da auditoria independente é, igualmente, foco de muitos estudos acadêmicos internacionais e está associada à credibilidade das informações contábeis. Behn, Choi e Kang (2007, p. 3) avaliaram a qualidade da auditoria e sua relação com a previsão de resultados apurados pela empresa auditada por analistas. Os autores “[...] proveram evidências que

⁴ Tradução livre de: “ISAs are written in the context of an audit of financial statements by an independent auditor”. (IFAC HANDBOOK, 2009, p. 13)

⁵ O Brasil é um dos poucos países que adotam o regime de rotação mandatória de firmas de auditoria (embora atualmente suspenso), o que oferece singular condição para pesquisa sobre os efeitos dessa rotação sobre a qualidade das auditorias independentes. Pesquisas recentes nesse tema foram desenvolvidas, como é o caso de Azevedo (2007) e Braunbeck e Carvalho (2008).

sugerem que os resultados são mais previsíveis quando a qualidade da auditoria é alta⁶.” Considerando que as demonstrações contábeis têm o condão de informar não somente os eventos passados e presentes, mas também inferências sobre o futuro de uma entidade, os trabalhos de auditoria, quando desempenhados com melhor qualidade, auxiliam as previsões baseadas em informações contábeis.

Considerando que a confiabilidade dos serviços de auditoria prestados deriva da qualidade da auditoria independente, é de se esperar que uma opinião oriunda de uma empresa de auditoria de melhor qualidade seja mais confiável perante os usuários da contabilidade do que uma opinião expedida por uma empresa com menor reconhecimento no tocante à qualidade de seus serviços. Segundo DeAngelo (1981, p.2): “[...] quão maior for o auditor em termos de quantidade de clientes, menor será o incentivo para que este se comporte de forma oportunista e maior será a qualidade da auditoria percebida⁷.” A autora, portanto, aponta para a quantidade de clientes de uma empresa de auditoria (que está relacionada ao seu porte) e a relação direta com a qualidade na prestação de seus serviços.

Alinhados com esse entendimento, Almeida e Almeida (2009, p. 72) realizaram um estudo para testar se há menor incidência de *earnings management*⁸ (gerenciamento de resultados) em empresas auditadas por empresas de auditoria independente componentes do “*Big Four*”, e os autores afirmam:

⁶ Tradução livre de: “we provide evidence which suggests that earnings are more predictable when audit quality is high”. (BEHN, CHOI E KANG, 2007, p. 3)

⁷ Tradução livre de: “the larger the auditor as measured by number of clients, the less incentive the auditor has to behave opportunistically and the higher the perceived quality of the audit”. (DEANGELO, 1981, p. 2)

⁸ *Earnings Management* (Gerenciamento de Resultados) ocorre quando administradores fazem uso de julgamento para divulgação de informações financeiras e na estruturação de transações para alterar essas informações financeiras, ou para iludir alguns *stakeholders* sobre o desempenho econômico de uma companhia, ou para influenciar nos efeitos de contratos que dependam dos números contábeis divulgados. Tradução livre de: “Earnings management occurs when managers use judgement in financial reporting and in structuring transactions to alter financial reports to either mislead some stakeholders about the underlying economic performance of the company, or to influence contractual outcomes that depend on reported accounting numbers”. (HEALY E WAHLEN, 1998, p. 6)

[...] apesar da flexibilidade existente no GAAP⁹, para que haja subjetividade nas decisões dos executivos que poderiam influenciar nos resultados das firmas, as empresas que são auditadas pelas “*Big Four*” possuem um menor grau de *accruals*¹⁰ discricionários¹¹. Isso sugere que pode existir uma relação com a *expertise* dos auditores das companhias ‘*Big Four*’, a qual favorece a mitigação das práticas de *earnings management*.

Os autores, contudo, não concluem que haja maior qualidade nos trabalhos de auditoria de empresas “*Big Four*”, mas apontam para a *expertise* de seus empregados. Relevante destacar que a competência técnica (*expertise*) dos auditores independentes é variável importante para que os seus trabalhos sejam mais confiáveis e contribui, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Nesse contexto, Arruñada (1997, p. 23) aponta dois atributos que dimensionam a qualidade na auditoria: a competência técnica e a independência do auditor.

Existem, adicionalmente, estudos que evidenciam que maiores empresas de auditoria independente oferecem maior qualidade nos serviços de auditoria. Behn, Choi e Kang (2007, p. 07) apontaram diversos estudos que indicam maior qualidade da auditoria nas maiores empresas. Segundo os autores:

Relativamente à significância do porte do auditor, DeAngelo (1981) e Datar *et al* (1991) afirmam que empresas de auditoria maiores, com mais prestígio e preocupadas em proteger seu investimento na reputação têm mais incentivos que outros auditores em fornecer auditoria de alta qualidade¹².

⁹ GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles* ou Princípios Geralmente Aceitos de Contabilidade) é o conjunto de princípios, convenções e regras que regem a contabilidade. O Brasil está convergindo para as normas internacionais de contabilidade do IASB, a partir da Lei n. 11.638/07. Os GAAP variam entres os países, mas há esforços para a convergência entre eles. Para Moraes e Lopes (2007, p. 46), o que justificaria a existência de diferenças entre os modelos contábeis de cada país estaria relacionado à estrutura de relacionamento entre grupos de usuários e os seus respectivos poderes de influência no processo de elaboração, discussão e modificação de pronunciamentos e normatizações.

¹⁰ “Os *accruals* são os ajustes advindos do regime de competência. Sem os *accruals* a contabilidade se limitaria a representar o fluxo de caixa advindo das operações sem julgamentos maiores.” (LOPES E MARTINS, 2007, p. 55)

¹¹ Segundo Martinez (2008, p. 8), “Considerando que eventualmente o “gestor” possa tomar a decisão de aumentar ou diminuir os *accruals* por motivos alheios à realidade do negócio, cria-se a necessidade didática de subdivi-los em: *accruals* discricionários (*discretionary accruals*) e *accruals* não discricionários (*non discretionary accruals*). Esses últimos seriam os exigidos de acordo com a realidade do negócio, os primeiros seriam artificiais e teriam como único propósito “gerenciar” o resultado contábil (*earnings management*).”

¹² Tradução livre de: “Regarding the significance of auditor size, DeAngelo (1981) and Datar *et al.* (1991) claim that large and more prestigious public accounting firms concerned about protecting their investment in reputation capital have more incentive than other auditors to supply a high-quality audit”. (BEHN, CHOI E KANG, 2007, p. 7)

Os autores indicam, ainda, que: “DeFond e Jiambalvo (1993) proveem evidências consistentes com a visão de que auditores componentes do grupo ‘*Big Five*’ proveem auditoria de melhor qualidade¹³” (os estudos ainda contemplam o período em que a Arthur Andersen integrava o grupo das maiores empresas de auditoria, que deixou de atuar no ramo da auditoria independente a partir do ano de 2002).

Visando ao equilíbrio de informações entre os usuários e à importância dos recursos captados de terceiros para uma empresa, Healy e Palepu (2001, p. 415) acrescentam que: “Pesquisa mostra que provedores de capital requerem que as firmas contratem um auditor independente como condição para o financiamento, mesmo quando não seja requerido pela regulação¹⁴.” Pode-se perceber que provedores de capital tem, em princípio, poder de influência sobre as firmas.

Relativamente a esse poder, Mitchell, Agle e Wood (1997), *apud* Almeida (2003, p. 36), apontam três atributos essenciais para o mapeamento da influência dos agentes. São eles:

1. O poder de um *stakeholder* em influenciar uma firma;
2. Legitimidade da relação do *stakeholder* com a firma;
3. Urgência das exigências para com a firma.

Sendo a auditoria independente um fator que contribui para o equilíbrio no acesso a informações contábeis de qualidade e o relacionamento entre os diversos usuários da contabilidade é que se constrói essa pesquisa, que busca conhecer se há influência de um importante grupo de usuários da contabilidade, os credores, na escolha de uma empresa de auditoria independente, mediante a análise de balanços, além de outras características não contábeis da empresa auditada.

¹³ Tradução livre de: “[...] *DeFond and Jiambalvo (1993) provide evidence consistent with the view that Big Five auditors provide higher quality audits.*” (BEHN, CHOI E KANG, 2007, p. 9)

¹⁴ Tradução livre de: “*Research shows that capital providers require firms to hire an independent auditor as a condition of financing, even when it is not required by regulation*”. (HEALY E PALEPU, 2001, p. 415)

1.4 PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p.5): “[...] não há uma regra básica para se escolher um assunto-tema-problema que mereça ser pesquisado.” Os autores apontam, no entanto, alguns critérios que orientam essa escolha: “Deverá ser, ao mesmo tempo, importante, original e viável.”

Um problema de pesquisa, segundo Martins e Theóphilo (2009, p.22): “[...] origina-se da inquietação, da dúvida, da hesitação, da perplexidade, da curiosidade sobre uma questão não resolvida.” A questão de pesquisa, ainda segundo Martins e Theóphilo (2009, p.5): “[...] poderá ser expressa, preferencialmente, em forma interrogativa, buscando relacionamento entre variáveis.”

A hipótese de pesquisa, não obstante, apresenta várias conceituações, conforme apresentado por Martins e Theóphilo (2009, p. 31):

- Proposição afirmativa, que expressa uma suposta resposta ao problema de pesquisa.
- Conjectura, ou suposição, que enuncia um possível relacionamento entre duas, ou mais variáveis.
- Proposição que pode ser colocada a prova – ser testada – para determinar sua validade.
- Proposição de suposta explicação do fenômeno que está sendo investigado.

Marconi e Lakatos (2005, p. 129) diferenciam, do mesmo modo, problema e hipótese:

Ambos, problemas e hipóteses, são enunciados de relações entre variáveis (fatos, fenômenos); a diferença reside em que o problema constitui sentença interrogativa e a hipótese, sentença afirmativa mais detalhada.

Os autores acrescentam que a função da hipótese, na pesquisa científica, é propor explicações para certos fatos e, ao mesmo tempo, orientar a busca de outras informações.

Neste trabalho, a hipótese de pesquisa trata do relacionamento entre os usuários externos da contabilidade (especificamente os credores) e a decisão por uma empresa de auditoria independente, tomada pelos administradores e acionistas de uma entidade, isto é, verificar se

essa decisão é influenciada por esses usuários externos, tendo como base as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas auditadas. Essa hipótese se sustenta em dois pilares: a teoria dos *stakeholders* e o conflito de agência. Nesse cenário, partindo-se da premissa de que os serviços de auditoria prestados por empresas de auditoria maiores têm qualidade maior (e consequentemente maior confiabilidade), credores de entidades com recursos mais comprometidos exigiriam que essas empresas apresentassem um parecer emitido por essas empresas de auditoria como condição para a concessão de empréstimos e financiamentos, prazos mais dilatados para pagamentos diversos ou, ainda, na negociação de melhores condições no financiamento. Segundo essa hipótese, a auditoria independente (de boa qualidade) facilitaria o acesso ao capital de terceiros. Arruñada (1997) afirma que a má situação financeira de um cliente de auditoria demanda por maior qualidade da auditoria, tendo em vista os riscos que a empresa de auditoria independente está exposta, tais como litígios decorrentes de escândalos decorrentes da não divulgação de informações ou a perda de reputação e de outros clientes. Segundo Silveira (2002, p. 48):

Grandes credores, como os bancos, são também investidores potencialmente ativos. Assim como os grandes acionistas, os grandes credores possuem substanciais investimentos na empresa e querem ver o retorno sobre seu investimento se materializar.

As afirmações de Arruñada (1997) e Silveira (2002), associadas, justificariam a hipótese lançada por esta pesquisa, demonstrada na Ilustração 1 apresentada a seguir.

Ilustração 1. Hipótese de Pesquisa

A auditoria independente, nesse contexto, coloca-se como um importante agente de redução dos conflitos inerentes aos relacionamentos entre os *stakeholders*, pois deve atuar com total imparcialidade perante esses usuários e emite, ao final de seus trabalhos, uma opinião (o parecer) que traduz a apropriada adoção, por parte da empresa auditada, de princípios

contábeis na elaboração das demonstrações contábeis, de tal forma que a posição evidenciada possa ser utilizada para tomada de decisões por esses usuários.

Com base no exposto, o problema de pesquisa proposto nesta dissertação está apresentado a seguir:

Quais os principais fatores que implicam a escolha de uma empresa de auditoria independente componente das “*Big Four*”?

1.5 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Uma das questões que devem ser respondidas, por escrito, com clareza e precisão, apontadas por Martins e Theóphilo (2009, p. 5) é: Por que fazer? Os autores assinalam que é:

[...] preciso relatar os antecedentes do problema, a relevância de se estudar o tema proposto, bem como argumentar sobre a importância prática/teórica dos possíveis achados do estudo que se pretende desenvolver.

São duas as justificativas para a elaboração desta pesquisa: de uma maneira mais ampla, a motivação para este trabalho é a busca pelo aprofundamento sobre a distribuição da atuação das empresas de auditoria independente no Brasil, apontando para possíveis especializações por essas empresas, em virtude do ramo de atividade ou controle acionário da empresa auditada, por exemplo, o que corresponde ao objetivo geral desta pesquisa.

Especificamente, objetiva-se investigar acerca da importância de credores para a escolha da empresa de auditoria independente pela empresa auditada, isto é, a busca de evidências contábeis que possam levar as empresas auditadas a escolher uma empresa componente do “*Big Four*”, grupo composto por quatro empresas, quais sejam: PriceWaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young, consideradas mais reconhecidas e confiáveis no mercado brasileiro e mundial (além da Arthur Andersen, até 2001). Nesse trabalho, a quinta maior empresa de auditoria independente também foi destacada para a análise da distribuição das maiores empresas de auditoria, a BDO Trevisan, em virtude da

relevância de sua participação no Brasil, conforme informações extraídas da amostra selecionada neste trabalho, que serão detalhadas na metodologia.

Essa investigação se apoia, fundamentalmente, no conflito de agência existente entre os usuários de informações contábeis. Busca-se pesquisar a influência de credores na escolha de uma empresa de auditoria independente, uma vez que esses credores são importantes demandantes de informação contábil.

No entanto, sabe-se que existem outros fatores que podem ser determinantes para a escolha da empresa de auditoria independente que irá auditar a empresa, alheios às informações contábeis da auditada, como por exemplo, as diretrizes das matrizes localizadas no exterior, o que não deixa possibilidade para a filial brasileira decidir contrariamente. Outro fator que pode, igualmente, ser determinante seria a capacidade (tanto financeira quanto de recursos humanos) das empresas menores para assumir a auditoria de grandes empresas. Esta pesquisa, no entanto, se aterá às informações contábeis e seu relacionamento com a escolha da empresa de auditoria independente pelas empresas de grande porte, além de algumas variáveis não contábeis, como será apresentado.

As empresas abertas e fechadas de grande porte são obrigadas a contratar empresa de auditoria independente que esteja registrada na CVM, por expressa previsão legal. Conforme informação obtida no *site* da CVM, em 31.07.2009, existiam 358 empresas cadastradas, isto é, aptas a realizar trabalhos de auditoria independente. Entretanto, a quantidade de empresas abertas ou de grande porte que são auditadas por empresa de auditoria independente fora do grupo das cinco maiores é baixa, como será apresentado oportunamente.

Quanto às empresas abertas, existe forte pressão do mercado para que suas informações contábeis sejam mais detalhadas, principalmente por terem suas ações negociadas, o que tende a evidenciar, além das informações obrigatórias tradicionais apresentadas pela contabilidade, informações sobre a gestão eficiente dos recursos nela alocados de forma a maximizar o valor da empresa, o que refletirá no valor de suas ações, mediante informações não exigidas em lei.

De acordo com Chang *et al* (2007, p. 1):

Em IPO's (ofertas públicas iniciais), existem assimetrias de informação substanciais. Até o ponto em que empreendedores fechados decidem se abrir ao mercado, apenas alguns usuários internos possuem informações suficientes sobre a empresa. Potenciais fornecedores de capital têm deficiência de informação que facilitariam o estabelecimento de valores patrimoniais. As demonstrações contábeis contidas no prospecto possuem papel decisivo na redução dessa assimetria, e a integridade dessas informações são essenciais para o bom funcionamento do mercado. Nesse contexto, os auditores possuem um papel-chave, assegurando a integridade dessas informações contidas no prospecto¹⁵.

Nessa linha, é possível perceber a maior tendência de empresas abertas por empresas de auditoria independente de grande porte.

Já em relação às empresas fechadas de grande porte, que não possuem ações negociadas em bolsa de valores, os usuários externos (que nesse caso não contemplam a pluralidade de acionistas disseminados pelo mercado de ações) dessas entidades estariam mais preocupados com itens específicos da empresa, como por exemplo: os credores querem saber da capacidade da empresa para honrar seus compromissos e o governo está interessado com o repasse de todos os tributos previstos em lei. Matarazzo (2003, p. 28) aponta: “Cada usuário está interessado em algum aspecto particular da empresa”, e isso poderia evidenciar uma predisposição para que empresas de grande porte escolhessem empresas de auditoria menores, com custos mais baixos, o que seria suficiente para cumprir a exigência legal e atender a seus usuários externos de forma satisfatória. Uma quantidade expressiva de empresas fechadas de grande porte, contudo, também opta por empresas componentes do “*Big Four*”. E este trabalho objetiva encontrar motivos para essa escolha, com critérios baseados nas informações contábeis divulgadas por essas empresas.

¹⁵ Tradução livre de: “*In initial public offerings (IPOs) there are substantial information asymmetries. Up to the point where entrepreneurs of a private company decide to go public, only few company insiders possess sufficient information about the company. Potential suppliers of capital lack information to facilitate the establishment of equity values. The company's financial statements contained in the prospectus play a critical role in reducing this asymmetry, and their integrity is essential to well-functioning capital markets. In this context, auditors play a key role in assuring the integrity of information presented in the prospectus*” (CHANG ET AL, 2007, p. 1)

1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 164): “Delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação.” Martins e Theóphilo (2009, p. 7) acrescentam alguns predicados que devem ser considerados acerca da escolha de um tema-problema para uma investigação científica. Dentre eles, pode-se destacar, no que concerne à delimitação de uma pesquisa:

- Para delimitar um tema-problema, devemos fixar circunstâncias, sobretudo de tempo, espaço, e sob que ponto de vista ou perspectivas o tema será focalizado.
- Quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se pode trabalhar.

Torna-se relevante, diante do exposto pelos autores, delimitar o alcance desta pesquisa. Pretende-se analisar o relacionamento entre os usuários internos de uma entidade, no tocante à decisão da escolha de uma empresa de auditoria independente, e os usuários externos que a financiam (credores), com base em informações contábeis disponibilizadas, das quais são extraídos indicadores contábeis utilizados em análise de balanços. Não é objetivo deste trabalho analisar fatores diversos das informações contábeis, tais como as decisões de matrizes, capacidade das empresas de auditoria independente para realização dos trabalhos de auditoria ou o percentual de participação do acionista controlador. As informações utilizadas para esta pesquisa abrangem exclusivamente o período compreendido entre os anos de 1997 e 2008.

Outro ponto que merece destaque é que essa análise restringe-se às grandes empresas não financeiras atuantes no Brasil. Não se pretende concluir acerca de médias e pequenas empresas atuantes no Brasil ou sobre o cenário internacional, tampouco sobre as instituições financeiras.

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em duas etapas. Primeiramente, será feita uma análise (global e segmentada) da atuação da auditoria independente no Brasil, a fim de alcançar o objetivo geral, que é conhecer como se distribui esse ramo de atividade no país. Para atingir o objetivo

específico, que é a segunda etapa desta dissertação, serão utilizados dados contábeis das empresas auditadas que compuseram a amostra analisada na primeira etapa, a fim de extrair evidências contábeis que possam ser indicadores para a escolha de uma empresa de auditoria independente. Neste capítulo 1, abordam-se: a contextualização do trabalho e sua relevância, as justificativas para a escolha do tema pesquisado, o problema de pesquisa e a delimitação da pesquisa.

No capítulo 2, será exposta a plataforma teórica, conceituando-se os termos informação contábil, auditoria independente, conflito de agência, assimetria informacional e as teorias dos *stakeholders* e da maximização da riqueza do acionista, que sustentará a questão de pesquisa e as hipóteses levantadas neste primeiro capítulo. A pesquisa bibliográfica é: “[...] uma estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica.”, de acordo com Martins e Theóphilo (2009, p. 54). Segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 160):

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.

O capítulo 3 está destinado a apresentar detalhadamente a metodologia científica que será empregada para responder aos objetivos geral e específico, bem como a descrição da amostra selecionada e os procedimentos para a consecução dos objetivos propostos por esta pesquisa. Também é requisito necessário para qualquer pesquisa científica, pois, conforme Martins e Theóphilo (2009, p. 1): “O conhecimento científico resulta de investigação metódica e sistemática da realidade.”

O capítulo 4 atenderá ao objetivo geral desta dissertação, que é traçar o perfil de atuação da auditoria independente no Brasil, em nível geral e com as especificações propostas, em relação à entidade auditada: natureza do controle, ramo de atividade, negociação de ações em bolsa de valores. Serão feitas três análises descritivas com base na amostra e período selecionados, em termos absolutos (quantidade) e relativos (tamanho da empresa auditada, com base no total de ativos nominais registrados nos balanços e também com base no total de ativos corrigidos em moeda de 31/12/2008), em milhares de reais.

O capítulo 5 responderá ao objetivo específico desta dissertação, que é detectar evidências contábeis e não contábeis que possam indicar a opção por uma empresa componente do grupo das maiores empresas de auditoria independente (que neste trabalho correspondem às empresas componentes do “*Big Four*”).

No capítulo 6, serão apresentados os resultados obtidos, as conclusões e limitações deste trabalho.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

2.1 INFORMAÇÃO CONTÁBIL E TOMADA DE DECISÕES

A informação contábil é de extrema importância para os *stakeholders*. Decisões econômicas são, aparentemente, embasadas nessas informações. A contabilidade fornece informações que permitem aferir sobre a continuidade da entidade, o que vai além das informações passadas e presentes. Muitos estudos já atribuíram à contabilidade a capacidade para presumir benefícios econômicos do futuro, devido ao regime de competência, um dos princípios que regem a contabilidade. E a contabilidade, sendo um sistema de informação, deve atender a essa função. Outro fator que contribui para a importância da contabilidade para a tomada de decisões é o princípio da oportunidade.

Iudícibus (2009, p. 98) afirma:

[...] o princípio da oportunidade é base indispensável à fidedignidade das informações sobre o patrimônio da Entidade, relativas a um determinado período e com o emprego de quaisquer procedimentos técnicos. É o fundamento daquilo que muitos sistemas de normas denominam “representação fiel” pela informação, ou seja, que esta espelhe com precisão e objetividade as transações e eventos a que concerne.

De acordo com Lopes (2002, p. 20):

A *information approach* (abordagem da informação) concebe a contabilidade no seu papel de fornecedora de informações para os agentes econômicos. Nessa abordagem, a contabilidade deve ser avaliada a partir de sua capacidade de fornecer informações que sejam úteis ao processo de decisão dos usuários.

Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008, p. 07):

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

Verifica-se que as demonstrações contábeis objetivam atender a um “grande número” de usuários, os *stakeholders*, evidenciando a importância de todos para a entidade, nesses incluídos os “potenciais” usuários.

Attie (2006, p. 24) afirma:

A contabilidade tem a finalidade precípua de promover os meios informativos e de controle com o intuito de coletar todos os dados ocorridos na empresa e que tenham, ou possam ter, impactos e causar variações em sua posição patrimonial. A contabilidade é o instrumento de medição e avaliação do patrimônio e dos resultados auferidos pela gestão da administração da entidade.

O mesmo autor ainda aponta que o resultado final traduzido pelo sistema de informações e de controles internos de uma entidade está indicado nas demonstrações e informações contábeis que têm variados interessados, e se destinam não somente aos administradores do patrimônio, mas também a resguardar os interesses de terceiros como investidores, acionistas, fornecedores, órgãos fiscalizadores e outros. (*Ibid.*, 2006, p. 25).

Segundo Bushman e Smith (2001, p. 238):

Informação contábil é o produto da contabilidade corporativa e do sistema de informações para usuários externos que mensuram e divulgam publicamente dados quantitativos auditados relativos à posição financeira e ao desempenho de uma empresa aberta¹⁶.

Os mesmos autores destacam, ainda, que a pesquisa em governança corporativa contribui para evidenciar que a informação provida pela contabilidade mitiga o problema de agência e acreditam que “a pesquisa em governança corporativa é importante para o desenvolvimento do entendimento completo acerca do impacto da informação contábil na alocação e utilização dos recursos em uma economia¹⁷” (*Ibid.*, 2001, p. 238)

A Governança Corporativa, de acordo com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2007, p. 6):

¹⁶ Tradução livre de: “*Financial accounting information is the product of corporate accounting and external reporting systems that measure and publicly disclose audited, quantitative data concerning the financial position and performance of publicly held firms*”. (BUSHMAN E SMITH, 2001, p. 238)

¹⁷ Tradução livre de: “*We believe that governance research is important for developing a complete understanding of the impact of financial accounting information on the allocation and utilization of resources in an economy*”. (BUSHMAN E SMITH, 2001, p. 238)

[...] é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

O Instituto posiciona a auditoria independente como agente que contribui para as boas práticas de governança corporativa (e que facilita o acesso ao capital), tal como proposto por esta pesquisa.

Contudo, para que a informação contábil seja realmente útil para a tomada de decisões, os usuários dessas informações devem ser considerados agentes econômicos, isto é, agentes que tomam decisões econômicas (racionais) e não decisões baseadas em quaisquer outros fatores, como por exemplo, emocionais ou afetivos. As razões para essa premissa são encontradas na economia, dado que os recursos são escassos e as necessidades humanas são ilimitadas (o problema econômico fundamental), e por isso a necessidade de os agentes econômicos alocarem esses retornos da melhor maneira possível. De acordo com Souza *et al* (1996, p. 36): “Costuma-se dizer que as necessidades humanas são ilimitadas, o que contrasta com o montante de recursos disponíveis para satisfazê-las, os quais são limitados”.

Para Mankiw (2007, p. 06), “Como as pessoas enfrentam *tradeoffs*¹⁸, a tomada de decisões exige comparar os custos e benefícios de possibilidades alternativas de ação.” E esses custos e benefícios devem ser comparados racionalmente, sendo a contabilidade o instrumento adequado quando as decisões envolvem captação e alocação de recursos em atividades empresariais.

Muitos escândalos já foram gerados em consequência da confiança depositada em números erroneamente (ou até mesmo fraudulentamente) divulgados, gerando graves consequências, como insegurança aos usuários e o retraimento do mercado. Nesse contexto, a auditoria independente surge como um mecanismo de governança para reduzir os riscos dessa divulgação inadequada.

¹⁸ Segundo Mankiw (2007, p. 4): “Em economia, *tradeoff* é uma expressão que define uma situação de escolha conflitante, isto é, quando uma ação econômica que visa à resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente, outros.”

2.2 AUDITORIA INDEPENDENTE

Existem diversos tipos de auditoria. Esta dissertação, no entanto, está focada na auditoria independente. A auditoria independente, conforme a NBC T 11 (Norma Brasileira de Contabilidade expedida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade):

[...] constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

Entretanto, em 2009, a NBC T 11 foi revogada pela Resolução CFC n. 1.203/09, que aprovou a NBC TA 200 (Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria), em virtude do processo de convergência aos padrões internacionais de auditoria no Brasil, que passou a adotar as normas do IFAC (*International Federation of Accountants*). De acordo com a NBC TA 200 (2009, p. 4):

O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

Franco e Marra (2001, p. 28) definem auditoria como:

A técnica contábil que – através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle do patrimônio de uma entidade – objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com princípios fundamentais e normas de Contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

Os mesmos autores ainda afirmam que a auditoria não se limita ao que está registrado em livros, pois apura também o que foi omitido nos registros, acrescentando que a falta de registros comprova que há inexatidão nas demonstrações contábeis da auditada. (*Ibid.*, p. 29).

A auditoria independente caracteriza-se como um importante tipo de serviço de *assurance*. Boynton *et al* (2002, p. 42) apresentam a definição de serviços de *assurance* do Comitê

Especial sobre Serviços de *Assurance* (*Special Committee on Assurance Services*) do AICPA¹⁹: “**Serviços de assurance** são serviços profissionais independentes que melhoram a qualidade da informação, ou seu contexto, para tomadores de decisões.”

O autor assinala que serviços de *assurance* e serviços de auditoria se diferem, pois a auditoria foca as informações que afetam as demonstrações contábeis e os serviços de *assurance* abrangem uma ampla faixa de informações utilizadas por tomadores de decisão, não restritas às demonstrações contábeis. Ishikura (2000, p. 32) acrescenta que os serviços de *assurance* podem abranger informações financeiras e não financeiras, isoladas ou em um processo ou sistema, diretas ou indiretas, internas ou externas.

Assim, os serviços de auditoria representam um ramo dos serviços de *assurance* e buscam assegurar a confiabilidade das informações disponibilizadas por meio de demonstrações contábeis, emitindo sua opinião sobre a sua adequação às práticas contábeis.

Boynton *et al* (2002, p. 68) corroboram essa ideia, ao mencionar que “Quando lêem o parecer do auditor independente, os usuários de demonstrações contábeis buscam segurança de que essas duas qualidades [relevância e confiabilidade] foram atendidas.”

Assim, o auditor independente emite parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis à realidade empresarial, após efetuar os devidos trabalhos de auditoria na empresa auditada. Segundo Carvalho (1989, p. 54): “O trabalho de auditoria materializa-se na emissão do correspondente parecer.” Carvalho (1989, p. 6), ainda, afirma:

[...] o Parecer do Auditor Independente sobre Demonstrações Contábeis deve ser, em seu sentido mais amplo, o mais forte elemento presente voltado à necessidade de assegurar credibilidade, necessidade esta que acreditamos ser o anseio natural do usuário na busca da verdade histórica como componente fundamental para prever o futuro e reduzir incertezas. Como tal, o Parecer dos Auditores é, essencialmente, um instrumento de comunicação.

Como pode ser visto, a opinião do auditor é dotada da capacidade de aumentar a confiabilidade das informações contábeis elaboradas pela empresa, auxiliando o cumprimento da sua obrigação de fornecer uma visão verdadeira e apropriada (*true and fair view*) da

¹⁹ American Institute of Certified Public Accountants.

entidade, e é publicada juntamente com as demonstrações contábeis disponibilizadas para a sociedade, tornando-se importante instrumento para a tomada de decisões dos *stakeholders*. Essa opinião, de acordo com as novas normas de auditoria, pode ser de quatro tipos: não modificada e modificada em três diferentes modalidades (com ressalva, opinião adversa e abstenção de opinião). Existe, ainda, a possibilidade de acrescentar uma ênfase, o que não afeta a opinião inicial emitida pelo auditor.

A NBC TA 700 (Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis), aprovada pela Resolução CFC n. 1.231/09, dispõe que “O auditor deve expressar uma opinião não modificada quando concluir que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.”

Segundo a NBC TA 700, a emissão da opinião do auditor deve ser composta por:

- título indicando claramente que se trata de um relatório do auditor independente;
- endereçamento;
- parágrafo introdutório, identificando a entidade cujas demonstrações contábeis foram auditadas, afirmar que as demonstrações contábeis foram auditadas, identificar o título de cada demonstração que compõe as demonstrações contábeis, fazer referência ao resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas e especificar a data ou o período de cada demonstração que compõe as demonstrações contábeis;
- uma seção com o título “Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis”;
- uma seção com o título “Responsabilidade do auditor”;
- a descrição da auditoria;
- uma seção com o título “Opinião”;
- data, assinatura e endereço do auditor independente.

No caso da emissão de uma opinião modificada pelo auditor, a NBC TA 700 dispõe que outra norma deve ser utilizada:

O auditor deve modificar a opinião no seu relatório de auditoria de acordo com a NBC TA 705 se:

- (a) concluir, com base em evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto apresentam distorções relevantes; ou
- (b) não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes.

A NBC TA 705 (Modificações na Opinião do Auditor Independente), aprovada pela Resolução CFC n. 1.232/09: “[...] estabelece três tipos de opinião modificada, a saber, opinião com ressalva, opinião adversa e abstenção de opinião.” As características de cada opinião modificada é apresentada pela Norma nos seguintes termos:

Opinião com ressalva

- 7. O auditor deve expressar uma opinião com ressalva quando:
 - (a) ele, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis; ou
 - (b) ele não consegue obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para suportar sua opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados.

Opinião adversa

- 8. O auditor deve expressar uma opinião adversa quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.

Abstenção de opinião

- 9. O auditor deve abster-se de expressar uma opinião quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião e ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizadas.
- 10. O auditor deve abster-se de expressar uma opinião quando, em circunstâncias extremamente raras envolvendo diversas incertezas, o auditor conclui que, independentemente de ter obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre cada uma das incertezas, não é possível expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis devido à possível interação das incertezas e seu possível efeito cumulativo sobre essas demonstrações contábeis.

O parágrafo de ênfase²⁰ é regulado pela NBC TA 706 (Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente), aprovada pela Resolução CFC n. 1.233/09, e deve ser utilizado:

Se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

A importância da opinião do auditor independente para os usuários de informações contábeis é de tal magnitude que as empresas de auditoria independente (ou auditores contábeis independentes) respondem, civilmente, pelos prejuízos causados a terceiros em virtude de culpa ou dolo no exercício de suas funções, conforme previsão do artigo 26, §2º da Lei n. 6.385/76. Há, portanto, responsabilidade independentemente da intenção do agente (o auditor independente).

Essa previsão legal reforça a necessidade de a empresa de auditoria atuar de forma independente e mencionar em seu parecer sobre a utilização indevida de princípios contábeis pelas empresas auditadas, sob pena de responder civilmente. Essa responsabilidade pode levar auditores a preferirem que as auditadas utilizem com maior intensidade o princípio contábil da prudência. É o que afirmam DeFond e Subramanyam (1998, p. 36):

Um incentivo plausível para motivar auditores a preferirem escolhas contábeis mais conservadoras é risco de litígios contra clientes. E isto porque essas escolhas contábeis conservadoras são esperadas para proteger auditores contra litígios e os potenciais danos que podem surgir deles²¹.

Os autores, ainda, concluem que algumas trocas de auditores independentes são motivadas pela divergência de crenças entre o auditor e a administração relativamente à aplicação apropriada dos GAAP (DEFOND E SUBRAMANYAM, 1998).

²⁰ “Parágrafo de ênfase é o parágrafo incluído no relatório de auditoria referente a um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, de acordo com o julgamento do auditor, é de tal importância, que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis.” (NBC TA 706)

²¹ Tradução livre de: “An incentive likely to motivate auditors to prefer conservative accounting choices is client litigation risk. This is because conservative accounting choices are expected to protect the auditor against future litigation and the potential damages arising therefrom”. (DEFOND e SUBRAMANYAM, 1998, p. 36)

O princípio da prudência, de acordo com Iudícibus (2009, p. 106):

[...] deve constituir garantia de inexistência de valores artificiais, de interesse de determinadas pessoas, especialmente administradores e controladores, aspecto muito importante nas Entidades integrantes do mercado de capitais.” Esse entendimento converge com o objetivo da auditoria independente.

A auditoria independente é realizada por profissionais sem vínculo empregatício com a entidade auditada, a fim de que possam ter total independência na execução de seus trabalhos. Esses profissionais devem ter formação superior em Ciências Contábeis. A ausência de vínculo empregatício do auditor com a entidade auditada é condição primordial para a independência. Cabe retomar que a independência é, assim como a competência técnica, um atributo que interfere na qualidade de uma auditoria, conforme apontado por Arruñada (1997, p. 23). A independência promove o efetivo reporte do que foi detectado durante os trabalhos de auditoria.

A importância da independência está mostrada na NBC PA 02 (Independência), aprovada pela Resolução n. 1.267/09, que revogou a NBC P 1 (Normas Profissionais de Auditor Independente), apresentada a seguir:

A condição de independência é fundamental e óbvia para o exercício da atividade de auditoria independente. Entende-se como independência o estado no qual as obrigações ou os interesses da entidade de auditoria são, suficientemente, isentos dos interesses das entidades auditadas para permitir que os serviços sejam prestados com objetividade. Em suma, é a capacidade que a entidade de auditoria tem de julgar e atuar com integridade e objetividade, permitindo a emissão de relatórios imparciais em relação à entidade auditada, aos acionistas, aos sócios, aos quotistas, aos cooperados e a todas as demais partes que possam estar relacionadas com o seu trabalho.

De acordo com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2007, p. 37):

Toda sociedade deve ter auditoria independente, pois se trata de um agente de governança corporativa de grande importância para todas as partes interessadas, uma vez que sua atribuição básica é verificar se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a realidade da sociedade.

Fica evidente, por meio desse excerto, a função da auditoria independente para os usuários da contabilidade e para a governança corporativa.

Existem, adicionalmente, estudos que contemplam o tempo como variável capaz de influenciar a confiabilidade dos trabalhos do auditor independente. Burton e Roberts (1967, p. 31) afirmam que “o propósito maior da auditoria independente por um contador certificado é prover uma avaliação técnica e independente sobre a divulgação apropriada das demonstrações financeiras de uma entidade²².” Ainda segundo Burton e Roberts (1967, p. 31):

Do ponto de vista do público e dos acionistas externos, argumenta-se que o emprego de uma mesma empresa, ano após ano, tende a reduzir a independência com a qual ela realiza a auditoria. Por outro lado, muitos acreditam que longa associação entre cliente e auditor leva a serviços melhores. Uma boa auditoria requer completo conhecimento do negócio e esse conhecimento pode ser mais bem obtido pelo contato com um cliente por um período de tempo considerável²³.

Fica evidente compreender que a confiabilidade da auditoria independente é afetada pelas mais diversas variáveis, sendo foco de preocupação pelos diversos usuários da contabilidade, dado seu papel no relacionamento entre os agentes econômicos.

Em virtude da grande responsabilidade da auditoria independente perante os usuários da informação contábil, é importante que as empresas de auditoria mantenham pessoal bem treinado e qualificado, a fim de alcançar a competência técnica para a detecção de evidências de auditoria²⁴. Nessa conjuntura, órgãos reguladores e instituições também estabelecem requisitos para o credenciamento e o contínuo treinamento para a capacitação de todos os profissionais que atuarão na auditoria independente, com o intuito de assegurar a qualidade e confiabilidade dos serviços prestados por essas empresas à sociedade.

Sabe-se que atualmente as líderes do mercado de auditoria independente, não apenas no Brasil, como também mundialmente, são denominadas *Big Four* – PriceWaterhouseCoopers, Ernst & Young, Deloitte Touche Domatsu e KPMG –. Até 2002, esse grupo incluía a Arthur

²² Tradução livre de: “*The major purpose of the conventional financial audit by a certified public accountant is to provide an expert and independent appraisal of the fairness of the financial statements of a business entity*”. (BURTON E ROBERTS, 1967, p. 31)

²³ Tradução livre de: “*From the point of view of the public and the outside stockholders, it is argued that the employment of the same CPA firm year after year tends to reduce the independence with which that firm approaches the audit*” e de “*On the other hand, many believe that long association between the client and the auditor leads to improved service. A good audit requires a thorough knowledge of the business under review and this knowledge can best be obtained by contact with a client for considerable period of time*”. (BURTON E ROBERTS, 1967, p. 31)

²⁴ *Evidência de auditoria* compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. A evidência de auditoria inclui as informações contidas nos registros contábeis que suportam as demonstrações contábeis e outras informações. (NBC TA 500 – *Evidência de Auditoria*)

Andersen e era denominado de “*Big Five*”. Diversos estudos atribuem melhor qualidade para os serviços de auditoria independente prestados pelas empresas que compõem esse grupo.

A Arthur Andersen era considerada empresa de auditoria independente de grande prestígio mundial. Entretanto, com os prejuízos anunciados pela Enron, empresa auditada pela Arthur Andersen, a partir de 2001, acobertados por práticas contábeis equivocadas e que não foram divulgadas pela auditoria independente, desencadearam uma série de denúncias de supostas práticas antiéticas, como por exemplo, a eventual destruição de documentos, que eram importantes evidências contábeis acerca da empresa auditada. A empresa foi proibida, a partir de 2002, de atuar no ramo da auditoria independente nos Estados Unidos. Em 2005, contudo, a justiça norte-americana absolveu a empresa da acusação de destruição de evidências, possivelmente a que mais impactou na reputação dessa firma de auditoria. Apesar dessa absolvição, a empresa não voltou a atuar no ramo da auditoria independente.

Embora grandes escândalos envolvendo informações contábeis, tais como o WorldCom, Parmalat, Enron e outros, e, especificamente no Brasil, os Bancos Nacional, Bamerindus e Economico tenham sido auditados por empresas componentes das “*Big*”, as empresas remanescentes desse grupo ainda são vistas como referência no ramo da auditoria independente.

Neste estudo, mesmo não sendo integrante do grupo de empresas conhecido como “*Big Four*”, foi também destacada a Trevisan, apenas para a análise referente ao objetivo geral, pois ela tem participação significativa no mercado brasileiro. Dessa forma, quando se menciona, neste trabalho, “as cinco maiores empresas de auditoria”, considera-se, inclusive, a Trevisan (atual BDO Trevisan) entre elas, além das componentes do “*Big Four*”. Para o objetivo específico, a Trevisan recebeu tratamento igual ao das menores empresas.

2.3 CONFLITO DE AGÊNCIA

Conflito de agência é o fenômeno gerado pela existência de diversos interesses envolvidos ao redor de um mesmo fator. No caso da contabilidade, esse fator é a entidade e os diversos

interesses são provenientes dos *stakeholders*. Esse conflito se dá, inicialmente, com a separação da propriedade e do controle da entidade, do qual derivam relacionamentos entre esses agentes (os *stakeholders*).

O conflito de agência, segundo Iudícibus e Lopes (2004, p. 171), “(...) surge quando os agentes ligados à empresa possuem interesses contrastantes e ao colocar seus interesses pessoais em primeiro lugar acabam por prejudicar o andamento da organização.”

Jensen e Meckling (1976, p. 5) definem:

[...] relacionamento de agência como um contrato entre uma ou mais pessoas (os principais), que empregam outra pessoa (o agente) para desempenhar alguma atividade em seu benefício, o que envolve a delegação ao agente da autoridade da tomada de decisões que pertence ao principal.

Ainda de acordo com Jensen e Meckling (1976, p. 05): “Se estas partes do relacionamento querem maximizar suas próprias conveniências, é uma boa razão para que estes entes delegados não ajam sempre alinhados aos melhores interesses do principal²⁵.”

Shleifer e Vishny (1996, p. 07) afirmam: “[...] a essência do conflito de agência dá-se com a separação da administração e dos recursos financeiros, ou – em uma terminologia mais tradicional – da propriedade e do controle²⁶.” Segundo os mesmos autores (*Ibid.*, 1996, p. 07):

De uma forma geral, financiadores e administradores assinam um contrato que especifica o que os administradores estão autorizados a fazer com os fundos, e como os retornos serão divididos entre as partes. No plano ideal, existiria um contrato completo que especificaria exatamente tudo o que o gestor dos recursos deve fazer em todos os casos, e como os lucros seriam alocados. O problema é que a maioria das contingências são difíceis de descrever e prever e, como resultado, contratos completos são tecnologicamente impraticáveis²⁷.

²⁵ Tradução livre de: “We define an agency relationship as a contract under which one or more persons (the principal(s)) engage another person (the agent) to perform some service on their behalf which involves delegating some decision making authority to the agent. If both parties to the relationship are utility maximizers, there is good reason to believe that the agent will not always act in the best interests of the principal.” (JENSEN E MECKLING, 1976, p. 5)

²⁶ Tradução livre de: “The essence of the agency problem is the separation of management and finance, – or, in more standard terminology – of ownership and control”. (SHLEIFER E VISHNY, 1996, p. 7)

²⁷ Tradução livre de: “In most general terms, the financiers and the manager sign a contract that specifies what the manager does with the funds, and how the returns are divided between him and the financiers. Ideally, they would sign a complete contract, that specifies exactly what the manager does in all states of the world, and how the profits are allocated. The trouble is, most future contingencies are hard to describe and foresee, and as result, complete contracts are technologically infeasible”. (SHLEIFER E VISHNY, 1996, p. 7)

E concluem que o conflito de agência é um problema sério: as oportunidades dos gestores de esconder os recursos dos financiadores ou desperdiçá-los em projetos não atrativos são abundantes e documentados.

O conflito de agência é, diante do exposto, resultado do oportunismo dos agentes econômicos diante de contratos incompletos, ou seja, devido ao fato de que não é possível elencar todas as circunstâncias em um contrato, o que acarreta situações nas quais o gestor dos recursos se depara com alternativas de alocação de recursos não previstas nos contratos, o que poderia levar esse gestor a considerar suas próprias necessidades em suas decisões (não necessariamente alinhadas com as necessidades dos financiadores de recursos).

Boynton *et al* (2002, p. 68) apontam o conflito de interesse como uma das explicações para a necessidade da auditoria independente. Destacam, ainda, que muitos usuários de demonstrações contábeis se preocupam com conflitos de interesse, reais ou potenciais, entre si próprios e a administração da entidade ou então entre as diferentes classes de usuários de demonstrações contábeis, como credores e acionistas.

Assim, há conflitos de interesse não somente entre acionista e administrador, mas também entre os demais *stakeholders*. Há, ainda, conflito de agência entre acionistas, o majoritário (controlador) e os minoritários. Esta pesquisa busca apurar o conflito de interesses existente entre os grandes credores e a entidade. Os grandes credores, por serem também investidores para a entidade, querem garantir que os contratos firmados com a entidade serão cumpridos.

Dalmacio e Nossa (2003) apresentam um quadro com diversos relacionamentos entre o principal e o agente e a expectativa do principal nesse relacionamento. Os autores elencam os credores no papel de principal em duas diferentes perspectivas, sendo os agentes os gerentes das entidades e os auditores externos. Segundo os autores, no relacionamento com gerentes “Os credores esperam que os gerentes assegurem o cumprimento de contratos de financiamento.” E quando o relacionamento é com os auditores, “Os credores esperam que os auditores externos atestem a validade das demonstrações contábeis, tendo como foco a liquidez e o endividamento.”

De acordo com Iudícibus e Lopes (2004, p. 180): “[...] a existência desses intermediários informacionais (os auditores) confirma o problema de agência fortemente agravado pelas organizações modernas.”

Em síntese, as partes nesse relacionamento desejam maximizar seus próprios interesses devido ao fato de serem agentes econômicos, ou seja, priorizam ações que converjam para o atingimento de seus objetivos econômicos particulares, mesmo que tenham sido, inicialmente, contratados para fim diverso. Franco e Marra (2001, p. 105) apontam: “O auditor tem uma função social de relevância, em face de sua atuação na defesa de interesses coletivos e como defensor de equidade e justiça, na apuração de corretas prestações de contas.” Segundo os mesmos autores (*Ibid.*, p. 106):

[...] a auditoria assume, cada dia mais, grande projeção e relevo, ao mesmo tempo que a função do auditor avulta de responsabilidade, pois ele deve ser o fiel guardião dos interesses coletivos. Com a evolução da economia popular, quase todos os cidadãos são investidores potenciais, tornando a atuação do auditor independente de absoluto interesse público.

2.4 ASSIMETRIA INFORMACIONAL

A assimetria informacional, em associação ao conflito de agência, contribui para a ineficiência do mercado e a guarda de informações que poderiam ser úteis a outros usuários da contabilidade, caso divulgadas tempestivamente.

Akerlof (1970) foi um dos pioneiros no estudo da assimetria informacional, com o interessante caso do mercado de carros e suas decorrências para o relacionamento de agência. Segundo Akerlof (1970), os vendedores de carros tem melhores informações sobre a qualidade dos carros do que os compradores. Os vendedores, de posse de informações não fornecidas a outros interessados, conseguiriam vender carros ruins a preço de carros de boa qualidade, tendo em vista que os compradores não terão condições de saber se o carro negociado é de boa qualidade ou não.

Lopes e Martins (2007, p. 31) afirmam:

Nos mercados financeiros, a situação não é muito diferente [do mercado de carros usados]. Investidores e administradores possuem informações assimétricas. Os auditores são mecânicos informacionais na tentativa de fornecer ‘atestados’ de fidedignidade das demonstrações da empresa para os investidores que não tem o mesmo acesso à informação que os administradores.

Segundo Arruñada (1997, p. 15), a demanda por uma auditoria baseia-se na relevância da informação. Nas palavras do autor:

[...] os agentes econômicos adquirem serviços de auditoria para aumentar o valor informativo da posição contábil proporcionada a seus usuários. Tomaremos, como ponto de partida de nossa análise a suposição de que os clientes de uma firma de auditoria desejam auditorias de boa qualidade. Conseguem, assim, reduzir os custos de transação ou agência que sofrem em suas relações contratuais (principalmente aquelas com credores e acionistas), logrando, em suma, melhores condições contratuais em suas negociações²⁸.

Arruñada (1997, p. 16) trata a palavra “clientes” em sentido genérico: “cliente é um agente que, por meio da auditoria, deseja garantir sua atividade, como o de um principal que intenta supervisionar um agente²⁹.” Esses trechos permitem visualizar a relação entre a importância da informação contábil, a assimetria informacional e os benefícios da auditoria nas relações entre a empresa e outros interessados (salientando as relações contratuais com os credores).

Iudícibus e Lopes (2004, p. 172) afirmam que:

[...] na firma idealizada pela teoria não existe o problema da assimetria informacional. Isto é, como temos um indivíduo responsável por todas as atividades da empresa, ele possui toda a informação relevante disponível. Nas empresas reais, com seus vários níveis hierárquicos e milhares de empregados, a assimetria informacional é um fato. Os acionistas estão em desvantagem informacional em relação aos altos executivos da empresa, que por sua vez não possuem o mesmo nível informacional dos subordinados.

Ainda segundo os autores (*Ibid.*, p. 172):

[...] a existência de conflitos de agência e da assimetria informacional permeiam a atividade das organizações modernas de forma profunda. **Não se pode ambicionar**

²⁸ Tradução livre de: “(...) los sujetos económicos adquieren los servicios de auditoría para aumentar el valor informativo que proporcionan los estados contables a sus usuarios. Tomaremos, por ello, como punto de partida de nuestro análisis el supuesto de que los clientes de una firma auditora desean auditorías de buena calidad. Consiguen así, sobre todo, reducir los costes de transacción o agencia que padecen en sus relaciones contractuales (principalmente, aquellas con acreedores y accionistas); logrando, en suma, mejores condiciones contractuales en sus intercambios.” (ARRUÑADA, 1997, p. 15)

²⁹ Tradução livre de: “(...) hablaremos de ‘clientes’ del auditor en sentido genérico, incluyendo tanto el caso de un principal que intenta supervisar un agente.” (ARRUÑADA, 1997, p. 16)

a um estudo sério das organizações modernas sem a consideração desses dois fatores, que estão intimamente ligados.

De acordo com Boynton *et al* (2002, p. 68), o conflito de interesse gera apreensão de que as demonstrações e os dados que as acompanham, que foram preparados pela administração, possam ser, intencionalmente, viesados em favor da administração ou então elaborados com parcialidade em relação aos vários grupos de usuários da informação contábil.

O uso de informações privilegiadas (*insider information*) é refutado pelos princípios de governança corporativa e deve ser vedado, alinhado com os objetivos da contabilidade. Segundo o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2007, p. 15):

Deverá ser vedada, a qualquer das pessoas mencionadas no parágrafo seguinte [sócios conselheiros de administração, diretores, conselheiros fiscais, membros de órgãos técnicos e consultivos, bem como para pessoas que, em razão de seus cargos, tenham acesso à informação privilegiada], a utilização de informação privilegiada, ainda não divulgada ao mercado, de que tenha conhecimento sob confidencialidade, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida mediante negociação de quotas/ações, em nome próprio ou de terceiro.

O Código do IBGC ainda aponta que “A sociedade deverá adotar mecanismos para assegurar o cumprimento dessas regras.” (*Ibid.*, p. 16)

A auditoria independente é, portanto, instrumento eficiente que auxilia na redução da assimetria informacional, preservando os direitos dos usuários da contabilidade, pois seus trabalhos objetivam a divulgação fidedigna e tempestiva das informações contábeis pela empresa auditada a todos os seus usuários. Nesse sentido, a independência dos auditores tem papel fundamental, uma vez que não há qualquer vínculo com a entidade auditada e qualquer irregularidade detectada será evidenciada em seu parecer, independentemente de anuência por parte da empresa auditada. Segundo Franco e Marra (2001, p. 31):

[...] a auditoria exerce sua ação preventiva, saneadora e moralizadora, para confirmar a veracidade dos registros e a confiabilidade dos comprovantes, com o fim de opinar sobre a adequação das situações e informações contidas nas demonstrações contábeis, na salvaguarda dos direitos dos proprietários, dos financiadores do patrimônio, do próprio fisco e, até, da sociedade em geral.

A assimetria informacional, no entanto, não é completamente erradicada com a auditoria independente, mas tão somente mitigada. Um importante exemplo de assimetria

informacional é a existência de informações estratégicas para as atividades de uma entidade. Pires (2008, p. 49) corrobora o assunto e o explora, afirmando que podem existir conteúdos informativos não divulgados e que:

Tais informações devem estar relacionadas a fatores estratégicos do negócio da firma e que não podem ser conhecidos pela concorrência, portanto, não publicados. Essa falta de publicação é importante para a própria continuidade da empresa. Portanto, pode-se obter um entendimento de que a assimetria de informações é algo que pode existir, até certo limite estratégico, para contribuir com a própria manutenção das atividades da empresa em longo prazo.

2.5 TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

A teoria dos *stakeholders* elenca os diversos usuários da contabilidade (sejam eles atuais ou potenciais) e sua importância na elaboração e divulgação de demonstrações contábeis pelas entidades, uma vez que todos os usuários tomam decisões econômicas e merecem ser devidamente instruídos. Santos (2007, p. 17) afirma que: “A contabilidade, por estar incluída nas ciências sociais, tem como uma de suas premissas fundamentais a identificação e aproximação das relações entre os diversos indivíduos ou entidades de uma sociedade.” Segundo Freeman e McVea (2000, p. 15): “[...] uma abordagem nos *stakeholders* enfatiza a importância de se investir nos relacionamentos com aqueles que possuem algum interesse na firma.”³⁰ Nesse contexto, essa pesquisa tem como base a importância de um dos *stakeholders* (os credores) na decisão da empresa de escolher um auditor independente.

Segundo Lea (1999, p. 153):

A teoria dos *stakeholders* é o desenvolvimento de uma resposta para a visão de que a firma deve ir a uma única direção para maximizar a riqueza de acionistas. Essa teoria sugere que existe uma multiplicidade de grupos que suportam as operações de uma firma e todos esses grupos merecem ser considerados no processo decisório da administração.³¹

³⁰ Tradução livre de: “A stakeholder approach emphasizes the importance of investing in the relationships with those who have a stake in the firm”. (FREEMAN E MCVEA, 2000, p. 15)

³¹ Tradução livre de: “Stakeholder theory is a developing response to the view that the firm should be run in such a way as to maximize the wealth of the shareholders. This theory suggests that there is a multiplicity of groups having a stake in the operations of the firm, and all of them merit consideration in managerial decision making.” (LEA, 1999, p. 153)

Ainda de acordo com Freeman e McVea (2000, p. 10), a ideia da abordagem dos *stakeholders* para o gerenciamento estratégico sugere que administradores devem formular e implementar processos que satisfaçam os grupos que tenham relação com o negócio. A tarefa central, ainda de acordo com os autores, é gerir e integrar os relacionamentos e interesses de acionistas, empregados, clientes, fornecedores, comunidades e outros grupos, de tal forma que garanta o sucesso e a continuidade da firma. A abordagem dos *stakeholders* enfatiza a gestão ativa do ambiente de negócios, os relacionamentos e a promoção de interesses compartilhados. Os mesmos autores ainda afirmam que essa abordagem não acredita que exista um único direcionamento para todas as decisões a serem tomadas para uma entidade. Pelo contrário, esta abordagem seria uma tarefa infundável de balancear e integrar os múltiplos relacionamentos e objetivos.

Sousa e Almeida (2006, p. 38) afirmam que:

[...] a visão de integração entre os objetivos permanece sobressaindo e continuando a apoiar a utilização de indicadores de relacionamento com os *stakeholders* que não contemplem apenas a última linha do resultado, tendo a certeza de que o valor da empresa será maximizado desde que haja um determinado equilíbrio nas relações entre esses vários interessados. Portanto, a influência das relações com os *stakeholders* está em todos os itens das tradicionais demonstrações financeiras.

A contabilidade, de acordo com essa teoria, deve atender aos mais diversos usuários da informação contábil, o que se torna tarefa difícil de ser cumprida. Sabe-se que não é possível atender a todos os usuários em todas as suas necessidades acerca da entidade. Até mesmo o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC³² admite essa limitação, mas aponta que as informações direcionadas ao investidor também são de utilidade para os demais usuários, tendo em vista que o investidor contribui com o capital de risco para a entidade, demandando informações mais completas e precisas.

A obrigatoriedade de divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as empresas abertas a partir de 2008 (imposição da Lei n. 11.638/07), adicionalmente às demais demonstrações contábeis, aponta para a importância de todos os usuários da contabilidade para uma entidade, corroborando a tendência de que a contabilidade tem foco mais amplo. A demonstração do resultado, de acordo com Santos (2007), pode ser considerada como

³² Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

extremamente exclusivista, devido ao seu enfoque maior ser dado ao lucro ou prejuízo apurado que, regra geral, interessa apenas ao proprietário, sócio ou acionista. Santos (2007, p. 17), ainda, destaca as palavras de Martins, publicadas no Boletim IOB 31/97:

[...] a demonstração de resultado é uma visão particular, pode-se dizer, no extremo, até egoísta, de apenas um dos interessados na empresa, os seus proprietários. A demonstração do valor adicionado é uma visão muito mais geral, dando a mesma importância a todos os fatores de produção: o trabalho, os demais capitais na forma de crédito e também o governo.

Os trabalhos da auditoria independente, diante dessa teoria, ganham maior visibilidade, pois atendem aos interesses de um vasto número de usuários.

2.6 TEORIA DA MAXIMIZAÇÃO DA RIQUEZA DOS ACIONISTAS

A teoria da maximização da riqueza dos acionistas contrapõe-se à teoria dos *stakeholders*, ao demonstrar que as decisões dos agentes da entidade devem satisfazer a um único objetivo: maximizar a riqueza do acionista (e não satisfazer os interesses de todos os *stakeholders*) e que a maximização dessa riqueza geraria, ao mesmo tempo, benefícios aos demais interessados. Os empregados, por exemplo, garantiriam seus empregos e teriam maiores oportunidades de carreira, os fornecedores teriam maiores garantias de quitação das obrigações da entidade, entre outros, caso essa entidade seja viável para seus acionistas.

Jensen (2000, p. 11) afirma:

Dado que a firma deve ter um único objetivo que nos diz o que é o melhor e o que é o pior, nós então devemos encarar o problema sobre a definição do que é o melhor. Ainda que um único objetivo sempre será uma complicada função de muitos bons ou ruins diferentes, a breve resposta para a pergunta é que 200 anos merecedores de trabalho em economia e finanças indicam que o bem-estar social é maximizado quando todas as firmas em uma economia se esforçam em maximizar seus próprios valores³³.

³³ Tradução livre de: “Given that a firm must have a single objective that tells us what is better and what is worse, we then must face the issue of what that definition of better is. Even though the single objective will always be a complicated function of many different goods or bads, the short answer to the question is that 200 years’ worth of work in economics and finance indicate that social welfare is maximized when all firms in an economy attempt to maximize their own total firm value.” (JENSEN, 2000, p. 11)

Entretanto, a existência de delegação da tomada de decisões pelo principal ao agente inviabiliza a plenitude dessa teoria, tendo em vista a diversidade de objetivos dos agentes que tomam decisões em uma entidade e os conflitos de interesse existentes. Com o intuito de mitigar os efeitos derivados dessa delegação, existem diversos mecanismos que auxiliam no alinhamento dos interesses dos outros usuários com os do acionista, amplamente estudados no plano da governança corporativa.

Essa teoria argumenta que são os acionistas que efetivamente arcam com os riscos do negócio da entidade, enquanto os demais *stakeholders* poderiam se realocar no mercado mais facilmente. Segundo Silveira (2006, p. 56):

[...] no caso de problemas de competitividade da companhia, todos os *stakeholders* podem deixar de renovar seus contratos e migrar para outras companhias (por exemplo, os empregados podem mudar de emprego, fornecedores podem deixar de vender insumos, os credores podem deixar de emprestar recursos etc.), enquanto os acionistas permanecem como os únicos *stakeholders* com “fundos perdidos” na companhia.

Segundo Jensen (2000, p. 11):

[...] dizer a um gestor para maximizar lucros presentes, participação no mercado, crescimento futuro de lucros e tudo o mais que agrada deixará o gestor sem direcionamentos para uma decisão racional. Efetivamente, deixará o gestor sem objetivos. O resultado será confusão e falta de propósitos que se tornarão obstáculos para a sobrevivência e para a atuação competitiva da firma³⁴.

A contabilidade, sob esse enfoque, deveria apresentar informações úteis primordialmente aos acionistas das empresas, pois a sua satisfação viabilizaria o negócio e, conseqüentemente, os relacionamentos com os demais *stakeholders*. A tendência da contabilidade, no entanto, é outra: divulgar informações a toda a sociedade.

A auditoria independente, qualquer que seja a teoria adotada, visa a assegurar a confiabilidade da divulgação das informações contábeis da empresa e seus trabalhos são de utilidade não apenas para os acionistas, mas também para os demais usuários que demandam por essas informações.

³⁴ Tradução livre de: “(...) *telling a manager to maximize current profits, market share, future growth in profits, and anything else one pleases will leave that manager with no way to make a reasoned decision. In effect, it leaves the manager with no objective. The result will be confusion and a lack of purpose that will handicap the firm in its competition for survival*”. (JENSEN, 2000, p. 11)

3 METODOLOGIA

De acordo com Marconi e Lakatos (2005, p. 83):

Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Os mesmos autores afirmam, também, que não há ciência sem o emprego de métodos científicos.

Demo (1981, p. 07) acrescenta que: “Metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência.”, O autor aponta, ainda, que sua meta final é: uma pesquisa mais científica.

Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 37): “O objetivo da metodologia é o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa. Por sua vez, método (do grego *méthodos*) é o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo.” Entretanto, os autores informam que, contemporaneamente, “[...] a expressão **método científico** é enganosa, pois pode induzir a crer que consiste em um conjunto de regras exaustivas e infalíveis” e concluem, ainda, que “Não se tem uma apreensão definitiva no método científico. Assim como a ciência, o método está sempre em devir.” (*Ibid.*, p. 37) Devido a esse caráter provisório e aberto da metodologia é que se faz necessário expor, em cada trabalho, a metodologia que será empregada.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Essa dissertação é caracterizada como uma pesquisa quantitativa, segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 107), pois organiza, sumariza, caracteriza e interpreta os dados numéricos

coletados. Uma pesquisa quantitativa utiliza, primordialmente, de procedimentos estatísticos para a consecução de seus objetivos.

Para atingir o objetivo geral, utilizar-se-á a estatística descritiva, com a construção de tabelas, gráficos, com o cálculo de medidas de posição e variabilidade (média e desvio-padrão), a fim de melhorar a compreensão dos dados coletados e permitir melhor conhecimento sobre a participação das empresas de auditoria independente no cenário brasileiro (restrito às empresas de grande porte).

Relativamente ao objetivo específico (questão de pesquisa), utilizar-se-á a técnica de estatística inferencial denominada regressão logística na amostra.

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p. 53), estratégia de pesquisa é a expressão mais apropriada para designar as diferentes maneiras de abordar e analisar dados empíricos no contexto das Ciências Sociais Aplicadas. Existem, portanto, diversas abordagens metodológicas, que variam de acordo com as necessidades e objetivos de cada pesquisa.

A estratégia utilizada nesta dissertação é o levantamento. Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 60), o levantamento é uma estratégia de pesquisa própria para os:

[...] casos em que o pesquisador deseja responder a questões acerca da distribuição de uma variável ou das relações entre características de pessoas ou grupos, da maneira como ocorrem em situações naturais.

A estratégia do levantamento pode ser destinada a estudos que busquem a correlação entre comportamentos e atitudes de grupos; ou ainda no estudo das motivações (MARTINS e THEÓPHILO, 2009, p. 61). Neste trabalho se questiona a existência de razões para a contratação de uma empresa de auditoria independente, tendo-se como base os indicadores contábeis da empresa auditada e algumas variáveis de controle, enfatizando-se a perspectiva dos credores para essa decisão. Em outras palavras, busca-se averiguar se esses indicadores contábeis e variáveis de controle são motivadores para a escolha da empresa de auditoria independente.

3.3 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 165), “[...] amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto da população; é um subconjunto do universo”. A amostra, no caso dessa dissertação, é caracterizada pela relevância frente à população. Martins e Theóphilo (2009, p. 108) assinalam que “Uma população é a totalidade de itens, objetos ou pessoas sob consideração. Uma amostra é uma parte da população que é selecionada para análise.”

Dessa forma, o trabalho inicia-se a partir da pesquisa das 1.000 maiores empresas não financeiras atuantes no Brasil constantes do banco de dados da FIPECAFI, nos anos de 1997 a 2008 e que tiveram suas demonstrações contábeis publicadas e auditadas. Este estudo lida, portanto, apenas com empresas de grande porte, abertas e fechadas.

A população representa todas as empresas de grande porte, com ações negociadas em bolsa (abertas) de valores ou não (fechadas), não financeiras, atuantes no Brasil que constam do banco de dados da FIPECAFI. A amostra, por sua vez, corresponde às 1.000 maiores empresas não financeiras de cada ano do banco de dados da FIPECAFI, no período compreendido entre 1997 e 2008. Esse banco de dados é utilizado para a edição da Revista Exame – Melhores e Maiores, publicada anualmente pela Editora Abril; o critério utilizado para ordenar as empresas é o faturamento bruto (incluídos os impostos incidentes sobre as vendas e antes de deduzir quaisquer abatimentos ou devoluções). Em 2008, as 500 maiores companhias do país faturaram 846 bilhões de dólares, o que representou um crescimento de 5% em relação a 2007. As companhias classificadas entre a 501^a e a 1000^a posição faturaram 102 bilhões de dólares, o que representou um crescimento de 0,3% em relação a 2007, conforme consta da edição de julho de 2009 da Revista Melhores e Maiores. Não se pretende, com esta pesquisa, extrapolar os resultados obtidos para empresas de menor porte ou financeiras.

Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 123), a amostra dessa pesquisa foi determinada por um método de amostragem não probabilístico, em que há uma escolha deliberada dos elementos da amostra. Esse tipo de amostra não garante a representatividade da população. A amostragem não probabilística utilizada é denominada intencional, pois o investigador se dirige, intencionalmente, a grupos de elementos dos quais se deseja saber opiniões, conforme apontado pelos autores.

Convém destacar que, evidentemente, a classificação das empresas oscila ao longo dos anos e, por isso, a quantidade de empresas auditadas totalizou 2.024. Isso significa que 2.024 empresas participaram pelo menos uma vez do *ranking* das 1.000 maiores empresas não financeiras ao longo do período abordado (1997 a 2008). Os dados coletados foram consolidados, permitindo, desse modo, um melhor conhecimento sobre a participação das empresas de auditoria independente no Brasil nas grandes empresas. As empresas auditadas foram segregadas pelo ramo de atividade em que atuam (industrial, comercial ou de serviços) e isso possibilitou a análise da segmentação de atuação das empresas de auditoria. A análise também envolveu aspectos como o controle acionário da empresa e se ela tem ações negociadas em bolsa de valores.

Apesar de o termo “aberta” representar a negociação por uma empresa de qualquer valor mobiliário (que além de ações envolve negociação de debêntures, contratos futuros e de opções, contratos derivativos, cotas de fundos de investimento em valores mobiliários, clubes de investimento em quaisquer ativos, entre outros elencados nos incisos do artigo 2º da Lei n. 6.385/76, com a redação dada pela Lei n. 10.303/01), neste trabalho a segregação limitar-se-á à negociação de ações para a classificação entre empresas abertas ou fechadas, tendo em vista que é esse o critério adotado para a classificação do banco de dados da FIPECAFI. Algumas empresas não se encaixaram em nenhum dos ramos de atividade, e, portanto, foram consideradas apenas para a análise global, sendo excluídas das análises segmentadas, como será apresentado oportunamente.

A amostra selecionada para este estudo representa parcela significativa das empresas atuantes no Brasil, principalmente se a análise estiver baseada em termos qualitativos, como por exemplo, o valor adicionado dessas empresas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do

Brasil, e não apenas uma análise em termos absolutos (quantidade de empresas), o que eleva a representatividade da amostra.

Segundo Santos (2007, p. 33): “Produto Interno Bruto deve ser entendido como o resultado da atividade econômica de um país, considerando apenas a riqueza gerada dentro de seus próprios limites geográficos.” O cálculo do PIB brasileiro está atualmente a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mankiw (2007, p. 505) define que: “Produto Interno Bruto (PIB) é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um dado período de tempo.”

No cálculo do PIB é considerado o valor adicionado das empresas estrangeiras que atuam no Brasil, diferentemente do cálculo do Produto Nacional Bruto (PNB), que considera o valor agregado das empresas nacionais, mesmo que essas estejam atuando em outros países, e deduz-se o valor agregado produzido no Brasil por empresas estrangeiras, que serão adicionadas nos respectivos países. No Brasil, o PIB é superior ao PNB, pois há mais empresas estrangeiras no Brasil do que empresas brasileiras atuando do exterior. Nos Estados Unidos, em contrapartida, acontece o oposto, o PNB é maior que o PIB, pois a quantidade de empresas norte-americanas espalhadas pelo mundo é superior à quantidade de empresas estrangeiras que atuam nos Estados Unidos.

A contabilidade possui uma forma de mensurar o valor agregado (a riqueza) que uma empresa gera para um país, contribuindo para o seu PIB: a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A DVA também evidencia a distribuição do valor adicionado gerado pela empresa entre seus diversos *stakeholders*: pessoal, terceiros, acionistas, governo e a parcela de valor agregado retida pela empresa.

Em média, dentre as empresas do *ranking* que forneceram informações relativas à DVA no período, está representado nessa amostra 31% do PIB brasileiro, que, como mencionado, é a soma de toda a riqueza gerada dentro do país. Ressalte-se que não são todas as empresas que preparam informações relativas à DVA, tendo em vista que essa se tornou obrigatória apenas a partir de 2008 e somente para as companhias abertas, que foi o último ano utilizado nesta pesquisa. Assim, pode-se inferir que essa amostra supera os 31% do PIB que foi calculado com base nas DVA, pois se todas as empresas divulgassem tais informações, a

representatividade dessas no PIB seria ainda mais alta. Na média dos doze anos, são em número de 613 as empresas do *ranking* que forneceram informações relativas ao seu valor adicionado.

Entretanto, também não foram todas as empresas do *ranking* que tiveram suas demonstrações contábeis publicadas e auditadas, o que impossibilitou a utilização da totalidade de empresas neste trabalho. A Tabela 1, a seguir, evidencia as empresas de auditoria independente e a respectiva quantidade de empresas por elas auditada que foram utilizadas neste trabalho, antes de qualquer segmentação das empresas auditadas.

Tabela 1. Empresas e Auditores

Auditores Independentes	Quantidade de empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	129	18,86	129	20,91	133	23,42	143	23,25	120	19,83	138	24,38
Deloitte Touche Tohmatsu	58	8,48	47	7,62	45	7,92	61	9,92	70	11,57	140	24,73
Ernst & Young	74	10,82	59	9,56	65	11,44	61	9,92	71	11,74	58	10,25
KPMG	50	7,31	43	6,97	46	8,10	60	9,76	61	10,08	56	9,89
Arthur Andersen	79	11,55	140	22,69	124	21,83	121	19,67	112	18,51	0	0,00
Trevisan (2)	35	5,12	33	5,35	23	4,05	24	3,90	25	4,13	28	4,95
Outras	259	37,87	166	26,90	132	23,24	145	23,58	146	24,13	146	25,80
TOTAL	684	100	617	100	568	100	615	100	605	100	566	100

Auditores Independentes	Quantidade de empresas											
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	% Média
Price Waterhouse Coopers (1)	140	23,93	102	17,62	103	17,88	106	18,06	106	18,15	115	17,75
Deloitte Touche Tohmatsu	143	24,44	154	26,60	140	24,31	145	24,70	123	21,06	126	19,44
Ernst & Young	66	11,28	75	12,95	81	14,06	58	9,88	70	11,99	67	10,34
KPMG	60	10,26	59	10,19	66	11,46	84	14,31	101	17,29	108	16,67
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Trevisan (2)	30	5,13	36	6,22	38	6,60	39	6,64	36	6,16	54	8,33
Outras	146	24,96	153	26,42	148	25,69	155	26,41	148	25,34	178	27,47
TOTAL	585	100	579	100	576	100	587	100	584	100	648	100

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora, 2010

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A fim de atender ao objetivo geral deste trabalho, que é traçar o perfil da atuação das empresas de auditoria independente no Brasil, será feita uma análise descritiva com base na amostra e período selecionados, segregando-se as empresas auditadas em diversos critérios: globalmente, isto é, sem considerar peculiaridades das empresas e de forma separada: ramo de atividade, controle acionário e negociação de suas ações em bolsa de valores. A análise se dará de duas formas, em paralelo: a participação das empresas de auditoria considerando o número de empresas auditadas e também considerando o total dos ativos nominais das

empresas auditadas (em milhares de reais). Pretende-se, dessa forma, comparar tanto a abrangência das empresas de auditoria quantitativamente quanto em termos do porte da empresa auditada na amostra (por meio dos ativos), o que reflete na extensão e responsabilidade dos trabalhos de auditoria que serão realizados pela empresa de auditoria independente.

Haverá, ainda, uma terceira análise baseada no total de ativos corrigidos (valores em milhares de reais em moeda de 31/12/2008). A correção monetária permite a comparabilidade dos dados contábeis de uma empresa ao longo do tempo, pois reconhece os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis. FIPECAFI (2006) aponta a Instrução Normativa n. 64 de 19/05/1987 como pioneira no assunto, ao tornar obrigatória a elaboração e publicação de demonstrações contábeis complementares em moeda constante para as companhias abertas, o que representou um grande avanço da contabilidade em ambiente de inflação. A Instrução CVM 191 de 15/07/1992 instituiu a UMC – Unidade Monetária Contábil – como unidade de referência a ser utilizada pelas companhias abertas na elaboração das demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo constante. O reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis foi, no entanto, revogada em 1995 com a publicação da Lei n. 9.249. O artigo 4º da Lei 9.429/95 revogou a correção monetária das demonstrações contábeis e em seu parágrafo único vedou, expressamente, “a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários.”

Para responder à questão de pesquisa (objetivo específico) desta dissertação, foram extraídas informações contábeis das empresas auditadas constantes da Tabela 1 acima, a fim de verificar o relacionamento entre essas informações e a empresa de auditoria independente por elas contratada, para testar a hipótese de pesquisa apresentada no item 1.4 do capítulo 1.

Dessas informações contábeis foram calculados alguns indicadores contábeis, a saber: os níveis de endividamento (geral e de curto prazo), o retorno sobre o patrimônio líquido e a liquidez corrente. O teste também vai apontar se algumas variáveis não contábeis influenciam a decisão por um auditor independente: ramo de atividade, controle acionário e negociação de ações em bolsa de valores.

Esses indicadores são obtidos através da análise de balanços. A análise de balanços é um conjunto de técnicas que auxiliam no entendimento das informações fornecidas pela contabilidade. Assaf Neto (2007, p. 55) afirma que:

A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Matarazzo (2003, p. 28) assinala que: “[...] a análise de balanços permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; permite estimar seu futuro, suas limitações e suas potencialidades.”

Os usuários da análise de balanços são os mesmos usuários das informações contábeis, uma vez que a análise de balanços é uma ferramenta que detalha melhor as informações contábeis, deixando-as mais inteligíveis. A análise de balanços, através de indicadores econômico-financeiros (índices), é uma das principais técnicas de análise e foi a selecionada para auxiliar na pesquisa desta dissertação. Esses indicadores são tradicionalmente classificados em índices de estrutura, de liquidez e de rentabilidade.

O endividamento geral da empresa pertence ao grupo de indicadores que se relacionam com a sua estrutura. Os indicadores de estrutura, segundo Matarazzo (2003, p. 151): “[...] mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos.” Os quocientes de endividamento da empresa, de acordo com Iudícibus (1998, p. 103): “São de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa do capital de terceiros.”

A fórmula do endividamento geral da empresa, que representa o percentual do ativo que é financiado por recursos de terceiros, é:

$$\text{Endividamento Geral} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

O endividamento de curto prazo também pertence ao grupo de indicadores que evidenciam a estrutura da empresa. Iudícibus (1998, p. 104) preleciona que esse indicador “Representa a

composição do Endividamento Total ou qual a parcela que se vence a Curto Prazo, no Endividamento Total.” Sua fórmula é a seguinte:

$$\text{Endividamento de Curto Prazo} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Total}}$$

Segundo Brigham *et al* (2008, p. 43):

Os credores fazem um empréstimo de recursos a taxas que se baseiam (1) no nível de risco dos ativos atualmente existentes na empresa; (2) nas expectativas em relação ao nível de risco em face dos aumentos futuros de ativos, (3) na estrutura de capital existente (isto é, a quantidade de capital de terceiros utilizada), e (4) expectativas quanto às futuras decisões de estrutura de capital. Esses são os principais determinantes do nível de risco dos fluxos de caixa da empresa e, portanto, da segurança de suas emissões de dívidas.

Pode-se perceber que a atual estrutura de endividamento de uma entidade é um dos determinantes para a taxa que incidirá sobre o empréstimo a ser efetuado.

Para Ross *et al* (2008, p. 485): “O custo da dívida é o retorno que os credores da empresa exigem sobre os novos empréstimos.” Os autores afirmam, adicionalmente, que: “[...] o custo da dívida é simplesmente a taxa de juro que a empresa deve pagar sobre o novo financiamento [...]”.

Assim, a utilização de informações mais confiáveis (auditadas) auxilia na correta aplicação desses custos de agência tão significativos no contexto atual.

O grupo de contas Resultados de Exercícios Futuros (REF), que foi extinto pela Medida Provisória n. 449/08, posteriormente convertida na Lei n. 11.941/09, não foi somado às exigibilidades das entidades que o possuíam até o ano de 2007, tendo em vista que se caracterizavam por receitas recebidas, mas referentes a exercícios futuros, diminuídas de custos e despesas a elas correspondentes, conforme redação original do artigo 181 da Lei n. 6.404/76, revogado pela Medida Provisória *supra* mencionada. Esses valores não eram passíveis de restituição, mesmo em caso de não cumprimento do acordo firmado, não se caracterizando, portanto, como uma obrigação.

Iudícibus (2009, p. 308) confirma essa visão ao afirmar que: “Na análise de balanços, é dificultosa a colocação de tal grupo. De forma alguma deverá ser considerado como exigibilidade, mas no patrimônio líquido, para efeito de quocientes de estrutura de capital.” Dessa forma, as empresas que apresentaram saldos em contas pertencentes ao grupo de REF nos períodos de 1997 a 2007 foram classificadas no patrimônio líquido, para o cálculo dos indicadores.

O retorno sobre o patrimônio líquido classifica-se no grupo dos índices de rentabilidade. Matarazzo (2003, p. 175) aponta que: “Os índices deste grupo mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa.” Neste trabalho a equação de retorno sobre o patrimônio líquido (PL) utilizada é a seguinte:

$$\text{Retorno sobre o PL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

A liquidez é outro grupo de indicadores que evidencia a relação entre a situação financeira de uma entidade em relação às suas obrigações. Existem diversas formas de serem calculados indicadores de liquidez; neste trabalho, no entanto, será utilizado o índice de liquidez corrente (que em seu cálculo leva em consideração apenas itens componentes do ativo e passivo circulantes).

A fórmula consagrada do índice de liquidez corrente é:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O quociente de liquidez corrente, segundo Assaf Neto (2007, p. 109): “[...] indica o quanto existe de ativo circulante para cada \$1 de dívida a curto prazo.”

Iudícibus (1998, p. 100) explicita que também é necessário “[...] atentarmos para o problema dos prazos de vencimento das contas a receber e das contas a pagar.”, para uma análise mais precisa sobre a liquidez de uma entidade. Matarazzo (2003, p. 287) aponta algumas “falácias

da liquidez”, pois alta liquidez pode decorrer de excessos de estoques e de duplicatas a receber devido à má administração desses itens. Entretanto, o autor pondera (*Ibid.*, p. 287) que a alta liquidez também pode decorrer de baixo passivo circulante, sendo indício de sábia administração que evita despesas financeiras de empréstimos bancários (que no Brasil possuem custo elevado).

Ross *et al* (2008, p. 58) também orientam que: “[...] um índice de liquidez corrente baixo pode não ser um mau sinal para uma empresa com uma grande reserva de poder de financiamento não utilizado.”

Esses indicadores são amplamente utilizados pelos diversos usuários de informações contábeis (em especial os credores) para suas decisões e, por serem baseados em informações extraídas das demonstrações contábeis das empresas, necessitam que essas demonstrações contábeis reflitam a sua realidade patrimonial e financeira para que tenham utilidade. A auditoria independente torna-se importante aliada para a análise eficaz de balanços.

O ramo de atividade, controle acionário e negociação de ações em bolsa de valores podem evidenciar padrões comuns de mercado das empresas, que podem tender a seguir outras empresas com características similares.

A razão para a escolha desses indicadores é encontrada no conflito de interesses existente entre os agentes. O nível geral de endividamento e o endividamento de curto prazo podem ser fatores relevantes que levem as empresas a contratar as empresas componentes do “*Big Four*”, pois essas empresas podem necessitar de recursos de terceiros com maior expressividade e poderiam ser mais indagadas acerca de sua capacidade de honrar compromissos e da validade das informações contábeis. O retorno sobre o patrimônio líquido da empresa contribui para a análise da sua continuidade, o que afeta a expectativa do credor de receber seus créditos. A liquidez corrente da empresa também pode ser fator que leva as empresas a escolher uma “*Big Four*”, pois baixa liquidez corrente também pode apontar para dificuldades financeiras no curto prazo e, conseqüentemente, a possibilidade de recorrer a empréstimos e financiamentos no exercício subsequente e à necessidade de submissão de informações contábeis à apreciação de usuários externos (nesse caso, de credores). Os fornecedores, ainda, podem requerer informações desse tipo, como requisitos para a

concessão de prazos mais longos para o pagamento de mercadorias ou matérias-primas a serem negociadas ou consumidas em seu processo produtivo.

É razoável considerar que, no caso de uma empresa apresentar indicadores considerados “desfavoráveis” para a entidade, tais como liquidez baixa ou alto grau de endividamento geral e de curto prazo, essa situação poderia refletir maior interesse de credores (bancos e fornecedores, por exemplo) em exigir dessa empresa um parecer emitido por uma grande empresa de auditoria independente (uma empresa componente do “*Big Four*”), como condição para a concessão de empréstimos e financiamentos, por exemplo, no caso de bancos, dada a maior reputação de pareceres emitidos e da qualidade da auditoria feita por essas entidades (refletindo no incremento da confiabilidade das demonstrações contábeis elaboradas pela empresa), o que minimizaria a ocorrência de assimetria informacional entre a entidade e o credor.

Dessa forma, as hipóteses a serem testadas por meio da regressão logística selecionadas para responder à questão de pesquisa proposta nessa dissertação são:

- **Hipótese Nula (H₀):** Não existe associação entre a escolha de uma empresa de auditoria independente componente do “*Big Four*” e o controle acionário, o ramo de atividade, a negociação em bolsa de valores, a liquidez corrente, o retorno sobre o patrimônio líquido ou o nível de endividamento geral ou de curto prazo da empresa auditada.
- **Hipótese Alternativa 1 (H₁):** Existe associação entre a escolha de uma empresa de auditoria independente componente do “*Big Four*” e o controle acionário, o ramo de atividade, a negociação em bolsa de valores, a liquidez corrente, o retorno sobre o patrimônio líquido ou o nível de endividamento geral ou de curto prazo da empresa auditada.

O teste estatístico que será utilizado é o da regressão logística, que, segundo Corrar *et al* (2007, p. 284), é uma técnica estatística “[...] particularmente recomendada para as situações em que a variável dependente é de natureza dicotômica ou binária” (que, nesse caso, significa

pertencer ou não ao grupo de empresas de auditoria independente que compõem o “*Big Four*”), caracterizando o uso de variável *dummy*.

Segundo Fávero *et al* (2009), a regressão logística é uma técnica multivariada de dependência destinada a identificar as variáveis mais significativas para a previsão da ocorrência de determinado evento de interesse, provendo, inclusive, a probabilidade de sua ocorrência.

Martins e Theóphlio (2009, p. 137) afirmam que:

[...] o uso de variáveis *dummies* possibilita a consideração de variáveis qualitativas como parte do modelo de regressão. Se uma variável apresenta duas categorias, então uma variável *dummy* será necessária para representar as duas categorias.

Nessa pesquisa, as variáveis dependentes receberão os valores 0 (caso não pertençam ao grupo das grandes empresas de auditoria) ou 1 (caso pertençam ao grupo das maiores empresas). Algumas variáveis independentes, por serem qualitativas, também serão representadas por *dummies*: negociação em bolsa, ramo de atividade e controle acionário. O programa a ser utilizado para a realização dos testes é o SPSS.

A curva logística assemelha-se mais a um “S” do que a uma reta. Segundo Corrar *et al* (2007, p. 290):

Como a estimação de probabilidades pressupõe um limite mínimo e máximo (0 e 1), realmente é de se esperar que as mudanças ocorridas na variável estatística produzam efeitos cada vez menores sobre a variável dependente à medida que ela assuma valores mais próximos dos extremos. Isso significa que quanto mais a probabilidade se aproxima de 0 ou de 1, tornam-se necessárias mudanças cada vez mais expressivas na função logística para se obter o mesmo efeito que seria obtido no meio da curva. Em outras palavras, para que a probabilidade se desloque de 97% para 98%, por exemplo, o incremento que deve ocorrer nas variáveis independentes é muito maior do que se faz necessário para alcançar uma evolução de 47% para 48%.

As variáveis independentes são os indicadores de retorno sobre o patrimônio líquido, de liquidez corrente e de estrutura (endividamento geral e de curto prazo) extraídos das demonstrações contábeis das empresas auditadas que compõem a amostra deste estudo. As análises também considerarão as empresas em função do ramo de atividade, controle acionário e negociação de ações em bolsa de valores, com o intuito de se avaliar se existem diferenças de comportamento das empresas entre os grupos. Por exemplo, pode-se esperar que

empresas sob controle estrangeiro não apresentem relação entre a análise de balanços proposta nessa dissertação e a escolha de um auditor independente, devido às decisões das respectivas matrizes, que vinculam a escolha para a filial instalada no Brasil. O contrário, no entanto, pode ocorrer com empresas de controle nacional ou estatal. Outro exemplo a destacar é a escolha de empresas abertas, já que existem estudos que demonstram que essas empresas têm preferência por serviços de auditoria fornecidos por grandes empresas.

A regressão logística utiliza o conceito de “chance” (*odds ratio*, em inglês), que demonstra uma comparação entre a probabilidade de um evento ocorrer e a desse mesmo evento não ocorrer, que é usado como variável dependente³⁵ (HAIR ET AL, 1998, p. 242).

Corrar *et al* (2007, p. 285) apresentam a razão de chance (*odds ratio*) da seguinte forma:

$$\text{Razão de Chance} = \frac{P(\text{sucesso})}{1 - P(\text{sucesso})}$$

Nessa dissertação, a regressão logística vai apontar para a probabilidade de uma empresa optar por uma empresa de auditoria independente componente do grupo “*Big Four*” em função da sua liquidez corrente, retorno sobre o patrimônio líquido e níveis de endividamento geral e de curto prazo, bem como a influência do ramo de atividade, origem do controle acionário e negociação de suas ações para essa escolha. Em outras palavras, a regressão logística vai informar se essas variáveis podem ser indicadores para a escolha de uma empresa de auditoria independente e qual o grau dessa influência.

A fórmula da regressão logística está apresentada a seguir:

$$\left(\frac{P(\text{sucesso})}{1 - P(\text{sucesso})} \right) = e^{(b_0 + b_1 x_1 + b_2 x_2 + \dots + b_n x_n)}$$

Segundo Hair *et al* (2005, p. 233):

Os coeficientes estimados ($b_0, b_1, b_2, \dots b_n$) são na verdade medidas de variações na proporção das probabilidades, chamada de razão de desigualdade (razão de chance).

³⁵ Tradução livre de: “*Odds ratio* The comparison of the probability of na event to the probability of the event not happening, wich is used as the dependent variable in logistic regression.” (HAIR ET AL, 1998, p. 242)

Além disso, eles são expressos em logaritmos, precisando, portanto, ser transformados de volta (o antilogaritmo do valor deve ser tomado) de forma que seu efeito relativo sobre as probabilidades seja avaliado mais facilmente. Programas de computador executam esse procedimento automaticamente e fornecem tanto o coeficiente real quanto o transformado.

De acordo com Fávero *et al* (2009), a regressão logística assume as seguintes premissas:

- relação linear entre o vetor das variáveis explicativas X e a variável dependente Y;
- valor esperado dos resíduos é igual a zero;
- ausência de heterocedasticidade;
- ausência de multicolinearidade.

Os autores ainda destacam que a regressão logística não pressupõe a normalidade de resíduos (grande limitação que está presente na regressão múltipla e na análise discriminante) e nem a homogeneidade de variâncias. A redução no número de pressupostos, portanto, torna-a preferível em muitas situações práticas.

O modelo de regressão logística proposto nessa pesquisa é definido a seguir:

$$\ln \text{CHANCE} = \beta_0 + \beta_1 \text{ENDIVGERAL} + \beta_2 \text{ENDIVCP} + \beta_3 \text{LIQCORR} + \beta_4 \text{ROE} + \\ + \sum_{j=1}^4 \beta_{4+j} \text{Variável Controle}_j$$

em que:

CHANCE = razão entre a probabilidade de escolha de uma auditoria grande e a probabilidade de escolha de uma firma de menor porte, conforme previamente explicitado.

ENDIVGERAL = endividamento geral conforme previamente especificado

ENDIVCP = endividamento de curto prazo conforme previamente especificado

LIQCORR = liquidez corrente conforme previamente especificado

ROE = retorno sobre o patrimônio líquido conforme previamente especificado

Variável Controle = incluem-se 4 variáveis de controle a saber:

Capital: variável binária representada por 1 se a empresa é aberta ou 0 se não aberta.

Tamanho: logaritmo natural do total de ativos e do faturamento

Ramo: variável representativa do ramo de atividade (i.e. indústria, comércio e serviços)

Controle: variável representativa da origem do controle acionário (i.e. nacional, estatal, estrangeiro ou pulverizado)

Vale destacar que a variável de controle *Tamanho*, que é subdividida em vendas e ativos será utilizada no modelo não por seu valor absoluto, mas sim pelo seu correspondente logaritmo. De acordo com Villalobos (2005, p. 30):

Em quase todos os estudos a métrica de tamanho é utilizada na sua forma logarítmica, que apresenta maior aproximação à curva normal. Segundo Wooldridge (2002), pág. 188, “variáveis estritamente positivas muitas vezes apresentam distribuições que são heteroscedásticas ou viesadas; usar a forma logarítmica pode mitigar, se não eliminar, ambos problemas”. Além disso, usar a forma logarítmica normalmente reduz a amplitude da distribuição da variável, muitas vezes de forma significativa, e torna os estimadores menos sensíveis a valores extremos.

Outrossim, as variáveis *Controle* e *Capital* foram inseridas, respectivamente, em função da relevância dos investimentos estatais e estrangeiros na economia brasileira e do crescimento do mercado de capitais no país.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A principal limitação desse trabalho relaciona-se com o critério utilizado para a seleção da amostra, pois uma amostra não probabilística do tipo intencional não garante a representatividade da população e pode comprometer, de certa forma, os resultados obtidos e a extensão desses resultados à população. Contudo, em virtude da relevância da amostra, é possível apresentar importantes evidências sobre a auditoria independente no Brasil.

4 PRIMEIRA ETAPA (Objetivo Geral)

Esse capítulo busca atender ao objetivo geral desta dissertação, que é conhecer o *market share*³⁶ das empresas de auditoria independente que atuam no Brasil, bem como analisar possíveis especializações dessas empresas. Sabe-se da liderança das “*Big Four*” no Brasil e no mundo (que até 2001 eram denominadas “*Big Five*”, pela presença da Arthur Andersen), mas não se sabe a amplitude dessa liderança e nem o seu comportamento ao longo do período abordado nesta pesquisa (1997 a 2008).

Vale ressaltar que, nesta seção, será também destacada a BDO Trevisan, que, apesar de não compor o grupo das maiores empresas de auditoria independente, tem participação significativa no Brasil, como será apresentado.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

Como pode ser observado através da Tabela 1, rerepresentada a seguir, juntamente com o Gráfico 1, a PriceWaterhouseCoopers lidera, na média do período compreendido entre 1997 e 2008, o *ranking* quantitativo de empresas auditadas no período abordado neste trabalho. Porém, ano a ano, essa liderança somente se sustentou até a saída da Arthur Andersen do mercado, em 2002, quando a Deloitte Touche Tohmatsu assumiu boa parte de sua carteira de clientes e passou a ocupar a liderança do *ranking* de empresas de auditoria independente atuando no Brasil, considerando-se apenas a quantidade absoluta de empresas auditadas, mantendo-se nessa posição até o último ano desta pesquisa.

A Price passou a apresentar participações mais modestas a partir de 2004, permanecendo nesse patamar (aproximadamente 18%) até 2008, após mais de 6 pontos percentuais de queda em sua participação global de 2003 para 2004. A saída da Arthur Andersen não afetou a participação das maiores empresas de auditoria independente na composição global, que foi

³⁶ *Market Share* representa a participação de uma empresa no mercado em que atua.

de 73,5% na média, pois grande parte das empresas auditadas pela Arthur Andersen continuaram sendo auditadas por grandes empresas a partir de 2002 (ano em que a empresa saiu do mercado de auditoria independente).

A Ernst & Young e a Trevisan permaneceram estáveis ao longo do período, com participações médias de 10% e 8,3%, respectivamente. Outro destaque é a KPMG, que no período estudado cresceu mais de 100%, passando de 7,3% em 1997 para 16,7% em 2008.

Com relação ao conjunto das menores empresas de auditoria (exceto a BDO Trevisan), nesse levantamento quantitativo as menores empresas auditam, em média, 26,5% das empresas, participação que se mantém desde 1998, após uma redução de mais de 10 pontos percentuais em relação ao primeiro ano desta pesquisa (1997). Essa redução se deu principalmente em virtude de a empresa “Coopers & Lybrand” ter passado por um processo de cisão e deixado de atuar no Brasil, e a Coopers fundiu-se à PriceWaterhouse.

Tabela 1. Empresas e Auditores

Auditores Independentes	Quantidade de empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	129	18,86	129	20,91	133	23,42	143	23,25	120	19,83	138	24,38
Deloitte Touche Tohmatsu	58	8,48	47	7,62	45	7,92	61	9,92	70	11,57	140	24,73
Ernst & Young	74	10,82	59	9,56	65	11,44	61	9,92	71	11,74	58	10,25
KPMG	50	7,31	43	6,97	46	8,10	60	9,76	61	10,08	56	9,89
Arthur Andersen	79	11,55	140	22,69	124	21,83	121	19,67	112	18,51	0	0,00
Trevisan (2)	35	5,12	33	5,35	23	4,05	24	3,90	25	4,13	28	4,95
Outras	259	37,87	166	26,90	132	23,24	145	23,58	146	24,13	146	25,80
TOTAL	684	100	617	100	568	100	615	100	605	100	566	100

Auditores Independentes	Quantidade de empresas											
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Price Waterhouse Coopers (1)	140	23,93	102	17,62	103	17,88	106	18,06	106	18,15	115	17,75
Deloitte Touche Tohmatsu	143	24,44	154	26,60	140	24,31	145	24,70	123	21,06	126	19,44
Ernst & Young	66	11,28	75	12,95	81	14,06	58	9,88	70	11,99	67	10,34
KPMG	60	10,26	59	10,19	66	11,46	84	14,31	101	17,29	108	16,67
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Trevisan (2)	30	5,13	36	6,22	38	6,60	39	6,64	36	6,16	54	8,33
Outras	146	24,96	153	26,42	148	25,69	155	26,41	148	25,34	178	27,47
TOTAL	585	100	579	100	576	100	587	100	584	100	648	100

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Gráfico 1. Empresas e Auditores

Fonte: Autora (2010)

O cenário, contudo, é muito diferente quando se analisa a participação das empresas de auditoria em relação ao total dos ativos das empresas auditadas. A Tabela 2 e o Gráfico 2, apresentados a seguir, evidenciam essa participação:

Tabela 2. Empresas e Auditores

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais nominais)											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	158.094.381	25,76	211.024.211	32,54	237.544.828	35,80	296.540.591	38,19	310.326.459	39,48	429.998.609	45,13
Deloitte Touche Tohmatsu	58.899.501	9,60	56.172.013	8,66	66.333.854	10,00	78.798.064	10,15	98.507.969	12,53	287.889.601	30,21
Ernst & Young	33.212.656	5,41	38.032.358	5,87	51.410.673	7,75	51.649.079	6,65	56.835.182	7,23	49.652.085	5,21
KPMG	32.020.185	5,22	25.107.187	3,87	27.272.868	4,11	33.382.390	4,30	40.963.022	5,21	55.453.793	5,82
Arthur Andersen	104.708.673	17,06	169.354.667	26,15	193.166.207	29,11	209.944.470	27,04	183.109.873	23,29	0	0,00
Trevisan (2)	96.226.599	15,68	65.347.669	10,08	18.469.277	2,78	22.945.223	2,96	24.818.676	3,16	40.864.704	4,29
Outras	130.646.813	21,28	83.211.034	12,83	69.316.476	10,45	83.205.538	10,72	71.488.160	9,09	88.953.964	9,34
TOTAL	613.808.808	100	648.449.139	100	663.514.183	100	776.465.355	100	786.049.341	100	952.812.756	100

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais nominais)												Média	DP
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%		
Price Waterhouse Coopers (1)	398.126.309	36,48	233.236.033	19,15	146.014.512	10,85	171.654.990	11,75	154.735.041	9,55	286.624.420	14,79	26,62	12,85
Deloitte Touche Tohmatsu	282.874.595	25,92	340.894.255	27,99	416.846.249	30,97	479.898.830	32,84	399.372.678	24,64	447.081.609	23,07	20,55	9,56
Ernst & Young	192.081.015	17,60	290.766.082	23,87	343.560.103	25,52	171.776.620	11,76	219.301.546	13,53	196.499.271	10,14	11,71	7,11
KPMG	67.432.083	6,18	79.446.378	6,52	108.917.113	8,09	316.819.394	21,68	482.410.507	29,76	587.445.324	30,32	10,92	10,13
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	10,22	12,94
Trevisan (2)	45.339.714	4,15	77.032.142	6,32	196.824.982	14,62	199.702.810	13,67	189.491.031	11,69	228.283.203	11,78	8,43	4,98
Outras	105.565.225	9,67	196.602.294	16,14	133.921.078	9,95	121.261.604	8,30	175.583.908	10,83	191.700.582	9,89	11,54	3,70
TOTAL	1.091.418.941	100	1.217.977.184	100	1.346.084.037	100	1.461.114.248	100	1.620.894.711	100	1.937.634.409	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Gráfico 2. Empresas e Auditores (Total dos Ativos)

Fonte: Autora (2010)

A PriceWaterhouseCoopers, tomando-se por base o valor dos ativos das empresas auditadas, também lidera, na média, o *ranking* de participação. Entretanto, a participação da Price pode ser dividida em dois grandes períodos; um crescimento entre os anos de 1997 a 2002 e, a partir de 2003, passou por quedas constantes. Em 2008 demonstrou uma pequena recuperação, embora nessa nova análise seja possível perceber que a queda da Price foi muito mais grave do que o verificado na análise quantitativa.

Existem duas hipóteses associadas a essa queda da Price: a implementação do rodízio de auditores, a partir de 1999, que exigiu a troca da empresa de auditoria após cinco anos; e a saída da Arthur Andersen do mercado a partir de 2002, cujos clientes (parte deles) migraram para a Deloitte, tendo a CVM considerado novo prazo de 5 anos para essas empresas, que não precisaram trocar de auditor nos anos de 2004 e 2005.

A Ernst & Young apresentava, em 1997, 10,8% de participação (quantitativa) das empresas; sua participação em 1997, em termos de ativo das empresas auditadas representava apenas 5,4%. O contrário ocorreu com a Trevisan em 1997, que auditava 5,1% da quantidade de empresas da amostra, mas que representa 15,6% dos ativos. A Trevisan, que na análise

quantitativa ocupou o último lugar entre as grandes empresas de auditoria durante todo o período, esteve à frente da KPMG e da Ernst & Young durante alguns anos da pesquisa.

Outro ponto a destacar é a KPMG, que em 2008 ocupava a terceira posição (com 16,6%), atrás da Deloitte (19,4%) e da Price (17,7%). Considerando-se, no entanto, os ativos das empresas auditadas, a KPMG quase dobra sua participação, passando a liderar o período, com 30,3%, seguida pela Deloitte (23%) e pela Price (14,8%).

A participação das menores empresas, que representava em média 26,5% das empresas auditadas, cai para 11,5%, quando o critério observado é o total de ativos das empresas, o que realça a força das maiores empresas de auditoria independente quanto à relevância das empresas auditadas.

A Tabela 3 a seguir evidencia a classificação das empresas auditadas e o respectivo ramo de atividade.

Tabela 3. Empresas por Ramo de Atividade

Ramo de Atividade	Quantidade de empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Indústria	423	61,84	346	56,08	315	55,46	341	55,45	335	55,37	310	54,77
Comércio	82	11,99	75	12,16	67	11,80	72	11,71	74	12,23	65	11,48
Serviços	175	25,58	192	31,12	183	32,22	201	32,68	195	32,23	190	33,57
Outros / Não Identificados	4	0,58	4	0,65	3	0,53	1	0,16	1	0,17	1	0,18
TOTAL	684	100	617	100	568	100	615	100	605	100	566	100

Ramo de Atividade	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Indústria	314	53,68	311	53,71	303	52,60	315	53,66	316	54,11	352	54,32	55,09	2,35
Comércio	66	11,28	67	11,57	73	12,67	74	12,61	78	13,36	87	13,43	12,19	0,70
Serviços	204	34,87	201	34,72	200	34,72	197	33,56	190	32,53	209	32,25	32,51	2,48
Outros / Não Identificados	1	0,17	0	0,00	0	0,00	1	0,17	0	0,00	0	0,00	0,22	0,24
TOTAL	585	100	579	100	576	100	587	100	584	100	648	100	100	-

Fonte: Autora (2010)

O conjunto das empresas analisadas, do ponto de vista de sua classificação por ramos de atividade, apresentado na Tabela 3, pouco variou ao longo do período estudado e apresentou desvio-padrão de 2,35% para indústria, 0,70% para comércio e 2,48% para serviços. Outro ponto a ressaltar é a preponderância de empresas industriais no *ranking* das maiores empresas do Brasil, representando pouco mais de 55% da amostra deste estudo, em média. Como já citado, uma pequena quantidade, correspondente a 0,22% da amostra, em média, de empresas não se encaixou em qualquer dos ramos de atividade escolhidos e, portanto, essas empresas

foram consideradas apenas para a análise global, sendo desconsideradas, evidentemente, nas análises segmentadas.

A Tabela 4 apresenta a análise dos ramos de atividade utilizados nesta pesquisa, em termos do total de ativos das empresas que compõem a amostra, fornecendo uma nova perspectiva da amostra.

Tabela 4. Empresas por Ramo de Atividade

Ramo de Atividade	Total de ativos (em reais nominais)											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Indústria	269.435.505	43,9	255.154.432	39,3	292.979.484	44,2	334.391.267	43,1	365.457.876	46,5	466.582.694	49,0
Comércio	30.278.587	4,9	31.653.629	4,9	31.786.950	4,8	33.926.591	4,4	37.055.590	4,7	49.042.557	5,1
Serviços	312.863.123	51,0	359.855.612	55,5	337.484.047	50,9	407.232.317	52,4	382.449.857	48,7	436.037.386	45,8
Outros / Não Identificados	1.231.593	0,2	1.785.466	0,3	1.263.702	0,2	915.180	0,1	1.086.018	0,1	1.150.119	0,1
TOTAL	613.808.808	100	648.449.139	100	663.514.183	100	776.465.355	100	786.049.341	100	952.812.756	100

Ramo de Atividade	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Indústria	487.011.678	44,6	557.885.315	45,8	664.304.377	49,4	764.715.950	52,3	898.990.057	55,5	1.155.608.448	59,6	47,76	5,73
Comércio	51.905.672	4,8	58.817.103	4,8	65.187.946	4,8	68.977.606	4,7	80.464.463	5,0	74.162.522	3,8	4,73	0,34
Serviços	551.462.972	50,5	601.274.766	49,4	616.591.714	45,8	627.293.894	42,9	641.440.191	39,6	707.863.439	36,5	47,41	5,52
Outros / Não Identificados	1.038.619	0,1	0	0,0	0	0,0	126.798	0,0	0	0,0	0	0,0	0,10	0,10
TOTAL	1.091.418.941	100	1.217.977.184	100	1.346.084.037	100	1.461.114.248	100	1.620.894.711	100	1.937.634.409	100	100	-

Fonte: Autora (2010)

Diferentemente do que está evidenciado na Tabela 3, a Tabela 4 mostra um nivelamento entre os ramos industrial e de serviços (ambas com aproximadamente 47% de participação, em média); o ramo de comércio, por outro lado, representa menos de 5% da amostra, menos da metade do percentual detectado na análise quantitativa das empresas (pouco mais de 12%). O ramo de serviços tinha a maior parte de ativos das maiores empresas no Brasil em 1997, entretanto em 2008 o ramo das indústrias tem maior influência na amostra deste trabalho. O desvio-padrão dos ramos de indústria e serviços dobrou, o que demonstra maior variabilidade dessas participações ao longo do período.

As Tabelas 5 a 10, evidenciadas a seguir, mostram a participação das empresas de auditoria independente em cada um dos ramos de atividade apresentados (indústria, comércio e serviços), sendo que as Tabelas 5 e 6 tratam especificamente do ramo industrial.

Tabela 5. Auditoria do Ramo Industrial

Auditores Independentes	Quantidade de empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	96	22,70	86	24,86	80	25,40	84	24,63	78	23,28	96	30,97
Deloitte Touche Tohmatsu	40	9,46	28	8,09	28	8,89	35	10,26	40	11,94	70	22,58
Ernst & Young	49	11,58	38	10,98	39	12,38	37	10,85	38	11,34	24	7,74
KPMG	35	8,27	28	8,09	28	8,89	32	9,38	38	11,34	31	10,00
Arthur Andersen	56	13,24	75	21,68	62	19,68	63	18,48	57	17,01	0	0,00
Trevisan (2)	17	4,02	15	4,34	14	4,44	16	4,69	15	4,48	15	4,84
Outras	130	30,73	76	21,97	64	20,32	74	21,70	69	20,60	74	23,87
TOTAL	423	100	346	100	315	100	341	100	335	100	310	100

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	92	29,30	62	19,94	68	22,44	74	23,49	73	23,10	80	22,73	24,40	3,04
Deloitte Touche Tohmatsu	66	21,02	88	28,30	80	26,40	77	24,44	75	23,73	82	23,30	18,20	7,74
Ernst & Young	32	10,19	32	10,29	39	12,87	28	8,89	28	8,86	28	7,95	10,33	1,67
KPMG	38	12,10	42	13,50	40	13,20	52	16,51	57	18,04	55	15,63	12,08	3,35
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7,51	9,47
Trevisan (2)	16	5,10	16	5,14	15	4,95	18	5,71	21	6,65	32	9,09	5,29	1,39
Outras	70	22,29	71	22,83	61	20,13	66	20,95	62	19,62	75	21,31	22,19	2,95
TOTAL	314	100	311	100	303	100	315	100	316	100	352	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

O setor industrial é o mais influente na amostra, pois representa, em média, 55% da quantidade das maiores empresas do banco de dados da FIPECAFI utilizadas neste estudo. Entretanto, tem o cenário menos diversificado no tocante à distribuição das empresas de auditoria, isto é, apresenta a menor parcela de participação das empresas de auditoria de pequeno porte. A média do período pesquisado (1997 a 2008) mostrou concentração de aproximadamente 78% do mercado nas mãos das chamadas “grandes” empresas de auditoria independente.

Ao longo do período, diversos podem ser os destaques de alterações nas participações. Por exemplo, a Price atingiu seu auge de participação em 2002, quando foi responsável pela auditoria de 96 empresas, representando 31% do mercado pesquisado, mantendo essa participação em 2003, mas caiu abruptamente em 2004, passando a responder por 20% das empresas. A Deloitte, em contrapartida, teve alto crescimento em 2004, quando foi responsável por 88 das 311 empresas analisadas. A KPMG cresceu consideravelmente no ramo industrial, partindo de 8,3% em 1997 para 15,6% em 2008, embora tenha perdido participação no ano de 2008 em relação a 2007.

A Tabela 6, em conjunto com o Gráfico 3 que seguem, apresentam a análise baseada nos ativos das empresas.

Tabela 6. Auditoria do Ramo Industrial

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais nominais)											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	86.933.592	32,27	137.705.824	53,97	141.120.762	48,17	164.949.196	49,33	185.106.083	50,65	303.286.812	65,00
Deloitte Touche Tohmatsu	33.148.474	12,30	22.774.588	8,93	29.031.240	9,91	28.786.252	8,61	33.278.398	9,11	77.921.361	16,70
Ernst & Young	19.421.328	7,21	19.993.012	7,84	29.018.664	9,90	35.319.786	10,56	34.699.733	9,49	20.539.099	4,40
KPMG	16.314.400	6,06	14.040.900	5,50	16.854.893	5,75	15.913.313	4,76	21.367.388	5,85	22.754.542	4,88
Arthur Andersen	33.132.216	12,30	41.750.161	16,36	58.474.730	19,96	60.762.779	18,17	60.745.421	16,62	0	0,00
Trevisan (2)	43.213.310	16,04	4.248.934	1,67	3.987.286	1,36	5.377.876	1,61	5.490.410	1,50	5.908.651	1,27
Outras	37.272.185	13,83	14.641.013	5,74	14.491.909	4,95	23.282.065	6,96	24.770.443	6,78	36.172.229	7,75
TOTAL	269.435.505	100	255.154.432	100	292.979.484	100	334.391.267	100	365.457.876	100	466.582.694	100

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais nominais)												Média	DP
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%		
Price Waterhouse Coopers (1)	168.519.830	34,60	100.409.011	18,00	108.089.199	16,27	113.212.650	14,80	104.724.533	11,65	174.980.344	15,14	34,15	18,76
Deloitte Touche Tohmatsu	89.612.123	18,40	187.845.821	33,67	245.596.966	36,97	290.960.560	38,05	281.151.649	31,27	369.718.570	31,99	21,33	12,05
Ernst & Young	147.784.496	30,35	188.196.102	33,73	211.934.456	31,90	61.335.717	8,02	63.378.490	7,05	39.136.188	3,39	13,65	11,27
KPMG	35.592.713	7,31	40.377.297	7,24	55.429.395	8,34	253.328.401	33,13	379.401.705	42,20	476.450.285	41,23	14,35	14,96
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6,95	8,76
Trevisan (2)	11.797.082	2,42	12.629.091	2,26	15.539.358	2,34	11.953.712	1,56	23.468.294	2,61	47.488.686	4,11	3,23	4,11
Outras	33.705.434	6,92	28.427.993	5,10	27.715.003	4,17	33.924.910	4,44	46.865.386	5,21	47.834.375	4,14	6,33	2,65
TOTAL	487.011.678	100	557.885.315	100	664.304.377	100	764.715.950	100	898.990.057	100	1.155.608.448	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse
(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Gráfico 3. Auditoria do Ramo Industrial (Total de Ativos)

Fonte: Autora (2010)

A Price, com base nos ativos das empresas auditadas, também teve o auge verificado em 2002, mas o percentual verificado corresponde a 65% das indústrias, bem superior ao verificado na primeira análise (31%). Em 2003, a participação manteve-se estável na primeira análise (29%), mas caiu pela metade nessa segunda análise.

O aumento da KPMG merece destaque, pois quadruplicou sua participação do ano de 2005 para 2006, crescendo ainda mais nesse período, ano em que assumiu a auditoria da Petrobras, que permaneceu contratada pela empresa nos anos de 2007 e 2008. O impacto negativo deu-se na Ernst & Young, que auditou a Petrobras de 2003 a 2005. A Deloitte apresentou aumentos

de participação bem mais expressivos nessa segunda análise a partir da saída da Arthur Andersen; passou de 9% em 2001 para 37% em 2005.

As menores empresas de auditoria respondem por apenas 6,3% dos ativos das empresas do ramo industrial, percentual bem menos relevante do que o verificado na primeira análise (22%).

A Tabela 7 traz a participação das empresas de auditoria independente no ramo comercial, que corresponde a uma participação de 12% do total das maiores empresas do banco de dados da FIPECAFI no período.

Tabela 7. Auditoria do Ramo Comercial

Auditores Independentes	Quantidade de empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	10	12,20	12	16,00	12	17,91	13	18,06	12	16,22	15	23,08
Deloitte Touche Tohmatsu	4	4,88	2	2,67	2	2,99	3	4,17	5	6,76	9	13,85
Ernst & Young	10	12,20	7	9,33	5	7,46	6	8,33	9	12,16	10	15,38
KPMG	5	6,10	2	2,67	5	7,46	8	11,11	9	12,16	8	12,31
Arthur Andersen	4	4,88	18	24,00	15	22,39	11	15,28	8	10,81	0	0,00
Trevisan (2)	2	2,44	4	5,33	2	2,99	2	2,78	2	2,70	3	4,62
Outras	47	57,32	30	40,00	26	38,81	29	40,28	29	39,19	20	30,77
TOTAL	82	100	75	100	67	100	72	100	74	100	65	100

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	18	27,27	14	20,90	18	24,66	15	20,27	13	16,67	13	14,94	19,01	4,36
Deloitte Touche Tohmatsu	11	16,67	13	19,40	12	16,44	18	24,32	17	21,79	15	17,24	12,60	7,85
Ernst & Young	10	15,15	10	14,93	9	12,33	7	9,46	7	8,97	8	9,20	11,24	2,83
KPMG	8	12,12	5	7,46	6	8,22	6	8,11	10	12,82	6	6,90	8,95	3,14
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6,45	9,31
Trevisan (2)	2	3,03	1	1,49	1	1,37	1	1,35	1	1,28	2	2,30	2,64	1,28
Outras	17	25,76	24	35,82	27	36,99	27	36,49	30	38,46	43	49,43	39,11	8,04
TOTAL	66	100	67	100	73	100	74	100	78	100	87	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Nesse ramo de atividade, as grandes empresas de auditoria ficaram com pouco mais de 60% das empresas auditadas da amostra, em média. A Price teve crescimento contínuo de 1997 a 2003 (salvo em relação ao ano de 2001, em que ocorreu queda de aproximadamente 2 pontos percentuais), mas teve sua participação voltando aos níveis iniciais a partir de 2004 até 2008.

A KPMG, que havia dobrado sua participação nesse ramo em 2007 em relação a 1997, teve forte queda em 2008, de praticamente 50% (queda ainda mais alta do que a verificada no ramo industrial). Ernst & Young e Trevisan foram as únicas empresas que cresceram de 2007 para 2008; cada uma delas aumentou 1 empresa em relação à quantidade auditada em 2007,

tendo em vista o crescimento de 11% de participação das menores empresas de auditoria em 2008.

Pode-se perceber que a quantidade de empresas do ramo comercial começou a migrar para as grandes empresas de auditoria a partir de 1998, quando a participação das menores empresas baixou de 57% em 1997 para 40% em 1998, alcançando seu menor nível em 2003 (25,7%). A redução de participação das menores no ano de 1998 é também observada nos ramos industrial e de serviços.

Porém, nos anos subsequentes (2004 a 2007), a participação das menores empresas de auditoria independente voltou a subir, tendo em 2008 o crescimento mais considerável (de 38% em 2007 para 49% em 2008).

Novamente, são apresentados os percentuais baseados nos ativos das empresas do ramo comercial na Tabela 8 e no Gráfico 4.

Tabela 8. Auditoria do Ramo Comercial

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais nominais)											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	4.802.927	15,86	10.504.493	33,19	13.025.365	40,98	15.806.345	46,59	16.990.419	45,85	28.415.571	57,94
Deloitte Touche Tohmatsu	2.786.783	9,20	1.739.671	5,50	2.089.085	6,57	1.025.922	3,02	1.588.441	4,29	2.861.252	5,83
Ernst & Young	5.372.564	17,74	3.469.961	10,96	3.416.023	10,75	4.152.826	12,24	5.603.255	15,12	6.889.266	14,05
KPMG	6.124.764	20,23	150.239	0,47	465.454	1,46	2.072.237	6,11	4.970.337	13,41	5.163.703	10,53
Arthur Andersen	930.513	3,07	6.173.219	19,50	7.079.162	22,27	4.551.953	13,42	3.572.072	9,64	0	0,00
Trevisan (2)	355.207	1,17	6.208.594	19,61	2.344.286	7,37	2.394.937	7,06	244.486	0,66	436.038	0,89
Outras	9.905.829	32,72	3.407.452	10,76	3.367.575	10,59	3.922.371	11,56	4.086.580	11,03	5.276.727	10,76
TOTAL	30.278.587	100	31.653.629	100	31.786.950	100	33.926.591	100	37.055.590	100	49.042.557	100

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	25.241.602	48,63	14.826.086	25,21	16.920.242	25,96	16.695.393	24,20	13.981.221	17,38	7.647.186	10,31	32,67	15,13
Deloitte Touche Tohmatsu	3.557.028	6,85	7.670.485	13,04	9.068.692	13,91	11.765.744	17,06	15.147.697	18,83	15.500.644	20,90	10,42	6,11
Ernst & Young	12.317.047	23,73	21.700.579	36,90	22.553.563	34,60	13.406.401	19,44	14.522.417	18,05	16.165.944	21,80	19,61	8,58
KPMG	5.003.523	9,64	6.173.228	10,50	7.424.130	11,39	17.131.978	24,84	24.465.860	30,41	17.738.761	23,92	13,58	9,41
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5,66	8,39
Trevisan (2)	176.584	0,34	159.668	0,27	257.777	0,40	358.365	0,52	464.677	0,58	621.573	0,84	3,31	5,73
Outras	5.609.888	10,81	8.287.057	14,09	8.963.542	13,75	9.619.725	13,95	11.882.591	14,77	16.488.414	22,23	14,75	6,53
TOTAL	51.905.672	100	58.817.103	100	65.187.946	100	68.977.606	100	80.464.463	100	74.162.522	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse
(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Gráfico 4. Auditoria do Ramo Comercial (Total de Ativos)

Fonte: Autora (2010)

Nesta segunda análise, o ramo comercial possui pouca relevância, respondendo por apenas 4,7% dos ativos submetidos à auditoria independente (na primeira análise a participação do ramo comercial era de 12,1%). A participação das menores empresas de auditoria no ramo comercial também perdeu força com essa análise, passando de 39% para 15%, em média, embora as menores tenham aumentado seus níveis de participação a partir do início da segunda metade do período, chegando a 22% em 2008. A Price passou também por forte queda após o ápice de sua participação, no ano de 2002, e permanece perdendo participação neste ramo de atividade até o ano de 2008.

A Deloitte, após a saída da Arthur Andersen, aumentou sua participação em todos os anos. A Ernst & Young, teve seu ápice nos anos de 2003 a 2005, período em que auditou a BR Distribuidora. Em 2006, a empresa contratou a KPMG, o que ocasionou a queda da Ernst e o crescimento da KPMG. Em 2004 a Ernst assumiu a auditoria do Pão de Açúcar, incrementando ainda mais sua participação, que deixou de ser auditada pela Price.

A Tabela 9 apresenta dados do ramo de serviços, que representa 32,5% das empresas da amostra.

Tabela 9. Auditoria do Ramo de Serviços

Auditores Independentes	Quantidade de empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	23	13,14	30	15,63	41	22,40	46	22,89	30	15,38	27	14,21
Deloitte Touche Tohmatsu	14	8,00	17	8,85	15	8,20	23	11,44	25	12,82	61	32,11
Ernst & Young	15	8,57	14	7,29	21	11,48	18	8,96	24	12,31	24	12,63
KPMG	10	5,71	12	6,25	12	6,56	19	9,45	13	6,67	16	8,42
Arthur Andersen	19	10,86	47	24,48	47	25,68	47	23,38	47	24,10	0	0,00
Trevisan (2)	16	9,14	14	7,29	7	3,83	6	2,99	8	4,10	10	5,26
Outras	78	44,57	58	30,21	40	21,86	42	20,90	48	24,62	52	27,37
TOTAL	175	100	192	100	183	100	201	100	195	100	190	100

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	30	14,71	26	12,94	17	8,50	17	8,63	20	10,53	22	10,53	14,12	4,67
Deloitte Touche Tohmatsu	66	32,35	53	26,37	48	24,00	50	25,38	31	16,32	29	13,88	18,31	9,21
Ernst & Young	24	11,76	33	16,42	33	16,50	23	11,68	35	18,42	31	14,83	12,57	3,43
KPMG	14	6,86	12	5,97	20	10,00	26	13,20	34	17,89	47	22,49	9,96	5,33
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	9,04	11,77
Trevisan (2)	12	5,88	19	9,45	22	11,00	20	10,15	14	7,37	20	9,57	7,17	2,73
Outras	58	28,43	58	28,86	60	30,00	61	30,96	56	29,47	60	28,71	28,83	5,94
TOTAL	204	100	201	100	200	100	197	100	190	100	209	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

No ramo de prestação de serviços a situação não é muito diferente do verificado na participação total; das 278 empresas de auditoria que auditaram as maiores empresas constantes do banco de dados da FIPECAFI utilizadas nesta pesquisa, as maiores empresas de auditoria respondem, em média, por 71,2% das empresas auditadas (no global a participação das maiores é de 73,5%). Essa participação, contudo, oscilou ao longo do período e teve o seu menor patamar em 1997, com 55,5% e o maior em 2000, com 79,1% das empresas auditadas concentradas nas cinco maiores.

Em 1997, a Price, no ramo dos serviços, era a empresa com maior participação no mercado de auditoria independente. No período de 1998 a 2001, esse mercado foi dominado pela Arthur Andersen e a Price teve participação que oscilou entre 15% e 23%, aproximadamente. No período após o desaparecimento da Arthur Andersen, a Deloitte, que ficou com boa parte dos antigos clientes da Arthur Andersen, aumentou sobremaneira sua participação até 2006. Em 2007, comparando-se com 2006, a Deloitte perdeu, dentro da amostra pesquisada, 38% de seus clientes e sua participação caiu de 25,4% para 16,3%. Em 2008, a participação da Deloitte caiu mais ainda, para 13,9%, voltando ao nível semelhante ao verificado em 2001, um ano antes da saída da Arthur Andersen do mercado.

Destaque importante no ramo de serviços foi o crescimento da KPMG que, entre 2003 e 2008, aumentou de 14 para 47 empresas auditadas e viu sua participação crescer de 6,9% para

22,5% (este foi o único ramo de atividade em que a KPMG apresentou crescimento de 2007 para 2008). Outra participação importante nesse ramo de serviços foi da Ernst & Young, ao final de 1997, quando auditava 15 empresas, passou para 31 empresas em 2008. Isso representou um aumento na participação de 8,6% para 14,8% nos doze anos da pesquisa.

A Tabela 10 e o Gráfico 5 trazem a participação das empresas considerando o total dos ativos das empresas auditadas.

Tabela 10. Auditoria do Ramo de Serviços

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais nominais)											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	66.357.862	21,21	62.689.807	17,42	83.398.701	24,71	115.785.050	28,43	108.229.957	28,30	98.296.226	22,54
Deloitte Touche Tohmatsu	22.964.244	7,34	31.657.754	8,80	35.213.529	10,43	48.985.890	12,03	63.641.130	16,64	207.106.988	47,50
Ernst & Young	8.418.764	2,69	14.569.385	4,05	18.975.986	5,62	12.176.467	2,99	16.532.194	4,32	22.223.720	5,10
KPMG	9.581.021	3,06	9.721.912	2,70	9.108.147	2,70	14.481.660	3,56	13.539.279	3,54	26.385.429	6,05
Arthur Andersen	70.645.944	22,58	121.631.287	33,80	127.612.315	37,81	144.629.738	35,52	118.792.380	31,06	0	0,00
Trevisan (2)	52.658.082	16,83	54.890.141	15,25	12.137.705	3,60	15.172.410	3,73	19.083.780	4,99	34.520.015	7,92
Outras	82.237.206	26,29	64.695.326	17,98	51.037.664	15,12	56.001.102	13,75	42.631.137	11,15	47.505.008	10,89
TOTAL	312.863.123	100	359.855.612	100	337.484.047	100	407.232.317	100	382.449.857	100	436.037.386	100

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais nominais)												Média	DP
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%		
Price Waterhouse Coopers (1)	204.364.877	37,06	118.000.936	19,63	21.005.071	3,41	41.746.947	6,66	36.029.287	5,62	103.996.890	14,69	19,14	10,21
Deloitte Touche Tohmatsu	189.705.444	34,40	145.377.949	24,18	162.180.591	26,30	177.172.526	28,24	103.073.332	16,07	61.862.395	8,74	20,06	12,37
Ernst & Young	31.979.472	5,80	80.869.401	13,45	109.072.084	17,69	97.034.502	15,47	141.400.639	22,04	141.197.139	19,95	9,93	7,24
KPMG	26.835.847	4,87	32.895.853	5,47	46.063.588	7,47	46.359.015	7,39	78.542.942	12,24	93.256.278	13,17	6,02	3,55
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	13,40	16,93
Trevisan (2)	33.366.048	6,05	64.243.383	10,68	181.027.847	29,36	187.390.733	29,87	165.558.060	25,81	180.172.944	25,45	14,96	10,28
Outras	65.211.284	11,83	159.887.244	26,59	97.242.533	15,77	77.590.171	12,37	116.835.931	18,21	127.377.793	17,99	16,50	5,34
TOTAL	551.462.972	100	601.274.766	100	616.591.714	100	627.293.894	100	641.440.191	100	707.863.439	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Gráfico 5. Auditoria do Ramo de Serviços (Total de Ativos)

Fonte: Autora (2010)

O ramo de serviços ganhou expressividade com essa segunda análise, com aproximadamente 47% de participação. O ponto de destaque, nesse ramo, é a liderança da Trevisan a partir do

ano de 2005. Em 2008, a empresa respondeu por 25,5% dos ativos; no entanto, ao considerar apenas a quantidade de empresas, a Trevisan tinha participação de apenas 9,5%. Na primeira análise a Trevisan estava em último lugar entre as maiores empresas.

Outra empresa a ressaltar é a Deloitte, que nesse ramo de atividade, teve o maior impacto com a saída da Arthur Andersen. De 2001 para 2002, a empresa passou de 16,6% para 45,5%. Esse aumento não se consolidou, contudo, nos anos subsequentes, tendo a empresa apresentado fortes perdas de representatividade.

Através da análise do gráfico, associada aos valores dos desvios-padrão calculados nesse ramo de atividade é possível perceber a alta oscilação das empresas ao longo do período. O ramo de serviços possui a maior participação das menores empresas de auditoria (16,5%, em média).

De uma maneira mais pormenorizada, é possível perceber algumas especializações (em setores de atividade) pelas empresas de auditoria independente, em virtude de suas especificidades. No âmbito do Brasil, destacam-se os seguintes setores: telecomunicações, siderurgia e metalurgia, química e petroquímica, energia e mineração. A classificação das empresas da amostra nesses setores é feita pela FIPECAFI.

Nesse contexto, Gul *et al* (2009, p. 267) afirmam que:

Além do tempo de permanência do cliente com o mesmo auditor, a especialização dos auditores é considerada outra *proxy* para a qualidade na auditoria. Diversos estudos prévios mostram que firmas auditadas por auditores especializados são associados à maior qualidade na divulgação de informações (e.g. Balsam et al., 2003; Krishnan, 2003). Essas descobertas são consistentes com a teoria de que auditores se especializam em diversas indústrias para alcançar diferenciação de produto e prover auditorias de melhor qualidade (Simunic and Stein, 1987; Dunn and Mayhew, 2004). Auditorias de melhor qualidade por especialistas são também atribuídas ao fato de que estes investem mais em tecnologias, facilidades, pessoal e sistemas de controle organizacional que permitem detectar irregularidades e informações falsas mais facilmente (Simunic and Stein, 1987). A habilidade desses especialistas de prover auditorias de melhor qualidade vem da experiência de outros clientes no mesmo setor, aprendendo e dividindo as melhores práticas pelo setor (Maletta and Wright, 1996; Dunn and Mayhew, 2004). De forma semelhante, PricewaterhouseCoopers (2002) argumenta que qualidade de auditoria depende de muitos fatores inclusive 'o conhecimento e compreensão do auditor da companhia auditada e o setor no qual ela opera'. Esses argumentos sugerem que auditores com competência técnica no setor são mais aptos a detectar informações falsas e

irregularidades do que auditores sem a competência técnica no setor, especialmente nos primeiros anos de exercício³⁷.

As Tabelas 11 a 15 e os Gráficos 6 a 10 que seguem ilustram as principais especializações percebidas no Brasil, em quantidade de empresas.

Tabela 11. Telecomunicações

Auditores Independentes	Quantidade de Empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	2	9,09	7	20,59	12	30,77	16	34,04	3	11,54	4	12,90
Deloitte Touche Tohmatsu	7	31,82	8	23,53	0	0,00	2	4,26	1	3,85	9	29,03
Ernst & Young	0	0,00	1	2,94	7	17,95	9	19,15	13	50,00	16	51,61
KPMG	1	4,55	0	0,00	3	7,69	5	10,64	0	0,00	1	3,23
Arthur Andersen	3	13,64	12	35,29	16	41,03	14	29,79	9	34,62	0	0,00
Trevisan (2)	2	9,09	1	2,94	1	2,56	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras	7	31,82	5	14,71	0	0,00	1	2,13	0	0,00	1	3,23
TOTAL	22	100	34	100	39	100	47	100	26	100	31	100

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	3	12,00	3	12,50	3	13,64	1	5,88	1	5,56	1	7,14	14,64	9,26
Deloitte Touche Tohmatsu	8	32,00	7	29,17	3	13,64	5	29,41	5	27,78	2	14,29	19,90	12,03
Ernst & Young	12	48,00	12	50,00	14	63,64	9	52,94	10	55,56	9	64,29	39,67	23,06
KPMG	1	4,00	1	4,17	1	4,55	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3,23	3,46
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	12,86	17,10
Trevisan (2)	0	0,00	1	4,17	1	4,55	1	5,88	1	5,56	1	7,14	3,49	3,11
Outras	1	4,00	0	0,00	0	0,00	1	5,88	1	5,56	1	7,14	6,20	9,12
TOTAL	25	100	24	100	22	100	17	100	18	100	14	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

³⁷ Tradução livre de: “In addition to auditor tenure, auditors’ industry specialization is considered to be another proxy for audit quality. Several prior studies show that client firms with industry specialists are associated with higher quality of financial reporting (e.g. Balsam et al., 2003; Krishnan, 2003). These findings are consistent with the theory that auditors specialize in various industries to achieve product differentiation and provide higher quality audits (Simunic and Stein, 1987; Dunn and Mayhew, 2004). Higher quality of audits by industry specialists is also attributed to the fact that they invest heavily in technologies, physical facilities, personnel, and organizational control systems that enable them to detect irregularities and misrepresentations more easily (Simunic and Stein, 1987). Their ability to provide higher quality audits comes from their experience in serving other clients in the same industry and learning and sharing best practices across the industry (Maletta and Wright, 1996; Dunn and Mayhew, 2004). Similarly, PricewaterhouseCoopers (2002) argue that audit quality depends on numerous factors including an auditor’s “knowledge and understanding of the company being audited and the industry in which it operates.” These arguments thus suggest that auditors with industry expertise are more likely to detect misrepresentations and irregularities than auditors without industry expertise, especially in the early years of the audit assignment.” (GUL ET AL, 2009, p. 267)

Gráfico 6. Telecomunicações

Fonte: Autora (2010)

O setor de telecomunicações tem a liderança firmada da Ernst & Young, a partir de 2001. Em 2008, a Ernst atingiu seu auge: auditou 64% das empresas (destacando-se entre elas: Vivo, Telefonica, Tim e Embratel). As menores empresas de auditoria perderam espaço nesse setor; a única empresa de telecomunicações auditada por uma empresa diversa das maiores foi a Americel (auditada pela Directa). O setor, no entanto, teve a quantidade de empresas reduzida a partir de 2002.

Tabela 12. Siderurgia e Metalurgia

											Quantidade de Empresas			
Auditores Independentes	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%		
Price Waterhouse Coopers (1)	19	40,43	23	48,94	23	52,27	23	53,49	26	55,32	26	63,41		
Deloitte Touche Tohmatsu	5	10,64	4	8,51	3	6,82	3	6,98	5	10,64	10	24,39		
Ernst & Young	3	6,38	4	8,51	4	9,09	3	6,98	4	8,51	1	2,44		
KPMG	2	4,26	1	2,13	2	4,55	3	6,98	2	4,26	2	4,88		
Arthur Andersen	8	17,02	9	19,15	8	18,18	8	18,60	8	17,02	0	0,00		
Trevisan (2)	3	6,38	2	4,26	1	2,27	1	2,33	0	0,00	0	0,00		
Outras	7	14,89	4	8,51	3	6,82	2	4,65	2	4,26	2	4,88		
TOTAL	47	100	47	100	44	100	43	100	47	100	41	100		

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	24	52,17	17	36,96	15	35,71	13	35,14	9	21,43	12	25,00	43,36	12,90
Deloitte Touche Tohmatsu	8	17,39	10	21,74	10	23,81	8	21,62	12	28,57	19	39,58	18,39	10,10
Ernst & Young	0	0,00	3	6,52	3	7,14	4	10,81	5	11,90	3	6,25	7,05	3,28
KPMG	5	10,87	7	15,22	7	16,67	8	21,62	10	23,81	3	6,25	10,12	7,42
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7,50	9,28
Trevisan (2)	4	8,70	3	6,52	3	7,14	0	0,00	2	4,76	2	4,17	3,88	2,99
Outras	5	10,87	6	13,04	4	9,52	4	10,81	4	9,52	9	18,75	9,71	4,38
TOTAL	46	100	46	100	42	100	37	100	42	100	48	100	100	

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Gráfico 7. Siderurgia e Metalurgia

Fonte: Autora (2010)

O setor siderúrgico e metalúrgico é liderado pela Deloitte desde 2007, tendo a empresa auditado 39,6% das empresas do setor em 2008. Nos dois últimos anos da pesquisa, a Deloitte foi contratada por quatro importantes empresas do setor: Gerdau Açominas e Gerdau Aços Longos em 2007 e 2008 e pela ArcelorMittal e ArcelorMittal Inox em 2008, o que acarretou a queda da Price e da KPMG, respectivamente.

Tabela 13. Química e Petroquímica

Auditores Independentes	Quantidade de Empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	11	22,00	11	24,44	10	21,28	9	18,37	12	24,49	21	42,86
Deloitte Touche Tohmatsu	8	16,00	3	6,67	4	8,51	6	12,24	7	14,29	13	26,53
Ernst & Young	7	14,00	5	11,11	5	10,64	8	16,33	6	12,24	1	2,04
KPMG	1	2,00	3	6,67	4	8,51	4	8,16	6	12,24	8	16,33
Arthur Andersen	9	18,00	16	35,56	17	36,17	16	32,65	14	28,57	0	0,00
Trevisan (2)	2	4,00	2	4,44	2	4,26	1	2,04	1	2,04	1	2,04
Outras	12	24,00	5	11,11	5	10,64	5	10,20	3	6,12	5	10,20
TOTAL	50	100	45	100	47	100	49	100	49	100	49	100

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	19	38,78	17	32,69	20	41,67	21	43,75	20	42,55	18	40,91	32,82	9,97
Deloitte Touche Tohmatsu	14	28,57	20	38,46	16	33,33	16	33,33	12	25,53	7	15,91	21,61	10,65
Ernst & Young	6	12,24	5	9,62	4	8,33	0	0,00	2	4,26	2	4,55	8,78	5,04
KPMG	6	12,24	7	13,46	5	10,42	9	18,75	9	19,15	11	25,00	12,74	6,31
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	12,58	16,18
Trevisan (2)	1	2,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	6,38	6	13,64	3,41	3,79
Outras	3	6,12	3	5,77	3	6,25	2	4,17	1	2,13	0	0,00	8,06	6,11
TOTAL	49	100	52	100	48	100	48	100	47	100	44	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Gráfico 8. Química e Petroquímica

Fonte: Autora (2010)

A Price lidera o setor químico e petroquímico no Brasil; em 2008, auditou 40,9% das empresas. Um ponto de destaque é que a KPMG, embora esteja na segunda posição considerando-se a quantidade em empresas, audita, desde 2007, a maior empresa do setor: a Braskem e a terceira maior empresa desde 2006: Refap. A Deloitte, terceira em quantidade, audita, desde 2003, a segunda maior empresa: Bunge Fertilizantes.

Tabela 14. Energia

Auditores Independentes	Quantidade de Empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	11	21,57	9	15,79	11	18,64	15	21,43	15	20,55	13	17,81
Deloitte Touche Tohmatsu	2	3,92	5	8,77	9	15,25	16	22,86	17	23,29	32	43,84
Ernst & Young	5	9,80	6	10,53	6	10,17	4	5,71	5	6,85	1	1,37
KPMG	5	9,80	5	8,77	2	3,39	1	1,43	1	1,37	3	4,11
Arthur Andersen	9	17,65	15	26,32	16	27,12	16	22,86	16	21,92	0	0,00
Trevisan (2)	5	9,80	5	8,77	6	10,17	8	11,43	8	10,96	12	16,44
Outras	14	27,45	12	21,05	9	15,25	10	14,29	11	15,07	12	16,44
TOTAL	51	100	57	100	59	100	70	100	73	100	73	100

Auditores Independentes													Média	DP
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%		
Price Waterhouse Coopers (1)	17	21,25	15	17,05	6	6,90	10	10,10	8	9,09	7	7,37	15,63	5,71
Deloitte Touche Tohmatsu	28	35,00	27	30,68	26	29,89	30	30,30	14	15,91	16	16,84	23,05	11,49
Ernst & Young	7	8,75	15	17,05	13	14,94	11	11,11	15	17,05	12	12,63	10,50	4,61
KPMG	3	3,75	4	4,55	11	12,64	16	16,16	27	30,68	28	29,47	10,51	10,20
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	9,65	12,15
Trevisan (2)	10	12,50	9	10,23	12	13,79	12	12,12	8	9,09	10	10,53	11,32	2,16
Outras	15	18,75	18	20,45	19	21,84	20	20,20	16	18,18	22	23,16	19,34	3,84
TOTAL	80	100	88	100	87	100	99	100	88	100	95	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Gráfico 9. Energia

Fonte: Autora (2010)

A KPMG é a responsável pela auditoria da maior parcela de empresas do setor energético: auditou 29,5% das empresas em 2008. A empresa também audita a maior empresa do setor: a Petrobras. A Trevisan, embora tenha auditado apenas 10,5% da quantidade de empresas em 2008, audita a segunda maior empresa desde 2005: Eletrobras. Um importante ponto desse setor é a alta participação quantitativa das menores: 23,2% (o que pode ser explicado pela grande quantidade de estatais).

Tabela 15. Mineração

Auditores Independentes	Quantidade de Empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	6	40,00	7	50,00	4	30,77	5	35,71	5	38,46	5	41,67
Deloitte Touche Tohmatsu	2	13,33	2	14,29	3	23,08	3	21,43	3	23,08	6	50,00
Ernst & Young	1	6,67	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	8,33
KPMG	0	0,00	0	0,00	1	7,69	1	7,14	1	7,69	0	0,00
Arthur Andersen	4	26,67	4	28,57	4	30,77	4	28,57	4	30,77	0	0,00
Trevisan (2)	1	6,67	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras	1	6,67	1	7,14	1	7,69	1	7,14	0	0,00	0	0,00
TOTAL	15	100	14	100	13	100	14	100	13	100	12	100

Auditores Independentes													Média	DP
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%		
Price Waterhouse Coopers (1)	4	28,57	1	8,33	4	33,33	6	42,86	7	58,33	7	50,00	38,17	12,76
Deloitte Touche Tohmatsu	6	42,86	9	75,00	6	50,00	6	42,86	4	33,33	5	35,71	35,41	17,94
Ernst & Young	1	7,14	0	0,00	0	0,00	1	7,14	1	8,33	1	7,14	3,73	3,92
KPMG	1	7,14	1	8,33	1	8,33	1	7,14	0	0,00	1	7,14	5,05	3,75
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	12,11	15,01
Trevisan (2)	1	7,14	1	8,33	1	8,33	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2,54	3,78
Outras	1	7,14	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2,98	3,69
TOTAL	14	100	12	100	12	100	14	100	12	100	14	100	100	

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Gráfico 10. Mineração

Fonte: Autora (2010)

A mineração tem, claramente, duas empresas que se alteram na liderança: Price e Deloitte (após a saída da Arthur Andersen). A maior empresa do setor, a Vale, é auditada pela Deloitte desde 2004; de 1997 a 2003 a empresa foi auditada pela Price, o que confirma a especialização dessas duas empresas de auditoria.

A Tabela 16 a seguir evidencia as empresas auditadas em razão da negociabilidade de seus papéis em bolsa de valores.

Tabela 16. Empresas Auditadas e Ações na Bolsa de Valores

Ações na Bolsa	Quantidade de empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Sim	193	28,22	197	31,93	192	33,80	180	29,27	157	25,95	150	26,50
Não	491	71,78	418	67,75	375	66,02	433	70,41	446	73,72	413	72,97
Não Identificados	0	0	2	0,32	1	0,18	2	0,33	2	0,33	3	0,53
TOTAL	684	100	617	100	568	100	615	100	605	100	566	100

Ações na Bolsa	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Sim	140	23,93	141	24,35	129	22,40	128	21,81	154	26,37	153	23,61	26,51	3,72
Não	444	75,90	438	75,65	447	77,60	458	78,02	430	73,63	495	76,39	73,32	3,78
Não Identificados	1	0,17	0	0	0	0	1	0,17	0	0	0	0	0,17	0,18
TOTAL	585	100	579	100	576	100	587	100	584	100	648	100	100	-

Fonte: Autora (2010)

Outra característica importante das empresas que compõem a amostra é a negociação de seus papéis na bolsa de valores. A diferença, nesse quesito, é alta: em média, no período estudado, apenas 26,5% das empresas são de capital aberto e 73,3% são de capital fechado. Apesar do aumento de empresas que passaram a negociar ações no Brasil ao longo do período abordado (principalmente nos anos de 2006 e 2007), o percentual das maiores empresas do banco de

dados da FIPECAFI não se alterou substancialmente, embora de 2006 para 2007 tenha havido diminuição da diferença (de aproximadamente 5 pontos percentuais). O recorde de ofertas públicas foi em 2007, com 64 operações. Em 2006, a quantidade de empresas que abriu capital foi de 26, conforme informações extraídas do *site* da Bovespa.

Dentre as empresas de capital fechado, 42% não foram auditadas pelas grandes empresas, isto é, pelas empresas componentes do *Big Five* (considerando-se a Arthur Andersen até 2001) e pela Trevisan em 1997 e em 2008 essa participação das menores empresas baixou para 32,7%. Na média dos anos o percentual é de 31% e o desvio-padrão é 3,8%. Pode-se perceber que, ao longo dos doze anos abordados neste estudo, as empresas migraram para as maiores empresas de auditoria independente, o que pode ser considerado evidência de relevância da questão de pesquisa do presente trabalho. O impacto da queda da participação quantitativa das menores foi de 25%, aproximadamente.

Destaque-se, no âmbito das fechadas, a liderança em 2008 é da Price, com 17,9% (89 empresas), embora a Deloitte esteja bem próxima, com 17,3% (86 empresas). Nesse grupo a KPMG também apresentou aumento; em 1997 auditou 36 empresas (7,3%) e em 2008 auditou 77 empresas (15,5%).

No caso das empresas com ações negociadas na bolsa de valores (abertas), no primeiro ano deste estudo 27% delas foram auditadas por empresas de menor porte, e, no ano de 2008 essa representatividade baixou para 10,4%, com média de 13,3% no período e desvio-padrão de 5,5%. O mesmo fenômeno ocorrido com as empresas fechadas aconteceu com relação às abertas: houve redução da participação das menores no total, mas aqui muito mais forte, pois a participação das menores caiu 50%.

Ainda no campo das empresas abertas, a Deloitte possui a liderança da auditoria, em quantidade de empresas, desde 2004, com 26% das empresas em 2008, seguida da KPMG (20,2%). A KPMG dobrou sua participação de 2006 para 2007, mantendo-se em 2008 no mesmo patamar. A Price, que chegou a responder por 34,6% das empresas em 2002, terminou o período analisado com apenas 17%.

As Tabelas 17 e 18, a seguir, evidenciam o exposto nos parágrafos acima.

Tabela 17. Empresas Abertas e Respectivos Auditores

Auditores Independentes	Quantidade de empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	45	23,32	51	25,89	53	27,60	51	28,33	40	25,48	52	34,67
Deloitte Touche Tohmatsu	21	10,88	19	9,64	12	6,25	18	10,00	19	12,10	42	28,00
Ernst & Young	19	9,84	16	8,12	22	11,46	23	12,78	25	15,92	17	11,33
KPMG	14	7,25	15	7,61	14	7,29	16	8,89	14	8,92	14	9,33
Arthur Andersen	31	16,06	57	28,93	61	31,77	48	26,67	40	25,48	0	0,00
Trevisan (2)	11	5,70	14	7,11	10	5,21	9	5,00	7	4,46	8	5,33
Outras	52	26,94	25	12,69	20	10,42	15	8,33	12	7,64	17	11,33
TOTAL	193	100	197	100	192	100	180	100	157	100	150	100

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	43	30,71	27	19,15	21	16,28	15	11,72	22	14,29	26	16,99	22,87	7,13
Deloitte Touche Tohmatsu	38	27,14	48	34,04	50	38,76	53	41,41	49	31,82	40	26,14	23,02	12,55
Ernst & Young	14	10,00	17	12,06	19	14,73	18	14,06	24	15,58	24	15,69	12,63	2,59
KPMG	12	8,57	10	7,09	11	8,53	13	10,16	31	20,13	31	20,26	10,34	4,70
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	10,74	13,75
Trevisan (2)	11	7,86	10	7,09	11	8,53	12	9,38	13	8,44	16	10,46	7,05	1,93
Outras	22	15,71	29	20,57	17	13,18	17	13,28	15	9,74	16	10,46	13,36	5,52
TOTAL	140	100	141	100	129	100	128	100	154	100	153	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Tabela 18. Empresas Fechadas e Respectivos Auditores

Auditores Independentes	Quantidade de empresas											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	84	17,11	78	18,66	80	21,33	92	21,25	79	17,71	86	20,82
Deloitte Touche Tohmatsu	37	7,54	28	6,70	33	8,80	43	9,93	51	11,43	97	23,49
Ernst & Young	55	11,20	43	10,29	43	11,47	38	8,78	46	10,31	41	9,93
KPMG	36	7,33	27	6,46	32	8,53	44	10,16	47	10,54	41	9,93
Arthur Andersen	48	9,78	83	19,86	63	16,80	72	16,63	72	16,14	0	0,00
Trevisan (2)	24	4,89	19	4,55	12	3,20	15	3,46	18	4,04	20	4,84
Outras	207	42,16	140	33,49	112	29,87	129	29,79	133	29,82	128	30,99
TOTAL	491	100	418	100	375	100	433	100	446	100	413	100

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	97	21,85	75	17,12	82	18,34	90	19,65	84	19,53	89	17,98	19,28	1,71
Deloitte Touche Tohmatsu	105	23,65	106	24,20	90	20,13	92	20,09	74	17,21	86	17,37	15,88	6,65
Ernst & Young	52	11,71	58	13,24	62	13,87	40	8,73	46	10,70	43	8,69	10,74	1,68
KPMG	48	10,81	49	11,19	55	12,30	71	15,50	70	16,28	77	15,56	11,22	3,20
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6,60	8,46
Trevisan (2)	19	4,28	26	5,94	27	6,04	27	5,90	23	5,35	38	7,68	5,01	1,26
Outras	123	27,70	124	28,31	131	29,31	138	30,13	133	30,93	162	32,73	31,27	3,80
TOTAL	444	100	438	100	447	100	458	100	430	100	495	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

A Tabela 19 evidencia o percentual dos ativos que estão em empresas que negociam ou não ações em bolsa de valores.

Tabela 19. Empresas Auditadas e Ações na Bolsa de Valores

Ações na Bolsa	1997		1998		1999		2000		2001		2002		Total de ativos (reais nominais)	
		%		%		%		%		%		%		%
Sim	286.564.809	46,7	340.923.771	52,6	385.978.150	58,2	448.472.297	57,8	476.686.223	60,6	593.292.693	62,3		
Não	327.243.999	53,3	307.246.682	47,4	277.333.759	41,8	327.774.895	42,2	309.068.054	39,3	353.499.045	37,1		
Não Identificados		0,0	278.686	0,04	202.274	0,03	218.163	0,03	295.064	0,04	6.021.018	0,6		
TOTAL	613.808.808	100	648.449.139	100	663.514.183	100	776.465.355	100	786.049.341	100	952.812.756	100		

Ações na Bolsa	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Sim	697.762.823	63,9	763.205.820	62,7	828.406.948	61,5	878.504.402	60,1	994.354.182	61,3	1.226.656.566	63,3	59,25	5,02
Não	388.658.273	35,6	454.771.364	37,3	517.677.089	38,5	581.728.391	39,8	626.540.529	38,7	710.977.843	36,7	40,64	5,09
Não Identificados	4.997.845	0,5	0	0,0	0	0,0	881.455	0,1	0	0,0	0	0,0	0,11	0,21
TOTAL	1.091.418.941	100	1.217.977.184	100	1.346.084.037	100	1.461.114.248	100	1.620.894.711	100	1.937.634.409	100	100	-

Fonte: Autora (2010)

A primeira análise apresentou a quantidade de empresas da amostra segregadas em abertas ou fechadas, evidenciando que aproximadamente 73% das empresas da amostra, em média, são fechadas. Entretanto, quando se analisa o porte dessas empresas, através da análise dos seus ativos, percebe-se que apenas 40,6% dos ativos das empresas da amostra pertencem a empresas que não negociam ações em bolsa de valores. A quantidade de empresas com ações na bolsa representa apenas 26,5% da amostra, mas estão sob sua responsabilidade aproximadamente 59% dos ativos. Há, portanto, uma inversão na representatividade das empresas da amostra no tocante à negociação em bolsa, quando a análise é baseada no total dos ativos.

As Tabelas 20 e 21 mostram os ativos das empresas abertas e fechadas, respectivamente, segregadas por auditor independente.

Tabela 20. Empresas Abertas e Respetivos Auditores

Auditores Independentes	1997		1998		1999		2000		2001		2002		Total de ativos (em reais nominais)	
		%		%		%		%		%		%		%
Price Waterhouse Coopers (1)	77.651.703	27,10	126.551.408	37,12	156.936.712	40,66	196.623.706	43,84	230.562.922	48,37	305.343.304	51,47		
Deloitte Touche Tohmatsu	33.184.255	11,58	34.991.483	10,26	37.237.094	9,65	45.504.568	10,15	53.861.706	11,30	195.153.013	32,89		
Ernst & Young	12.415.947	4,33	14.425.051	4,23	22.065.951	5,72	28.460.049	6,35	31.718.155	6,65	20.829.242	3,51		
KPMG	13.323.597	4,65	12.190.814	3,58	10.934.174	2,83	12.606.048	2,81	12.803.494	2,69	32.854.976	5,54		
Arthur Andersen	86.892.087	30,32	121.868.586	35,75	144.389.151	37,41	150.811.499	33,63	137.607.231	28,87	0	0,00		
Trevisan (2)	42.500.005	14,83	22.598.249	6,63	5.996.653	1,55	7.075.028	1,58	7.023.559	1,47	29.736.239	5,01		
Outras	20.597.215	7,19	8.298.180	2,43	8.418.415	2,18	7.391.399	1,65	3.109.156	0,65	9.375.919	1,58		
TOTAL	286.564.809	100	340.923.771	100	385.978.150	100	448.472.297	100	476.686.223	100	593.292.693	100		

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	290.750.635	41,67	108.661.405	14,24	54.544.372	6,58	48.624.170	5,53	52.574.663	5,29	148.658.801	12,12	27,83	18,01
Deloitte Touche Tohmatsu	188.695.939	27,04	255.810.780	33,52	320.317.586	38,67	365.652.881	41,62	296.138.013	29,78	276.834.739	22,57	23,25	12,19
Ernst & Young	136.245.170	19,53	201.606.759	26,42	243.191.534	29,36	98.146.440	11,17	116.848.791	11,75	121.694.543	9,92	11,58	8,84
KPMG	33.864.020	4,85	31.018.618	4,06	43.226.417	5,22	200.582.167	22,83	345.840.155	34,78	465.847.429	37,98	10,98	13,08
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	13,83	17,23
Trevisan (2)	29.776.822	4,27	37.750.042	4,95	136.046.226	16,42	143.069.147	16,29	150.368.103	15,12	186.807.298	15,23	8,61	6,35
Outras	18.430.237	2,64	128.358.216	16,82	31.080.813	3,75	22.429.597	2,55	32.584.457	3,28	26.813.756	2,19	3,91	4,37
TOTAL	697.762.823	100	763.205.820	100	828.406.948	100	878.504.402	100	994.354.182	100	1.226.656.566	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Quando se analisa a participação das empresas de auditoria com base nos ativos das empresas auditadas, a parcela das menores empresas reduz-se consideravelmente; em 1997, apenas

7,2% dos ativos das empresas abertas eram auditados pelas menores (na primeira análise a participação das menores era de 27% em 1997). Em 2008, esse percentual caiu para 2,19% (bem inferior à representatividade apurada na primeira análise, de 10,4% no mesmo período). A KPMG quadruplicou sua participação de 2005 para 2006, passando de 5,2% para 22,8%, demonstrando que seu crescimento foi muito mais significativo do que o apresentado na primeira análise. Os anos seguintes também foram de crescimento para a KPMG. Pode-se atribuir os impactos desse crescimento à contratação da KPMG pela Petrobras.

A Price, no entanto, passou de 41,7% em 2003 para apenas 14,2% em 2004. Na primeira análise, verificou-se que a empresa auditava 43 empresas em 2003 e em 2004 a quantidade de empresas abertas caiu para 27.

Tabela 21. Empresas Fechadas e Respetivos Auditores

	Total de ativos (em reais nominais)											
Auditores Independentes	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	80.442.678	24,58	84.472.803	27,49	80.608.116	29,07	99.916.885	30,48	79.493.832	25,72	124.655.305	35,26
Deloitte Touche Tohmatsu	25.715.246	7,86	21.180.530	6,89	29.096.760	10,49	33.293.496	10,16	44.646.263	14,45	91.832.981	25,98
Ernst & Young	20.796.709	6,36	23.607.307	7,68	29.344.722	10,58	23.189.030	7,07	25.117.027	8,13	28.822.843	8,15
KPMG	18.696.588	5,71	12.681.214	4,13	16.338.694	5,89	20.776.342	6,34	28.159.528	9,11	22.477.868	6,36
Arthur Andersen	17.816.586	5,44	47.686.081	15,52	48.777.056	17,59	59.058.939	18,02	45.502.642	14,72	0	0,00
Trevisan (2)	53.726.594	16,42	42.749.420	13,91	12.270.350	4,42	15.870.195	4,84	17.795.117	5,76	11.128.465	3,15
Outras	110.049.598	33,63	74.869.327	24,37	60.898.061	21,96	75.670.008	23,09	68.353.645	22,12	74.581.583	21,10
TOTAL	327.243.999	100	307.246.682	100	277.333.759	100	327.774.895	100	309.068.054	100	353.499.045	100

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	107.375.674	27,63	124.574.628	27,39	91.470.140	17,67	122.149.365	21,00	102.160.378	16,31	137.965.619	19,41	25,17	5,62
Deloitte Touche Tohmatsu	94.178.656	24,23	85.083.475	18,71	96.528.663	18,65	114.245.949	19,64	103.234.665	16,48	170.246.870	23,95	16,46	6,55
Ernst & Young	55.835.845	14,37	89.159.323	19,61	100.368.569	19,39	73.630.180	12,66	102.452.755	16,35	74.804.728	10,52	11,74	4,72
KPMG	33.568.063	8,64	48.427.760	10,65	65.690.696	12,69	116.237.227	19,98	136.570.352	21,80	121.597.895	17,10	10,70	5,96
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5,94	7,96
Trevisan (2)	15.562.892	4,00	39.282.100	8,64	60.778.756	11,74	56.633.663	9,74	39.122.928	6,24	41.475.905	5,83	7,89	4,24
Outras	82.137.143	21,13	68.244.078	15,01	102.840.265	19,87	98.832.007	16,99	142.999.451	22,82	164.886.826	23,19	22,11	4,51
TOTAL	388.658.273	100	454.771.364	100	517.677.089	100	581.728.391	100	626.540.529	100	710.977.843	100	100	

Fonte: Autora (2010)

Com relação às empresas fechadas, também há redução do percentual sob responsabilidade das menores. Em média, 31,2% do total das empresas são auditadas pelas menores; do total de ativos auditados, no entanto, apenas 22,1% estão aos cuidados das menores empresas.

A KPMG apresentou crescimento contínuo ao longo do período e a queda da Price foi muito menor do que a verificada no âmbito das empresas abertas. É possível perceber um melhor equilíbrio entre as grandes empresas de auditoria independente em 2008 em relação aos ativos das empresas auditadas fechadas do que o verificado para as empresas abertas no mesmo ano.

O Gráfico 11 apresentado, a seguir, mostra uma comparação entre as médias de participação das maiores e menores empresas de auditoria independente apuradas nas Tabelas 15 e 16.

Gráfico 11. Empresas Abertas e Fechadas e Auditoria (Média do Total de Ativos)

Fonte: Autora (2010)

Os Gráficos 12 e 13 apresentam os dados numéricos das Tabelas 15 e 16.

Gráfico 12. Empresas Abertas e Respetivos Auditores (Total de Ativos)

Fonte: Autora (2010)

Gráfico 13. Empresas Fechadas e Respectivos Auditores (Total de Ativos)

Fonte: Autora (2010)

Outra característica relevante para se considerar na análise da participação das maiores empresas de auditoria independente é o controle acionário. A Tabela 22, adiante apresentada, traz a distribuição das maiores empresas de auditoria segregadas pelo controle acionário (nacional, estrangeiro, estatal ou pulverizado) e a respectiva empresa de auditoria independente.

Vale ressaltar que o tipo de controle “pulverizado” passou a existir no rol das maiores empresas de auditoria independente somente a partir de 2005, com apenas uma empresa, as Lojas Renner S.A.. Em 2008, o último ano desta pesquisa, outra empresa passou a compor esse tipo de controle, a Odontoprev S.A., ambas auditadas pela Deloitte após a mudança do controle acionário. A Deloitte detém, portanto, 100% de participação das empresas com capital pulverizado.

Tabela 22. Controle Acionário das Empresas Auditadas e Auditores

Auditores Independentes	1997			1998			1999			2000			2001			2002		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Price Waterhouse Coopers (1)	94	28	7	88	35	6	87	39	7	89	45	7	73	39	7	97	34	6
Deloitte Touche Tohmatsu	33	16	9	26	20	1	31	13	0	37	22	2	44	24	2	89	46	5
Ernst & Young	59	12	3	46	11	2	48	13	4	47	11	3	49	19	3	41	16	1
KPMG	31	18	1	25	16	0	25	16	2	34	24	2	38	22	1	42	13	0
Arthur Andersen	58	15	6	93	37	7	75	40	8	79	37	5	80	27	3	0	0	0
Trevisan (2)	20	1	14	20	1	12	15	2	5	17	1	6	18	0	7	19	0	9
Outras	188	28	43	123	11	30	104	8	18	114	5	26	107	9	28	111	8	27
TOTAL	483	118	83	421	131	58	385	131	44	417	145	51	409	140	51	399	117	48

Auditores Independentes	2003			2004			2005				2006				2007				2008			
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
Price Waterhouse Coopers (1)	95	40	5	71	27	4	74	27	0	0	76	29	1	0	75	31	0	0	91	23	1	0
Deloitte Touche Tohmatsu	97	39	7	110	33	11	97	30	11	1	103	29	11	1	93	22	7	1	92	28	4	2
Ernst & Young	39	24	3	41	31	3	41	33	7	0	38	20	0	0	45	25	0	0	39	27	1	0
KPMG	45	15	0	36	21	2	43	21	2	0	50	26	8	0	69	20	12	0	75	21	12	0
Arthur Andersen	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trevisan (2)	20	1	8	25	3	8	24	4	9	0	28	3	8	0	28	2	6	0	40	6	8	0
Outras	113	5	28	110	17	26	106	12	30	0	115	11	28	0	109	10	29	0	137	9	32	0
TOTAL	409	124	51	393	132	54	385	127	59	1	410	118	56	1	419	110	54	1	474	114	58	2

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse
(2) Trevisan e BDO Trevisan

A Nacional
B Estrangeiro
C Estatal
D Pulverizado

Fonte: Autora (2010)

No tocante ao controle acionário, as grandes empresas de auditoria independente atuantes no Brasil são responsáveis, em média, pelos trabalhos de auditoria de 71,5% das empresas nacionais, 91% das empresas estrangeiras e 48,4% das empresas estatais que compõem o quadro de empresas desta pesquisa, além da totalidade de empresas pulverizadas. Há poucos casos (0,4% da amostra, na média do período abordado) de empresas que não puderam ser classificadas como nacionais (A), estrangeiras (B), estatais (C) ou pulverizadas (D), e, por isso, foram desconsideradas nesta análise.

Há nítida preferência das empresas de controle acionário estrangeiro pelo trabalho das empresas de auditoria independente mais reconhecidas no mercado (91%, em média), como se pode depreender dos dados da Tabela 9, pois elas também têm representatividade e reconhecimento internacional. A representatividade das grandes empresas de auditoria em função do controle acionário da auditada não se alterou substancialmente ao longo dos anos, como se pode verificar com os desvios-padrão de 3,4% para empresas nacionais, 5,3% para as empresas estrangeiras e 4,16% para as empresas estatais. Isso pode estar relacionado com as diretrizes estabelecidas pelas respectivas matrizes estrangeiras, que tomam decisões sobre a auditoria independente, não deixando margem para a escolha de empresa de auditoria independente diversa.

Com base na Tabela, pode-se perceber que a queda de participação da Price se deu principalmente no ramo das estatais, partindo em 1997 quando sua participação era de 8,4%, com o auge em 1999 (15,9%); mas, no período de 2005 a 2007, não auditou nenhuma empresa estatal e, em 2008, apenas uma empresa. Dentre as empresas estatais, a Trevisan destaca-se como a mais requisitada para os trabalhos de auditoria independente, com participação de média de 14,8%, seguida pela Deloitte, com 10,3% de participação. Esse é o tipo de controle menos concentrado nas cinco líderes, pois 51,6% das empresas estatais componentes da amostra, em média, são auditadas por empresas de auditoria independente menores.

Wang, Wong e Xia (2008) pesquisaram as escolhas por auditores independentes em empresas estatais chinesas e obtiveram evidências de que essas empresas estatais eram mais propensas a escolher empresas de auditoria menores, o que parece ocorrer também com as empresas estatais brasileiras, já que essa característica de controle é a que possui maior participação das menores empresas de auditoria, como apresentado na Tabela 22. De acordo com os autores (*Ibid.*, p. 114): “[...] além das instituições legais, instituições políticas e econômicas também afetam a demanda por auditores.”³⁸

Guedhami *et al* (2009, p. 152) assinalam que, embora existam evidências e teoria que auditores “*Big Four*” fornecem melhores serviços de auditoria em estudos prévios, “[...] acionistas governamentais que protegem seus interesses políticos podem preferir designar auditores que sejam mais propensos a aceitar demonstrações contábeis menos informativas sobre o desempenho da empresa”³⁹.

Quanto às empresas nacionais, a Price também havia perdido parcela significativa de participação (em quantidade absoluta de empresas) entre 2004 e 2007, porém voltou ao patamar de 1997 no ano de 2008 (91 empresas).

³⁸ Tradução livre de: “[...] *in addition to legal institutions, political and economic institutions affect the demand for auditors.*” (WANG, WONG, XIA, 2008, p. 114)

³⁹ Tradução livre de: “[...] *government owners protecting their political interests may prefer to appoint auditors who are more conducive to rendering financial statements less informative about underlying firm performance*” (GUEDHAMI ET AL, 2009, p. 152)

As Tabelas 23, 24 e 25 seguintes evidenciam o total de ativos auditados pelas empresas de auditoria independente por origem do capital controlador (nacional, estrangeiro ou estatal).

Tabela 23. Empresas Nacionais e Auditores (Total de Ativos)

Total de ativos (em reais nominais)												
Auditores Independentes	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	83.247.165	34,6	97.146.147,0	37,9	87.808.893	31,6	112.163.988	34,5	118.324.092	34,1	211.640.415	47,7
Deloitte Touche Tohmatsu	22.683.610	9,4	25.247.716,0	9,8	33.134.646	11,9	28.155.575	8,7	35.034.368	10,1	102.857.516	23,2
Ernst & Young	23.433.196	9,7	25.325.806,0	9,9	35.307.952	12,7	36.621.760	11,3	34.628.596	10,0	28.510.778	6,4
KPMG	19.647.913	8,2	15.658.395,0	6,1	14.671.467	5,3	23.429.237	7,2	28.363.407	8,2	50.645.209	11,4
Arthur Andersen	37.946.276	15,8	57.024.948,0	22,2	75.822.702	27,3	85.340.586	26,2	90.675.852	26,1	0	0,0
Trevisan (2)	4.841.830	2,0	10.607.695,0	4,1	6.145.388	2,2	7.648.048	2,4	5.892.487	1,7	6.502.871	1,5
Outras	49.070.118	20,4	25.599.905,0	10,0	24.827.971	8,9	32.065.766	9,9	34.546.800	9,9	43.834.195	9,9
TOTAL	240.870.108	100	256.610.612	100	277.719.019	100	325.424.960	100	347.465.602	100	443.990.984	100

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	186.599.412	39,0	101.671.944	20,4	102.157.139	18,8	115.303.471	17,2	114.895.090	14,7	228.204.509	23,4	29,48	10,32
Deloitte Touche Tohmatsu	129.667.430	27,1	197.819.318	39,7	212.478.798	39,1	303.282.687	45,1	312.425.262	40,0	334.915.877	34,4	24,88	14,38
Ernst & Young	38.133.502	8,0	61.207.459	12,3	77.845.896	14,3	84.011.363	12,5	95.684.005	12,2	70.925.624	7,3	10,55	2,43
KPMG	55.641.664	11,6	49.922.818	10,0	60.725.318	11,2	64.132.742	9,5	136.489.305	17,5	173.153.236	17,8	10,33	3,97
Arthur Andersen	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9,80	12,45
Trevisan (2)	13.933.081	2,9	43.812.485	8,8	53.039.738	9,8	48.125.531	7,2	59.866.003	7,7	92.585.789	9,5	4,97	3,32
Outras	54.243.021	11,3	43.796.817	8,8	36.618.646	6,7	57.120.500	8,5	62.581.292	8,0	74.102.894	7,6	10,00	3,50
TOTAL	478.218.110	100	498.230.841	100	542.865.535	100	671.976.294	100	781.940.957	100	973.887.929	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Com relação às empresas nacionais, KPMG e Ernst & Young mantiveram-se estáveis ao longo do período. A Trevisan, que iniciou com apenas 2% dos ativos por ela auditados, passou a ter, em 2008, 9,5%. A Deloitte, no entanto, com a saída da Arthur Andersen apresentou altas participações até o ano de 2006, quando chegou a auditar 45% dos ativos da amostra. Em oposição, a Price, que chegou a auditar 47% dos ativos em 2002 terminou 2008 com apenas 23,4%. Relativamente às menores empresas de auditoria, de 1998 até 2008 não houve alteração substancial, com média de 10%, bem inferior aos 28,5% apurados na análise quantitativa. O Gráfico 14 a seguir auxilia na visualização.

Gráfico 14. Empresas Nacionais e Auditores (Total de Ativos)

Fonte: Autora (2010)

Tabela 24. Empresas Estrangeiras e Auditores (Total de Ativos)

Total de ativos (em reais nominais)												
Auditores Independentes	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	14.883.502	24,1	26.522.601	21,2	33.344.040	21,1	51.665.992	25,9	54.075.712	26,2	61.760.294	28,7
Deloitte Touche Tohmatsu	15.929.236	25,7	30.715.706	24,6	32.135.735	20,3	46.285.646	23,2	52.269.679	25,3	124.180.516	57,8
Ernst & Young	4.665.106	7,5	8.333.291	6,7	10.358.462	6,6	9.312.314	4,7	15.876.572	7,7	18.097.169	8,4
KPMG	9.621.326	15,6	8.166.780	6,5	7.793.636	4,9	7.052.691	3,5	9.594.048	4,6	4.687.635	2,2
Arthur Andersen	4.371.514	7,1	45.584.369	36,5	70.677.917	44,7	83.692.423	41,9	71.839.674	34,8	0	0,0
Trevisan (2)	990.824	1,6	1.220.050	1,0	289.939	0,2	124.765	0,1	0	0,0	0	0,0
Outras	11.409.764	18,4	4.422.890	3,5	3.432.591	2,2	1.494.775	0,7	2.905.445	1,4	6.146.715	2,9
TOTAL	61.871.272	100	124.965.687	100	158.032.320	100	199.628.606	100	206.561.130	100	214.872.329	100

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Média	DP
Price Waterhouse Coopers (1)	58.323.066	29,7	45.539.492	18,3	43.414.984	15,3	37.665.237	13,6	39.839.951	13,0	38.199.720	11,7	20,73	6,32
Deloitte Touche Tohmatsu	96.566.723	49,2	71.422.128	28,7	80.243.600	28,2	86.139.909	31,1	35.754.120	11,7	90.113.737	27,7	29,46	12,41
Ernst & Young	26.197.502	13,4	82.043.041	32,9	93.289.560	32,8	87.765.257	31,7	123.617.541	40,3	119.323.005	36,7	19,11	14,24
KPMG	11.790.419	6,0	23.147.832	9,3	40.929.485	14,4	49.282.954	17,8	88.918.756	29,0	56.052.772	17,2	10,93	7,98
Arthur Andersen	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	13,75	19,26
Trevisan (2)	54.756	0,0	5.391.262	2,2	5.960.863	2,1	5.100.609	1,8	1.650.107	0,5	6.156.564	1,9	0,95	0,91
Outras	3.264.170	1,7	21.654.115	8,7	20.335.979	7,2	10.851.858	3,9	16.811.783	5,5	15.267.855	4,7	5,06	4,84
TOTAL	196.196.636	100	249.197.870	100	284.174.471	100	276.805.824	100	306.592.258	100	325.113.653	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

No âmbito das empresas estrangeiras, a participação das menores, que na primeira análise foi de apenas 9% da quantidade de empresas da amostra, reduziu ainda mais: em média, somente 5% do total de ativos da amostra estão sob a responsabilidade das menores empresas. O impacto positivo da Deloitte, observado após a saída da Arthur Andersen, merece destaque: a empresa passou de 25,3% em 2001 para 57,8% em 2002, embora nos períodos subsequentes a empresa tenha reduzido sua participação. A Ernst & Young é a líder no campo das empresas estrangeiras em 2004 e em 2008 auditou 36,7% dos ativos da amostra. O Gráfico 15 que segue esclarece os apontamentos desse parágrafo.

Gráfico 15. Empresas Estrangeiras e Auditores (Total de Ativos)

Fonte: Autora (2010)

Tabela 25. Empresas Estatais e Auditores (Total de Ativos)

Auditores Independentes	1997		1998		1999		2000		Total de ativos (em reais nominais)			
		%		%		%		%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	59.963.714	19,3	87.355.463	35,0	116.391.895	52,1	130.038.000	52,3	136.798.160	59,6	156.484.906	53,3
Deloitte Touche Tohmatsu	20.286.655	6,5	208.591	0,1	0	0,0	4.356.843	1,8	11.203.922	4,9	60.851.569	20,7
Ernst & Young	5.114.354	1,6	4.373.261	1,8	5.744.259	2,6	5.715.005	2,3	6.330.014	2,8	3.044.138	1,0
KPMG	2.750.946	0,9	0	0,0	2.745.504	1,2	2.900.462	1,2	3.005.567	1,3	0	0,0
Arthur Andersen	62.390.883	20,1	51.138.782	20,5	46.467.512	20,8	40.911.461	16,4	19.403.154	8,5	0	0,0
Trevisan (2)	90.393.945	29,1	53.519.924	21,4	11.578.851	5,2	15.172.410	6,1	18.926.189	8,2	34.361.833	11,7
Outras	70.166.931	22,6	53.144.587	21,3	40.372.289	18,1	49.644.997	20,0	33.911.122	14,8	38.973.054	13,3
TOTAL	311.067.428	100	249.740.608	100	223.300.310	100	248.739.178	100	229.578.128	100	293.715.500	100

Auditores Independentes	2003		2004		2005		2006		2007		2008		Média	DP
		%		%		%		%		%		%		
Price Waterhouse Coopers (1)	153.203.831	36,8	86.024.597	18,3	0	0,0	18.686.282	3,7	0	0,0	20.220.191	3,2	27,78	23,12
Deloitte Touche Tohmatsu	56.640.442	13,6	71.652.809	15,2	108.692.933	21,6	89.065.989	17,4	49.647.741	9,4	20.158.715	3,2	9,53	7,94
Ernst & Young	127.750.011	30,7	147.515.582	31,3	172.424.647	34,3	0	0,0	0	0,0	6.250.642	1,0	9,11	13,91
KPMG	0	0,0	6.375.728	1,4	7.262.310	1,4	203.403.698	39,8	257.002.446	48,4	358.239.316	56,3	12,66	21,70
Arthur Andersen	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7,19	9,42
Trevisan (2)	31.068.876	7,5	27.828.395	5,9	137.700.352	27,4	146.476.670	28,7	127.974.921	24,1	129.540.850	20,3	16,30	9,73
Outras	48.058.034	11,5	131.151.362	27,9	76.966.453	15,3	53.162.448	10,4	96.190.833	18,1	102.329.833	16,1	17,43	4,98
TOTAL	416.721.194	100	470.548.473	100	503.046.695	100	510.795.087	100	530.815.941	100	636.739.547	100	100	-

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse
(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

A análise das estatais possui alta variabilidade, pois poucas empresas respondem pela maior parte dos ativos, tais como a Petrobras, Cesp, Eletronorte, Sabesp, Eletrobras e Chesf. Dessa forma, quando a auditoria dessas empresas é trocada, o percentual de participação dessas empresas se altera substancialmente.

Como exemplo, o aumento da Ernst & Young de 2003 (1%) para 2004 (30,7%) deu-se em virtude da troca da Petrobras da Price pela Ernst & Young. Em 2006, novamente a Petrobras trocou a auditoria, contratando a KPMG, que nesse ano saltou de 1,4% para 39,8%. Outro aumento significativo foi o da Trevisan, de 2004 (5,9%) e para 2005 (27,4%). Nesse ano a

Trevisan foi contratada pela Eletronorte, e a empresa deixou de ser auditada pela Price, que caiu de 18,3% (quando auditava 4 empresas estatais) para 0%.

O cenário para as menores empresas de auditoria, no campo das estatais é o mais favorável: 17,4% dos ativos, em média, são auditados pelas menores. Embora seja bem inferior ao observado para as estatais na análise quantitativa (média de 51,6%), é maior do que o observado para as nacionais (10%) e estrangeiras (5%), em termos de ativos auditados.

A visualização, através do Gráfico 16, contribui para o entendimento exposto.

Gráfico 16. Empresas Estatais e Auditores (Total de Ativos)

Fonte: Autora (2010)

A Tabela 26 a seguir evidencia os tipos de parecer que foram emitidos pelas empresas de auditoria independente no período de 2000 a 2008.

Tabela 26. Tipos de Parecer emitidos pelas Empresas de Auditoria

Quantidade de opiniões emitidas																									
Auditores Independentes	2000					2001					2002					2003					2004				
	L	R	E	Adv	Abs	L	R	E	Adv	Abs	L	R	E	Adv	Abs	L	R	E	Adv	Abs	L	R	E	Adv	Abs
Price Waterhouse Coopers (1)	91	23	29			62	19	39			61	27	49	1		70	31	39			37	25	39		1
Deloitte Touche Tohmatsu	31	12	18			21	27	22			49	35	56			70	31	42			62	32	60		
Ernst & Young	38	7	16			44	9	18			35	12	11			40	12	14			42	12	21		
KPMG	37	9	14			30	9	22			29	9	18			38	11	11			24	16	19		
Arthur Andersen	68	17	36			45	27	40																	
Trevisan (2)	7	9	8			6	12	7			6	11	11			6	10	14			7	13	16		
Outras	77	33	35			69	31	46			76	42	28			73	51	22			77	42	34		
TOTAL	349	110	156			277	134	194			256	136	173	1		297	146	142			249	140	189		1

Auditores Independentes	2005					2006					2007					2008				
	L	R	E	Adv	Abs	L	R	E	Adv	Abs	L	R	E	Adv	Abs	L	R	E	Adv	Abs
Price Waterhouse Coopers (1)	35	19	49			59	21	26			69	15	22			93	14	8		
Deloitte Touche Tohmatsu	56	27	57			91	21	33			89	14	20			84	28	14		
Ernst & Young	46	13	22			40	8	10			58	3	9			50	9	8		
KPMG	28	15	23			55	10	19			67	15	19			76	18	14		
Arthur Andersen																				
Trevisan (2)	9	12	17			21	13	5			20	10	6			28	20	6		
Outras	76	50	22			85	35	35			84	30	34			107	48	23		
TOTAL	250	136	190			351	108	128			387	87	110			438	137	73		

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse
 (2) Trevisan e BDO Trevisan

L Limpo
 R Ressalva
 E Ênfase

Adv Adverso
 Abs Abstenção

Fonte: Autora (2010)

A Tabela acima evidencia a preponderância na emissão de pareceres limpos (sem ressalvas) pelas empresas de auditoria independente, com média de 53%. A quantidade de pareceres com parágrafo de ênfase é de 26% e de pareceres com ressalva é de 21%, na média de todo o período. A quantidade de emissão de pareceres adversos ou com abstenção de opinião não alcança percentual relevante.

A Trevisan é a empresa que menos emite pareceres sem ressalva, apresentando média de 33% de pareceres limpos, 36% de pareceres com ressalva e 31% de pareceres com ênfase. No outro extremo, encontra-se a Ernst & Young, com 65% de pareceres limpos, 14% de pareceres com ressalva e 21% de pareceres com parágrafo de ênfase, em média. As demais empresas apresentaram distribuição de pareceres próximo da média total exposta no parágrafo anterior.

O ano de 2008 é o que apresenta maior percentual de pareceres limpos, por todas as empresas de auditoria independente. Em 2008, 68% dos pareceres emitidos foram sem ressalvas, 21% com ressalva e 11% com parágrafo de ênfase. É importante salientar que a presença de um parágrafo de ênfase no que concerne à adoção dos novos critérios contábeis introduzidos pela Lei n. 11.638/07 não foi considerada como uma ênfase, dada a falta de especificidade da situação, sendo considerados limpos os pareceres que continham tal ênfase. Nos anos de 2004 e 2005, por outro lado, verificou-se a menor presença de pareceres sem ressalva; apenas 43% dos pareceres emitidos em 2004 e 2005 foram limpos. A quantidade de pareceres com ressalva foi de 24% e com parágrafo de ênfase totalizou 33%. Em 2004, foi, ainda, emitido

pela PriceWaterhouseCoopers um parecer com abstenção de opinião, que representou 0,17% dos pareceres emitidos no ano.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS EM MOEDA CONSTANTE

A análise dos dados em moeda de poder aquisitivo constante permite a comparabilidade entre os dados contábeis das empresas ao longo do tempo. Embora a metodologia de correção monetária não seja mais aplicada no Brasil, a inflação ainda é uma realidade, bem como as distorções derivadas do seu não reconhecimento, que, muitas vezes, afetam a tomada de decisões pelos usuários dessas informações. Devido à importância da correção monetária para a comparabilidade das informações contábeis é que se destinou essa terceira análise, baseada também nos ativos, dessa vez corrigidos para moeda de 31/12/2008. A Tabela 27, apresentada a seguir, evidencia o total dos ativos corrigidos (valores em R\$ mil em moeda de 31/12/2008) das empresas da amostra que tiveram suas demonstrações contábeis auditadas e a participação dos auditores independentes. Cabe ressaltar que as participações verificadas no item anterior (análise vertical) não se alterariam com a correção monetária; apenas não é possível proceder à análise horizontal com a utilização dos valores nominais.

Tabela 27. Empresas e Auditores (Total de Ativos Corrigidos)

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais de 31.12.2008)											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	446.498.197	100	585.501.071	31,13	548.996.610	(6,23)	623.071.132	13,49	590.827.870	(5,17)	653.439.596	10,60
Deloitte Touche Tohmatsu	166.319.518	100	155.852.857	(6,29)	153.239.097	(1,68)	165.557.717	8,04	187.515.984	13,26	437.314.294	133,21
Ernst & Young	93.809.795	100	105.523.220	12,49	118.764.781	12,55	108.516.674	(8,63)	106.785.616	(1,60)	75.672.560	(29,14)
KPMG	91.005.629	100	69.667.569	(23,45)	63.380.938	(9,02)	70.020.750	10,48	78.566.617	12,20	85.462.520	8,78
Arthur Andersen	295.706.139	100	469.203.846	58,67	446.232.882	(4,90)	441.106.530	(1,15)	348.569.907	(20,98)	0	(100)
Trevisan (2)	271.752.053	100	181.364.084	(33,26)	43.363.206	(76,09)	48.834.777	12,62	47.539.703	(2,65)	62.929.128	32,37
Outras	369.087.923	100	230.875.102	(37,45)	160.391.077	(30,53)	174.882.952	9,04	136.246.411	(22,09)	135.914.225	(0,24)
TOTAL	1.734.179.254	-	1.797.987.748	3,68	1.534.368.591	(14,66)	1.631.990.531	6,36	1.496.052.106	(8,33)	1.450.732.322	(3,03)

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais de 31.12.2008)											
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Price Waterhouse Coopers (1)	556.491.609	(14,84)	290.113.116	(47,87)	179.358.407	(38,18)	203.239.030	13,31	170.062.074	(16,32)	286.707.745	68,59
Deloitte Touche Tohmatsu	395.363.588	(9,59)	423.914.560	7,22	512.063.835	20,79	567.964.952	10,92	438.925.211	(22,72)	447.781.175	2,02
Ernst & Young	268.496.035	254,81	361.758.364	34,74	422.026.498	16,66	203.500.038	(51,78)	241.338.410	18,59	196.869.574	(18,43)
KPMG	94.369.004	10,42	99.305.026	5,23	133.727.893	34,66	375.114.864	180,51	530.296.113	41,37	587.569.131	10,80
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	(100)
Trevisan (2)	63.405.883	0,76	95.863.717	51,19	241.795.118	152,23	236.303.404	(2,27)	208.154.122	(11,91)	228.344.409	9,70
Outras	147.592.363	8,59	244.593.956	65,72	164.517.541	(32,74)	143.525.107	(12,76)	192.837.223	34,36	191.739.826	(0,57)
TOTAL	1.525.718.482	5,17	1.515.548.739	(0,67)	1.653.489.293	9,10	1.729.647.395	4,61	1.781.613.154	3,00	1.939.011.861	8,83

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

A participação das empresas de auditoria independente a cada ano, quando se analisam os ativos corrigidos não se altera; as alterações dos ativos auditados ao longo do tempo, no

entanto, mostram a real variação dos ativos auditados, evidenciando adequadamente a variação em termos monetários. Por exemplo, a participação das menores empresas de auditoria em 1997 é de 21,28% e caiu para 9,89% em 2008 (redução de 53,5%), porém em termos monetários a redução foi de 48,05% (a análise com base em ativos não corrigidos apresentou aumento de 46,73% em termos monetários). A Deloitte teve queda em sua participação de 24,64% para 23,07% de 2007 para 2008 (redução de 6,3%); porém a quantidade de ativos auditados pela empresa no mesmo período aumentou 2%. O oposto aconteceu com a empresa de 1998 para 1999; sua participação cresceu 15% (passou de 8,66% para 10%) e o total de ativos corrigidos auditados caiu 1,68%.

Tabela 28. Empresas por Ramo de Atividade (Total de Ativos Corrigidos)

	Total de ativos (em reais de 31.12.2008)												
Ramo de Atividade	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	
Indústria	761.123.924	100	706.748.779	(7,14)	677.845.022	(4,09)	702.815.428	3,68	694.983.386	(1,11)	711.030.612	2,31	
Comércio	85.989.296	100	87.874.488	2,19	73.975.921	(15,82)	71.638.943	(3,16)	70.963.645	(0,94)	75.537.598	6,45	
Serviços	883.566.522	100	998.410.593	13,00	779.628.344	(21,91)	855.613.333	9,75	728.037.713	(14,91)	662.416.880	(9,01)	
Não Identificados	3.499.513	100	4.953.888	41,56	2.919.303	(41,07)	1.922.828	(34,13)	2.067.362	7,52	1.747.232	(15,48)	
TOTAL	1.734.179.254	-	1.797.987.748	3,68	1.534.368.591	(14,66)	1.631.990.531	6,36	1.496.052.106	(8,33)	1.450.732.322	(3,03)	
Ramo de Atividade	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Período
Indústria	680.871.508	(4,24)	694.555.839	2,01	815.973.524	17,48	905.519.295	10,97	988.634.887	9,18	1.156.984.951	17,03	52,01
Comércio	72.612.532	(3,87)	73.451.817	1,16	80.030.476	8,96	81.792.628	2,20	88.629.708	8,36	74.163.477	(16,32)	(13,75)
Serviços	770.782.759	16,36	747.541.084	(3,02)	757.485.292	1,33	742.185.451	(2,02)	704.348.559	(5,10)	707.863.432	0,50	(19,89)
Não Identificados	1.451.684	(16,92)	0	(100)	0	0,00	150.021	0,00	0	(100)	0	0,00	(100)
TOTAL	1.525.718.482	5,17	1.515.548.739	(0,67)	1.653.489.293	9,10	1.729.647.395	4,61	1.781.613.154	3,00	1.939.011.861	8,83	11,81

Fonte: Autora (2010)

A Tabela 28 apresenta os valores (em milhares de reais atualizados para 31/12/2008) dos ativos das empresas segregados pelo ramo de atividade. É possível perceber, com base na Tabela, o crescimento do ramo industrial no grupo das maiores empresas que atuam no Brasil ao longo do período abordado, bem como a consequente queda dos demais ramos de atividade. As participações das empresas de auditoria independente nos ramos de atividade serão evidenciadas separadamente nas Tabelas 29, 30 e 31 que seguem.

Tabela 29. Auditoria do Ramo Industrial (Total de Ativos Corrigidos)

Total de ativos (em reais de 31.12.2008)												
Auditores Independentes	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	245.534.110	100	382.074.503	55,61	326.245.534	(14,61)	346.592.634	6,24	352.456.342	1,69	460.942.261	30,78
Deloitte Touche Tohmatsu	93.596.441	100	63.189.556	(32,49)	67.065.616	6,13	60.481.008	(9,82)	63.343.925	4,73	118.335.895	86,81
Ernst & Young	54.861.921	100	55.471.897	1,11	67.036.572	20,85	74.208.210	10,70	64.648.218	(12,88)	31.444.858	(51,36)
KPMG	46.171.153	100	38.963.202	(15,61)	39.314.178	0,90	33.314.727	(15,26)	40.850.522	22,62	34.790.188	(14,84)
Arthur Andersen	93.568.175	100	114.634.180	22,51	135.079.525	17,84	127.670.153	(5,49)	115.634.956	(9,43)	0	(100)
Trevisan (2)	122.038.044	100	11.792.264	(90,34)	9.363.800	(20,59)	11.551.130	23,36	10.746.103	(6,97)	9.824.783	(8,57)
Outras	105.354.080	100	40.623.176	(61,44)	33.739.797	(16,94)	48.997.565	45,22	47.303.320	(3,46)	55.692.626	17,74
TOTAL	761.123.924	-	706.748.779	(7,14)	677.845.022	(4,09)	702.815.428	3,68	694.983.386	(1,11)	711.030.612	2,31

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Período
Price Waterhouse Coopers (1)	235.569.411	(48,89)	124.974.543	(46,95)	132.771.170	6,24	134.078.472	0,98	115.146.850	(14,12)	175.063.665	52,04	(28,70)
Deloitte Touche Tohmatsu	125.239.587	5,83	233.635.513	86,55	301.683.433	29,13	344.421.834	14,17	309.109.823	(10,25)	370.418.141	19,83	295,76
Ernst & Young	206.582.550	556,97	234.237.178	13,39	260.323.885	11,14	72.831.418	(72,02)	70.129.794	(3,71)	39.505.538	(43,67)	(27,99)
KPMG	49.808.617	43,17	50.405.138	1,20	68.067.041	35,04	299.827.997	340,49	416.904.682	39,05	476.574.099	14,31	932,19
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	(100,00)
Trevisan (2)	16.523.167	68,18	15.793.955	(4,41)	19.085.031	20,84	14.167.252	(25,77)	25.848.938	82,46	47.549.887	83,95	(61,04)
Outras	47.148.176	(15,34)	35.509.511	(24,69)	34.042.964	(4,13)	40.192.322	18,06	51.494.799	28,12	47.873.620	(7,03)	(54,56)
TOTAL	680.871.508	(4,24)	694.555.839	2,01	815.973.524	17,48	905.519.295	10,97	988.634.887	9,18	1.156.984.951	17,0	52,01

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

No ramo industrial, a participação das menores empresas de auditoria caiu de 5,7% em 1998 para 4,14% em 2008, o que corresponde a uma redução de 27,8%; a quantidade de ativos auditados por essas empresas, contudo, cresceu 17,8%. A KPMG aumentou sua participação de 6,06% para 41,23% no período total (aumento de 580%); em termos monetários a participação da KPMG foi ainda maior: o total de ativos das empresas sob sua responsabilidade cresceu mais de 932%. Vale ressaltar que o salto de 2005 para 2006 da KPMG se deu em virtude de a Petrobrás tê-la contratado para auditar suas demonstrações contábeis (o efeito negativo pode ser observado na queda de participação da Ernst & Young).

Tabela 30. Auditoria do Ramo Comercial (Total de Ativos Corrigidos)

Total de ativos (em reais de 31.12.2008)													
Auditores Independentes	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	
Price Waterhouse Coopers (1)	13.563.873	100	29.145.393	114,88	30.090.144	3,24	33.209.728	10,37	32.343.239	(2,61)	43.168.213	33,47	
Deloitte Touche Tohmatsu	7.870.109	100	4.826.828	(38,67)	4.826.034	(0,02)	2.155.502	(55,34)	3.023.784	40,28	4.346.741	43,75	
Ernst & Young	15.172.573	100	9.627.631	(36,55)	7.891.420	(18,03)	8.725.243	10,57	10.666.444	22,25	10.465.995	(1,88)	
KPMG	17.776.863	100	416.848	(97,66)	1.075.251	157,95	4.353.847	304,9	9.875.145	126,81	8.841.028	(10,47)	
Arthur Andersen	2.627.847	100	17.127.990	551,79	16.353.711	(4,52)	9.563.829	(41,52)	6.799.854	(28,90)	0	(100)	
Trevisan (2)	1.003.134	100	17.275.604	1622,16	5.959.859	(65,50)	5.405.841	(9,30)	465.409	(91,39)	662.418	42,33	
Outras	27.974.897	100	9.454.193	(66,20)	7.779.501	(17,71)	8.224.952	5,73	7.789.770	(5,29)	8.053.204	3,38	
TOTAL	85.989.296	-	87.874.488	2,19	73.975.921	(15,82)	71.638.943	(3,16)	70.963.645	(0,94)	75.537.598	6,45	
Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Período
Price Waterhouse Coopers (1)	35.280.317	(18,27)	18.432.688	(47,75)	20.782.425	12,75	19.767.482	(4,88)	15.352.412	(22,34)	7.647.187	(50,19)	(43,62)
Deloitte Touche Tohmatsu	4.971.678	14,38	9.536.409	91,81	11.140.923	16,83	13.920.686	24,95	16.633.284	19,49	15.500.643	(6,81)	96,96
Ernst & Young	17.215.604	64,49	26.979.464	56,72	27.707.142	2,70	15.861.838	(42,75)	15.940.303	0,49	16.166.899	1,42	6,55
KPMG	7.051.778	(20,24)	8.001.776	13,47	9.071.559	13,37	20.437.000	125,29	27.145.494	32,83	17.738.760	(34,65)	(0,21)
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	(100)
Trevisan (2)	246.813	(62,74)	198.509	(19,57)	316.680	59,53	424.002	33,89	510.249	20,34	621.574	21,82	(38,04)
Outras	7.846.342	(2,57)	10.302.971	31,31	11.011.748	6,88	11.381.620	3,36	13.047.966	14,64	16.488.414	26,37	(41,06)
TOTAL	72.612.532	(3,87)	73.451.817	1,16	80.030.476	8,96	81.792.628	2,20	88.629.708	8,36	74.163.477	(16,3)	(13,75)

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

O ramo comercial tem como principais empresas auditadas o Pão de Açúcar, a BR Distribuidora e a Shell. A Price auditou a Shell de 1998 a 2007; em 2008, a Shell deixou de ter suas demonstrações contábeis auditadas, o que afetou negativamente a participação da Price. O Pão de Açúcar foi auditado pela Price de 1997 a 2003 e de 2004 a 2008 pela Ernst & Young. O efeito da troca de auditoria da empresa pode ser verificado na Tabela 30 (queda de 47,75% dos ativos auditados pela Price e crescimento de 56,72% pela Ernst & Young). Finalmente, a BR Distribuidora, que foi auditada pela Ernst & Young em 1997 e de 2003 a 2005; pela Price de 1998 a 2002 e pela KPMG de 2006 a 2008. Os reflexos das trocas de auditoria independente dessas empresas são facilmente percebidos com a visualização da Tabela acima.

Tabela 31. Auditoria do Ramo de Serviços (Total de Ativos Corrigidos)

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais de 31.12.2008)											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	187.400.214	100	173.936.888	(7,18)	192.660.932	10,76	243.268.769	26,27	206.028.289	(15,31)	149.329.121	(27,52)
Deloitte Touche Tohmatsu	64.852.968	100	87.836.472	35,44	81.347.448	(7,39)	102.921.207	26,52	121.148.276	17,71	314.631.658	159,7
Ernst & Young	23.775.301	100	40.423.692	70,02	43.836.789	8,44	25.583.221	(41,64)	31.470.953	23,01	33.761.707	7,28
KPMG	27.057.613	100	26.974.311	(0,31)	21.040.904	(22,00)	30.429.348	44,62	25.773.588	(15,30)	40.084.072	55,52
Arthur Andersen	199.510.118	100	337.441.676	69,14	294.799.645	(12,64)	303.872.547	3,08	226.135.096	(25,58)	0	(100)
Trevisan (2)	148.710.875	100	152.296.216	2,41	28.039.546	(81,59)	31.877.806	13,69	36.328.191	13,96	52.441.927	44,36
Outras	232.259.433	100	179.501.338	(22,72)	117.903.080	(34,32)	117.660.434	(0,21)	81.153.321	(31,03)	72.168.395	(11,07)
TOTAL	883.566.522	-	998.410.593	13,00	779.628.344	(21,91)	855.613.333	9,75	728.037.713	(14,91)	662.416.880	(9,01)

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais de 31.12.2008)											
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Price Waterhouse Coopers (1)	285.641.882	91,28	146.705.885	(48,64)	25.804.813	(82,41)	49.393.077	91,41	39.562.811	(19,90)	103.996.893	162,87
Deloitte Touche Tohmatsu	265.152.323	(15,73)	180.742.638	(31,83)	199.239.479	10,23	209.622.431	5,21	113.182.104	(46,01)	61.862.390	(45,34)
Ernst & Young	44.697.880	32,39	100.541.722	124,94	133.995.471	33,27	114.806.782	(14,32)	155.268.312	35,24	141.197.137	(9,06)
KPMG	37.508.609	(6,43)	40.898.112	9,04	56.589.294	38,37	54.849.867	(3,07)	86.245.938	57,24	93.256.272	8,13
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	(100)
Trevisan (2)	46.635.903	(11,07)	79.871.252	71,27	222.393.407	178,44	221.712.151	(0,31)	181.794.936	(18,00)	180.172.948	(0,89)
Outras	91.146.162	26,30	198.781.474	118,09	119.462.829	(39,90)	91.801.144	(23,16)	128.294.457	39,75	127.377.792	(0,71)
TOTAL	770.782.759	16,36	747.541.084	(3,02)	757.485.292	1,33	742.185.451	(2,02)	704.348.559	(5,10)	707.863.432	0,50

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Nesse ramo, destacam-se a Eletrobrás e a Telemar, ambas auditadas pela BDO Trevisan de 2005 a 2008 e de 2004 a 2008, respectivamente. A Telemar era auditada pela Price de 1998 a 2002. A Ernst & Young também se destaca, principalmente em virtude das grandes empresas de telecomunicações por ela auditadas (Vivo, Embratel, Tim Celular e Telefonica). Nesse setor a participação das menores empresas de auditoria tem maior relevância, o que está relacionado com a maior quantidade de grandes empresas estatais que são prestadoras de serviços, tais como a CPTM, Metro, Chesf e Furnas, todas auditadas por empresas de auditoria independente de menor porte em 2008.

A Tabela 32 que segue apresenta o total dos ativos corrigidos em relação à negociabilidade das ações em bolsa de valores. Vale ressaltar que a participação apurada na análise de ativos em reais nominais apresentada anteriormente é a mesma da apurada nessa análise em reais corrigidos para moeda de 31/12/2008; o que se permite nessa seção é a comparabilidade dos valores ao longo do período.

Tabela 32. Empresas Auditadas e Ações na Bolsa de Valores (Total de Ativos Corrigidos)

Ações na Bolsa	Total de ativos (em reais de 31.12.2008)											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Sim	809.293.983	100	944.697.410	16,73	891.695.540	(5,61)	942.223.403	5,67	905.951.011	(3,85)	901.367.163	(0,51)
Não	924.885.270	100	852.517.105	(7,82)	642.205.775	(24,67)	689.308.760	7,33	589.539.407	(14,47)	540.218.181	(8,37)
Não Identificado	0	100	773.234	-	467.276	(39,57)	458.367	(1,91)	561.689	22,54	9.146.978	1528,5
TOTAL	1.734.179.254	-	1.797.987.748	3,68	1.534.368.591	(14,66)	1.631.990.531	6,36	1.496.052.106	(8,33)	1.450.732.322	(3,03)

Ações na Bolsa	Total de ativos (em reais de 31.12.2008)											
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Sim	975.274.561	8,20	948.930.484	(2,70)	1.017.701.144	7,25	1.039.556.530	2,15	1.092.242.208	5,07	1.227.148.714	147,90
Não	543.458.406	0,60	566.618.256	4,26	635.788.148	12,21	689.047.967	8,38	689.370.945	0,05	711.863.147	85,80
Não Identificado	6.985.515	(23,63)	0	(100)	0	0,00	1.042.898	0,00	0	(100)	0	0,00
TOTAL	1.525.718.482	5,17	1.515.548.739	(0,67)	1.653.489.293	9,10	1.729.647.395	4,61	1.781.613.154	3,00	1.939.011.861	8,83

Fonte: Autora (2010)

Como pode ser verificado na Tabela acima, houve uma inversão na negociação de ações pelas empresas componentes da amostra. Em 1997, a maior parte dos ativos auditados pertencia a empresas fechadas; a partir de 1998, contudo, a maior parte dos ativos pertence a empresas abertas. Em 2008, 63,3% dos ativos pertenciam a empresas abertas e 36,7% pertenciam a empresas fechadas. Em 1998 uma importante empresa estatal, a Sabesp, abriu capital, o que contribuiu para essa inversão.

As Tabelas 33 e 34 que seguem apresentam as participações das empresas abertas e fechadas em relação aos ativos totais corrigidos das empresas auditadas, em milhares de reais em 31/12/2008.

Tabela 33. Empresas Abertas e Respectivos Auditores (Total de Ativos Corrigidos)

Auditores Independentes	Total de ativos (em reais de 31.12.2008)											
	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	219.294.973	100	351.124.995	60,12	362.542.509	3,25	413.113.846	13,95	438.903.297	6,24	463.869.770	5,69
Deloitte Touche Tohmatsu	93.715.149	100	97.086.117	3,60	86.022.124	(11,40)	95.606.817	11,14	102.532.007	7,24	296.471.483	189,15
Ernst & Young	35.063.682	100	40.023.231	14,14	50.974.974	27,36	59.795.641	17,30	58.883.370	(1,53)	31.643.251	(46,26)
KPMG	37.626.964	100	33.824.193	(10,11)	25.259.249	(25,32)	26.485.782	4,86	24.372.942	(7,98)	49.912.449	104,79
Arthur Andersen	245.390.592	100	336.915.556	37,30	333.556.138	(1,00)	316.860.666	(5,01)	261.951.339	(17,33)	0	(100)
Trevisan (2)	120.023.606	100	62.700.294	(47,76)	13.852.979	(77,91)	14.864.902	7,30	13.370.159	(10,06)	45.174.537	237,88
Outras	58.179.017	100	23.023.023	(60,43)	19.487.568	(15,36)	15.495.750	(20,48)	5.937.896	(61,68)	14.295.672	140,75
TOTAL	809.293.983	-	944.697.410	16,73	891.695.540	(5,61)	942.223.403	5,67	905.951.011	(3,85)	901.367.163	(0,51)

Auditores Independentes	Período											
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Price Waterhouse Coopers (1)	406.383.718	(12,39)	135.094.417	(66,76)	67.007.976	(50,40)	57.529.894	(14,14)	57.730.853	0,35	148.658.799	157,50
Deloitte Touche Tohmatsu	263.741.326	(11,04)	318.039.390	20,59	393.511.391	23,73	432.623.769	9,94	325.251.699	(24,82)	276.966.120	(14,85)
Ernst & Young	190.430.606	501,80	250.649.684	31,62	298.761.746	19,19	116.268.417	(61,08)	128.594.313	10,60	122.049.907	(5,09)
KPMG	47.331.920	(5,17)	38.564.216	(18,52)	53.103.819	37,70	237.319.651	346,90	379.757.952	60,02	465.847.430	22,67
Arthur Andersen	0	0,00	0	0,00	0	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Trevisan (2)	41.619.219	(7,87)	46.933.130	12,77	167.133.310	256,11	169.272.876	1,28	165.115.248	(2,46)	186.807.298	13,14
Outras	25.767.771	80,25	159.649.647	519,57	38.182.902	(76,08)	26.541.924	(30,49)	35.792.144	34,85	26.819.160	(25,07)
TOTAL	975.274.561	8,20	948.930.484	(2,70)	1.017.701.144	7,25	1.039.556.530	2,15	1.092.242.208	5,07	1.227.148.714	12,35

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse
(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Embora a queda da Price de 1997 para 2008 tenha sido de 55,35% (de 27,1% para 12,11%), a redução dos ativos foi menor: 32,2%. O crescimento das menores empresas de auditoria, no ano de 2004, deu-se em virtude da troca de auditoria independente da estatal Eletrobrás, que, em 2003, foi auditada pela Price e, em 2004, teve suas demonstrações contábeis auditadas pela Boucinhas & Campos. A partir de 2005 até 2008 a empresa foi auditada pela BDO Trevisan, que teve incremento de 256% em 2005.

Tabela 34. Empresas Fechadas e Respectivos Auditores (Total de Ativos Corrigidos)

Auditores Independentes	1997			1998			1999			2000			2001			Total de ativos (em reais de 31.12.2008)		
		%			%			%			%			%		2002	%	
Price Waterhouse Coopers (1)	227.203.224	100		234.376.075	3,16		186.454.100	(20,45)		209.957.286	12,61		151.411.157	(27,88)		189.569.826	25,20	
Deloitte Touche Tohmatsu	72.604.369	100		58.766.740	(19,06)		67.216.974	14,38		69.950.899	4,07		84.983.977	21,49		139.470.073	64,11	
Ernst & Young	58.746.113	100		65.499.989	11,50		67.789.808	3,50		48.721.033	(28,13)		47.902.246	(1,68)		44.029.309	(8,09)	
KPMG	53.378.664	100		35.190.911	(34,07)		38.121.689	8,33		43.534.968	14,20		54.193.675	24,48		35.366.328	(34,74)	
Arthur Andersen	50.315.547	100		132.288.290	162,92		112.676.744	(14,82)		124.090.320	10,13		86.618.568	(30,20)		0	(100)	
Trevisan (2)	151.728.447	100		118.663.790	(21,79)		29.042.951	(75,53)		33.969.875	16,96		34.169.543	0,59		17.754.591	(48,04)	
Outras	310.908.906	100		207.731.310	(33,19)		140.903.509	(32,17)		159.084.379	12,90		130.260.241	(18,12)		114.028.054	(12,46)	
TOTAL	924.885.270	-		852.517.105	(7,82)		642.205.775	(24,67)		689.308.760	7,33		589.539.407	(14,47)		540.218.181	(8,37)	

Auditores Independentes	2003			2004			2005			2006			2007			2008			Período
		%			%			%			%			%			%		
Price Waterhouse Coopers (1)	150.107.891	(20,82)		155.018.700	3,27		112.350.431	(27,52)		144.666.238	28,76		112.331.221	(22,35)		138.048.946	22,89		(39,24)
Deloitte Touche Tohmatsu	131.622.261	(5,63)		105.875.170	(19,56)		118.552.444	11,97		135.341.183	14,16		113.673.512	(16,01)		170.815.055	50,27		135,27
Ernst & Young	78.065.428	77,30		111.108.680	42,33		123.264.752	10,94		87.231.622	(29,23)		112.744.097	29,25		74.819.667	(33,64)		27,36
KPMG	47.037.084	33,00		60.740.810	29,13		80.624.074	32,73		137.795.213	70,91		150.538.161	9,25		121.721.701	(19,14)		128,03
Arthur Andersen	0	0,00		0	0,00		0	0,00		0	0,00		0	0,00		0	0,00		(100)
Trevisan (2)	21.786.664	22,71		48.930.587	124,59		74.661.808	52,59		67.030.528	(10,22)		43.038.874	(35,79)		41.537.111	(3,49)		(72,62)
Outras	114.839.077	0,71		84.944.308	(26,03)		126.334.640	48,73		116.983.183	(7,40)		157.045.080	34,25		164.920.667	5,01		(46,96)
TOTAL	543.458.406	0,60		566.618.256	4,26		635.788.148	12,21		689.047.967	8,38		689.370.945	0,05		711.863.147	3,26		(23,03)

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Pode-se perceber que a participação das menores empresas de auditoria independente é maior entre as empresas fechadas (22,11%, em média) do que entre as empresas abertas (3,91%, em média).

As Tabelas 35, 36 e 37 apresentam nova segregação dos ativos corrigidos das empresas, dessa vez em função da origem do controle acionário.

Tabela 35. Empresas Nacionais e Auditores (Total de Ativos Corrigidos)

Auditores Independentes	1997			1998			1999			2000			2001			Total de ativos (em reais de 31.12.2008)		
		%			%			%			%			%		2002	%	
Price Waterhouse Coopers (1)	235.111.948	100		269.544.111	14,65		202.998.340	(24,69)		235.748.324	16,13		225.329.072	(4,42)		321.715.393	42,78	
Deloitte Touche Tohmatsu	64.042.779	100		70.051.411	9,38		76.544.974	9,27		59.155.932	(22,72)		66.686.615	12,73		156.218.268	134,26	
Ernst & Young	66.191.772	100		70.268.075	6,16		81.565.577	16,08		76.943.708	(5,67)		64.512.801	(16,16)		43.555.228	(32,49)	
KPMG	56.051.984	100		43.449.546	(22,48)		33.981.113	(21,79)		49.277.360	45,01		54.454.935	10,51		78.115.475	43,45	
Arthur Andersen	107.163.490	100		156.982.927	46,49		175.155.409	11,58		179.300.831	2,37		172.611.016	(3,73)		0	(100)	
Trevisan (2)	13.673.740	100		29.484.513	115,63		14.893.554	(49,49)		16.694.834	12,09		11.511.506	(31,05)		10.727.508	(6,81)	
Outras	138.610.274	100		71.027.770	(48,76)		57.395.598	(19,19)		67.436.357	17,49		65.892.425	(2,29)		67.273.754	2,10	
TOTAL	680.845.988	-		710.808.354	4,40		642.534.565	(9,61)		684.557.347	6,54		660.998.370	(3,44)		677.605.625	2,51	

Auditores Independentes	2003			2004			2005			2006			2007			2008			Período
		%			%			%			%			%			%		
Price Waterhouse Coopers (1)	260.831.633	(18,92)		126.532.894	(51,49)		125.478.073	(0,83)		136.552.709	8,83		126.278.486	(7,52)		228.287.831	80,78		(2,90)
Deloitte Touche Tohmatsu	181.219.718	16,00		245.994.298	35,74		261.004.223	6,10		358.978.629	37,54		343.380.192	(4,35)		335.484.067	(2,30)		423,84
Ernst & Young	53.322.775	22,43		76.357.238	43,20		95.604.969	25,21		99.660.204	4,24		105.557.721	5,92		71.281.938	(32,47)		7,69
KPMG	77.848.786	(0,34)		62.510.013	(19,70)		74.533.597	19,23		76.098.831	2,10		150.449.164	97,70		173.277.047	15,17		209,14
Arthur Andersen	0	-		0	-		0	-		0	-		0	-		0	-		(100,00)
Trevisan (2)	19.508.664	81,86		54.563.033	179,69		65.154.392	19,41		56.964.095	(12,57)		65.816.300	15,54		92.646.995	40,77		577,55
Outras	75.842.549	12,74		54.594.262	(28,02)		44.981.120	(17,61)		67.636.286	50,37		68.752.032	1,65		74.142.138	7,84		(46,51)
TOTAL	668.574.125	(1,33)		620.551.738	(7,18)		666.756.373	7,45		795.890.753	19,37		860.233.895	8,08		975.120.016	13,36		43,22

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Em média, a participação das empresas nacionais na amostra é a maior: 43,6% dos ativos da amostra estão sob controle nacional. Em 2008, a participação das nacionais foi de 50,29%. Alguns pontos podem ser destacados: a Price, que teve queda de sua participação em 32,3% (passou de 34,6% em 1997 para 23,4% em 2008), em termos monetários a redução foi de

apenas 2,9%. A Ernst & Young, que teve redução de participação de 1997 para 2008, aumentou o total de ativos auditados em 7,69%.

Tabela 36. Empresas Estrangeiras e Auditores (Total de Ativos Corrigidos)

Total de ativos (em reais de 31.12.2008)												
Auditores Independentes	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	42.043.654	100	73.583.626	75,02	77.119.126	4,80	108.492.792	40,68	102.939.393	(5,12)	93.824.658	(8,85)
Deloitte Touche Tohmatsu	44.985.511	100	85.222.697	89,44	74.237.373	(12,89)	97.247.891	31,00	99.501.404	2,32	188.651.871	89,60
Ernst & Young	13.174.655	100	23.121.252	75,50	23.929.281	3,49	19.565.523	(18,24)	30.222.897	54,47	27.492.755	(9,03)
KPMG	27.184.741	100	22.660.996	(16,64)	18.293.316	(19,27)	14.649.410	(19,92)	18.390.236	25,54	7.163.302	(61,05)
Arthur Andersen	12.345.523	100	126.476.755	924,47	163.274.405	29,09	175.849.171	7,70	136.755.159	(22,23)	0	(100)
Trevisan (2)	2.798.170	100	3.385.107	20,98	669.794	(80,21)	262.137	(60,86)	0	(100)	0	-
Outras	32.305.688	100	12.273.148	(62,01)	7.983.148	(34,95)	3.140.575	(60,66)	5.562.670	77,12	9.433.602	69,59
TOTAL	174.837.941	-	346.723.581	98,31	365.506.442	5,42	419.207.498	14,69	393.371.760	(6,16)	326.566.189	(16,98)

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Período
Price Waterhouse Coopers (1)	81.526.163	(13,11)	56.629.252	(30,54)	53.341.018	(5,81)	44.577.567	(16,43)	43.783.587	(1,78)	38.199.723	(12,75)	(9,14)
Deloitte Touche Tohmatsu	134.977.221	(28,45)	88.837.164	(34,18)	98.222.486	10,56	101.938.977	3,78	39.331.014	(61,42)	90.245.115	129,45	100,61
Ernst & Young	36.616.387	33,19	102.000.854	178,57	114.597.186	12,35	103.839.835	(9,39)	135.780.689	30,76	119.336.993	(12,11)	805,81
KPMG	16.520.218	130,62	28.868.323	74,75	50.272.520	74,14	58.358.078	16,08	97.639.341	67,31	56.052.772	(42,59)	106,19
Arthur Andersen	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	(100)
Trevisan (2)	76.532	-	6.702.743	8658,08	7.322.945	9,25	6.034.807	(17,59)	1.811.939	(69,98)	6.156.565	239,78	120,02
Outras	4.578.844	(51,46)	26.944.409	488,45	24.982.831	(7,28)	12.839.422	(48,61)	18.460.575	43,78	15.267.852	(17,29)	(52,74)
TOTAL	274.295.366	(16,01)	309.982.744	13,01	348.738.986	12,50	327.588.685	(6,06)	336.807.145	2,81	325.259.021	(3,43)	86,03

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Em média, a participação das empresas estrangeiras na amostra é de 20,15%. Em 2008, a participação dos ativos corrigidos das estrangeiras foi de 16,77%. O crescimento da Arthur Andersen, em 1998, deu-se em virtude da sua contratação por grandes empresas estrangeiras como a Telefonica e Embratel. No caso da Ernst & Young, o crescimento, no ano de 2004, deu-se pela sua contratação pela Embratel e Tim Celular, entre outras. A Deloitte passou a auditar importantes empresas que eram auditadas pela Arthur Andersen a partir de 2002, tais como a Embratel, Telefonica, Vivo-SP, Claro, Coelba e outras, o que acarretou o aumento dos ativos auditados pela empresa em 89,6% em relação a 2001.

Tabela 37. Empresas Estatais e Auditores (Total de Ativos Corrigidos)

Total de ativos (em reais de 31.12.2008)												
Auditores Independentes	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Price Waterhouse Coopers (1)	269.342.596	100	242.373.334	43,13	268.879.144	10,94	273.214.760	1,61	260.411.183	(4,69)	237.727.887	(8,71)
Deloitte Touche Tohmatsu	57.291.228	100	578.749	(98,99)	0	(100)	9.153.893	-	21.327.964	132,99	92.444.155	333,44
Ernst & Young	14.443.368	100	12.133.893	(15,99)	13.269.923	9,36	12.007.443	(9,51)	12.049.918	0,35	4.624.577	(61,62)
KPMG	7.768.903	100	0	(100)	6.342.440	-	6.093.980	(3,92)	5.721.446	(6,11)	0	(100)
Arthur Andersen	176197126,4	100	141.887.828	(19,47)	107.345.489	(24,34)	85.956.529	(19,93)	36.936.156	(57,03)	0	(100)
Trevisan (2)	255.280.143	100	148.494.464	(41,83)	26.748.526	(81,99)	31.877.806	19,18	36.028.197	13,02	52.201.620	44,89
Outras	198.171.961	100	147.453.069	(25,59)	93.264.795	(36,75)	104.306.019	11,84	64.553.757	(38,11)	59.206.869	(8,28)
TOTAL	878.495.325	-	692.921.337	(21,12)	515.850.317	(25,55)	522.610.431	1,31	437.028.621	(16,38)	446.205.109	2,10

Auditores Independentes	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Período
Price Waterhouse Coopers (1)	214.133.813	(9,92)	106.950.970	(50,05)	0	(100)	22.108.754	-	0	(100)	20.220.191	-	(88,06)
Deloitte Touche Tohmatsu	79.166.649	(14,36)	89.083.098	12,53	133.529.688	49,89	105.378.807	(21,08)	54.516.872	(48,27)	20.158.714	(63,02)	(64,81)
Ernst & Young	178.556.872	3761,04	183.400.272	2,71	211.824.343	15,50	0	(100)	0	-	6.250.643	-	(56,72)
KPMG	0	-	7.926.690	-	8.921.776	12,55	240.657.955	2597,42	282.207.609	17,27	358.239.312	26,94	4511,20
Arthur Andersen	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	(100,00)
Trevisan (2)	43.425.136	(16,81)	34.597.941	(20,33)	169.165.411	388,95	173.304.502	2,45	140.525.883	(18,91)	129.540.849	(7,82)	(49,26)
Outras	67.170.970	13,45	163.055.285	142,75	94.553.590	(42,01)	62.899.378	(33,48)	105.624.615	67,93	102.329.836	(3,12)	(48,36)
TOTAL	582.453.441	30,53	585.014.257	0,44	617.994.808	5,64	604.349.397	(2,21)	582.874.979	(3,55)	636.739.546	9,24	(27,52)

(1) Price Waterhouse Coopers e Price Waterhouse

(2) Trevisan e BDO Trevisan

Fonte: Autora (2010)

Em média, a participação das empresas estatais na amostra é de 35,79%. Em 2008, o total dos ativos pertencentes às empresas sob controle estatal foi de 32,84%. Pode-se perceber, com relação às menores empresas de auditoria, que, apesar da queda de 28,7% na participação, a perda em termos monetários a queda das menores foi de 48,3%. Como já mencionado, poucas empresas estatais detêm a maior parte dos ativos, o que provoca alta variabilidade nesse ramo quando essas grandes, tais como a Petrobras, trocam de auditoria.

4.3 CONCLUSÕES

Com base no exposto neste capítulo, pode-se concluir que a participação das grandes empresas de auditoria atuantes no Brasil corresponde, aproximadamente, a 74% do mercado, mesmo considerando-se a saída da Arthur Andersen, afinal boa parte dos clientes dessa empresa foi transferida para a Deloitte. Os três segmentos de mercado estudados (comércio, prestação de serviços e indústria), contudo, se comportaram de forma diferente, sendo o setor industrial o mais concentrado e o comercial o mais pulverizado. Já em termos de ativos das empresas auditadas, a participação das maiores empresas corresponde a 88%, o que certamente intensifica a concentração das empresas de auditoria independente na amostra.

Este trabalho também evidencia a forte presença de empresas do ramo industrial entre as maiores do Brasil (55,1%), seguido do ramo de prestação de serviços (32,5%) e, por último, o comercial (12,2%). Constatou-se, igualmente, que ramo o comercial é o menos concentrado, isto é, tem maior distribuição das empresas pelas menores empresas de auditoria independente. O ramo industrial, que corresponde à maior quantidade de empresas da amostra, é também o que possui maior concentração das maiores na auditoria independente. A análise referente aos ativos apresenta outra perspectiva: os ativos submetidos à auditoria independente dos ramos industrial e de serviços encontram-se muito aproximados, com média apurada no período de 47% em cada. O ramo comercial perdeu representatividade na amostra, com menos de 5% dos ativos totais. Nessa segunda análise, os setores de serviços e comercial têm, em média, maior participação das menores empresas de auditoria: 16,5% e 14,75%, respectivamente. O setor industrial, no entanto, tem apenas 6,33% de seus ativos auditados pelas menores, em média.

Outra característica relevante é a preferência de empresas de capital estrangeiro (91%, em média) ou de capital aberto (86%, em média) por empresas de auditoria independente incluídas no grupo das maiores empresas de auditoria. A alta concentração das empresas estrangeiras pode se dar em virtude da decisão sobre a empresa de auditoria independente a ser contratada ser tomada pela matriz no exterior, sem margem para decisão diversa na filial brasileira. E essa preferência é ainda mais evidente quando se analisa a participação por meio dos ativos das auditadas: 95% dos ativos sob controle estrangeiro da amostra são auditados, em média, pelas maiores, bem como 96% dos ativos de empresas negociadas em bolsa.

Também foi constatada a liderança de cada uma das empresas de auditoria que compõem o conjunto das “*Big Four*” e a Trevisan. As Tabelas 38, 39 e 40 que seguem relacionam essas lideranças.

Tabela 38. Liderança nos Ramos de Atividade

Ramo de Atividade	2008 (Quantidade)	2008 (Ativos)	Média (Ativos)
Indústria	Deloitte 23,30%	KPMG 41,23%	Price 34,15%
Comércio	Menores ⁴⁰ 49,43%	KPMG 23,92%	Price 32,67%
Serviços	Menores 28,71%	BDO Trevisan 25,50%	Deloitte 20,06%

Fonte: Autora (2010)

Tabela 39. Liderança na Negociação de Ações em Bolsa de Valores

Ações na Bolsa	2008 (Quantidade)	2008 (Ativos)	Média (Ativos)
Abertas	Deloitte 26,14%	KPMG 38,00%	Price 27,83%
Fechadas	Menores 32,73%	Deloitte 23,90%	Price 25,17%

Fonte: Autora (2010)

⁴⁰ O termo “menores”, constante das Tabelas 38 a 40, refere-se a todas as empresas de auditoria independente que não integram o grupo “*Big Four*”. A respectiva participação corresponde à soma das participações de todas as empresas não integrantes do grupo “*Big Four*”.

Tabela 40. Liderança no Controle Acionário

Controle Acionário	2008 (Quantidade)	2008 (Ativos)	Média (Ativos)
Nacional	Menores 28,90%	Deloitte 34,40%	Price 29,40%
Estrangeiro	Deloitte 24,56%	Ernst & Young 36,70%	Deloitte 29,40%
Estatual	Menores 55,17%	KPMG 56,30%	Price 27,70%

Fonte: Autora (2010)

Outra importante evidência deste trabalho é variação dos ativos ao longo do período estudado, pois a análise horizontal de ativos sem correção monetária pode levar a conclusões errôneas. O principal exemplo é a Price, que perdeu participação no período abordado, mas apresenta aumento de ativos nominais auditados; a redução de participação da Price, no entanto, é perceptível na análise horizontal de ativos corrigidos. O gráfico 17 evidencia o caso da Price exposto e a Tabela 41 sintetiza a diferença entre a evolução nominal e real dos ativos auditados.

Gráfico 17. Ativos Corrigidos X Ativos Nominais auditados pela Price

Fonte: Autora (2010)

Tabela 41. Comparação Real x Nominal dos Ativos Auditados (1997-2008)

Auditor Independente	Nominal	Real
PriceWaterhouseCoopers	81,30%	-35,79%
Deloitte Touche Tohmatsu	659,06%	169,23%
Ernst & Young	491,64%	109,86%
KPMG	1734,61%	545,64%
BDO Trevisan	137,24%	-15,97%
Outras	46,73%	-48,05%

Fonte: Autora (2010)

É importante ressaltar que os resultados encontrados nesta pesquisa não podem ser extrapolados para outros conjuntos de empresas, afinal não foi utilizada amostra aleatória que possa servir de base científica. A análise, contudo, tem amostra representativa da população de grandes empresas brasileiras que tiveram suas demonstrações publicadas e auditadas, principalmente em termos de valor agregado ao país.

5 ANÁLISE DA SEGUNDA ETAPA (Objetivo Específico)

Essa segunda etapa destina-se a responder ao problema de pesquisa proposto no capítulo 1 desta dissertação, mediante a aplicação da regressão logística na amostra selecionada, a fim de verificar se existe relação, na amostra, entre os indicadores contábeis das empresas auditadas e a escolha de uma empresa de auditoria independente, com a utilização do sistema estatístico SPSS.

Nessa segunda etapa, a análise também detectará se algumas variáveis não contábeis (ramo de atividade, controle acionário e negociação em bolsa de valores) são características das empresas auditadas que podem direcionar a escolha do auditor independente.

Inicialmente, a amostra possuía 7.214 observações, que representa a quantidade de pareceres emitidos pelas empresas de auditoria independente ao longo do período abordado nesta pesquisa. Entretanto, não foi possível a utilização de todas as observações, tendo em vista que há empresas que não foram classificadas quanto ao ramo de atividade, ao controle acionário ou à negociação em bolsa de valores. Essas empresas com pendência de classificação foram retiradas da amostra. Após a retirada de todas as empresas com pendência de classificação a amostra obteve 7.165 observações.

Foi necessário, adicionalmente, adotar o procedimento de normalização da amostra, em virtude de sua alta discrepância (presença de *outliers*). Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 116):

Nos trabalhos de coleta de dados, podem ocorrer observações que **fogem** das dimensões esperadas – **os outliers**. Para detectá-los pode-se calcular o escore padronizado (Z_i), e considerar **outliers** as observações cujos escores, em valores absolutos, sejam **maiores do que 3**.

A fórmula do escore padronizado (Z_i) apresentada pelos autores é:

$$Z_i = \frac{x_i - \bar{x}}{S}$$

Aplicando-se o procedimento acima a cada uma das observações da amostra desta pesquisa (tomando-se como critério para a definição dos *outliers* o total dos ativos de cada empresa auditada) resultam 7.124 observações, finalmente livres de informações incompletas e de *outliers*, prontas para a aplicação da regressão logística. O cálculo foi feito para cada ano, tendo em vista que a execução da regressão logística será feita anualmente, para detectar a consistência dos resultados ao longo do tempo.

Existem diversas formas para se executar a regressão logística. Dois métodos muito utilizados são o **Enter** e o **Forward Wald (Stepwise)**. De acordo com Fávero *et al* (2009, p. 447), na opção **Enter** o *software* executa o modelo com as variáveis selecionadas manualmente pelo pesquisador e na opção **Forward Wald** o *software* automaticamente propõe a melhor solução com a inclusão de variáveis significantes e a exclusão de variáveis não significantes. Para essa dissertação, utilizou-se o método **Forward Wald**.

De acordo com Corrar *et al* (2007, p. 159): “Na adição *forward* vão sendo acrescentadas variáveis independentes ao modelo, sem alternativa de eliminar as que já foram introduzidas [...]”

Os testes foram aplicados anualmente no período selecionado (1997 a 2008), com a inserção de todas as variáveis no modelo e o *software* realizou automaticamente o procedimento de *stepwise*. A estimação *stepwise*, segundo Corrar *et al* (2007, p. 159), é: “Também chamado de método por etapas ou passo a passo. É o mais comum dos métodos de busca seqüencial, e possibilita examinar a contribuição adicional de cada variável independente ao modelo [...]”

Para a análise da adequação do modelo proposto será utilizado do teste de Hosmer-Lemeshow. De acordo com Fávero *et al* (2009, p. 451), trata-se de um teste muito usual para verificar o ajuste do modelo e, segundo os autores, sua “[...] aplicação consiste na comparação entre os eventos esperados e os observados, com base na divisão da base de dados em 10 grupos, sendo analisado o número de eventos para cada categoria da variável dependente.” Quão menor for o valor calculado nesse teste, mais adequado é o modelo. O intervalo de confiança para aceitar variáveis independentes como significativas nesta pesquisa é de 95%.

5.1 ANÁLISE ANUAL

5.1.1 1997

No primeiro ano desta pesquisa foram utilizadas inicialmente 674 observações, sendo que uma foi automaticamente descartada pelo programa. Em 1997, foram significativas as seguintes variáveis independentes: ativos, comércio, controle estatal e controle estrangeiro. Isso quer dizer que, nesse ano, essas foram as variáveis que mostraram relação com a variável dependente (opção por uma empresa de auditoria independente componente do grupo “*Big Four*”).

É importante ressaltar que a comparação de probabilidades se dá entre as variáveis constantes da Tabela “*Variables in the Equation*” elaborada pelo programa e um critério definido pelo pesquisador como base, a saber: uma empresa do ramo industrial, de controle nacional e sem negociação de ações em bolsa (fechada).

Assim, é possível comparar se há incremento ou redução na probabilidade de ocorrer o evento 1 (escolher uma auditoria “*Big*”) entre o critério base e as variáveis dependentes constantes da Tabela. A coluna $\text{Exp}(B)$ apresenta a razão de chance (*odds ratio*) do modelo, que será utilizada para as análises desse capítulo.

A linha referente à constante do modelo representa o critério base definido nesta pesquisa e os sinais presentes na coluna B representam se a chance aumenta ou diminui, caso os sinais sejam positivos ou negativos, respectivamente. A Tabela 42, a seguir, apresenta o *output* apresentado pelo programa para o ano de 1997.

Tabela 42. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (1997)

Variables in the Equation								95,0% C.I. for EXP(B)	
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower	Upper
Step 1	ATIVOS	,379	,067	31,984	1	,000	1,461	1,281	1,665
	Constant	-4,487	,847	28,078	1	,000	,011		
Step 2	ATIVOS	,595	,079	56,955	1	,000	1,813	1,554	2,116
	ESTATAL	-2,189	,316	48,008	1	,000	,112	,060	,208
	Constant	-6,972	,979	50,663	1	,000	,001		
Step 3	ATIVOS	,577	,079	53,554	1	,000	1,781	1,526	2,079
	ESTATAL	-2,022	,318	40,447	1	,000	,132	,071	,247
	ESTRANG	,756	,244	9,603	1	,002	2,130	1,320	3,435
	Constant	-6,884	,979	49,398	1	,000	,001		
Step 4	ATIVOS	,555	,080	48,721	1	,000	1,742	1,491	2,036
	COMERCIO	-,700	,260	7,235	1	,007	,497	,298	,827
	ESTATAL	-2,069	,318	42,397	1	,000	,126	,068	,235
	ESTRANG	,725	,245	8,772	1	,003	2,066	1,278	3,338
	Constant	-6,511	,992	43,073	1	,000	,001		

a. Variable(s) entered on step 1: ATIVOS.

b. Variable(s) entered on step 2: ESTATAL.

c. Variable(s) entered on step 3: ESTRANG.

d. Variable(s) entered on step 4: COMERCIO.

Fonte: Autora (2010)

A Tabela mostra, por exemplo, que há aumento de 106,6% (pois o Exp(B) foi de 2,066) de probabilidade de se escolher uma “*Big Five*” (pois até 2001 a Arthur Andersen atuava no ramo) quando a empresa auditada possui controle estrangeiro e há redução de 87,4% (pois o Exp(B) foi de 0,126) nessa probabilidade se o controle foi estatal, quando comparadas com o critério base (controle nacional). O ramo de comércio também apresentou redução de probabilidade: as chances de uma empresa do ramo comercial optar por uma “*Big*” foram 50,3% menores do que o ramo industrial.

Outra relevante constatação é a importância do porte da auditada nessa escolha. O aumento de uma unidade no logaritmo dos ativos representa um acréscimo na probabilidade de se escolher uma empresa de auditoria “*Big*” de 74,2%.

5.1.2 1998

Em 1998 foram utilizadas inicialmente 603 observações, sendo que uma foi automaticamente descartada pelo programa. A variável ativos foi retirada do modelo (para reduzir efeitos da multicolinearidade), pois dessa forma o teste de adequação Hosmer-Lemeshow apresentou melhores resultados. Em 1998 foram significativas as variáveis: vendas, comércio, controle

estatal e controle estrangeiro. A Tabela 43, a seguir, mostra o *output* apresentado pelo programa para o ano de 1998.

Tabela 43. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (1998)

Variables in the Equation								95,0% C.I. for EXP(B)	
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower	Upper
Step 1	ESTATAL	-2,030	,324	39,254	1	,000	,131	,070	,248
	Constant	,955	,095	100,107	1	,000	2,599		
Step 2	VENDAS	,928	,134	48,021	1	,000	2,529	1,945	3,288
	ESTATAL	-2,605	,376	48,058	1	,000	,074	,035	,154
	Constant	-10,676	1,662	41,287	1	,000	,000		
Step 3	VENDAS	1,008	,137	54,394	1	,000	2,739	2,096	3,581
	COMERCIO	-1,305	,291	20,128	1	,000	,271	,153	,480
	ESTATAL	-2,817	,385	53,575	1	,000	,060	,028	,127
	Constant	-11,487	1,688	46,329	1	,000	,000		
Step 4	VENDAS	,898	,138	42,454	1	,000	2,454	1,873	3,215
	COMERCIO	-1,192	,296	16,255	1	,000	,304	,170	,542
	ESTATAL	-2,524	,382	43,545	1	,000	,080	,038	,170
	ESTRANG	1,228	,344	12,785	1	,000	3,415	1,742	6,697
	Constant	-10,322	1,696	37,040	1	,000	,000		

a. Variable(s) entered on step 1: ESTATAL.

b. Variable(s) entered on step 2: VENDAS.

c. Variable(s) entered on step 3: COMERCIO.

d. Variable(s) entered on step 4: ESTRANG.

Fonte: Autora (2010)

Com base na Tabela 43, é possível perceber que há aumento de 241,5% de probabilidade de se escolher uma “*Big Five*” quando a empresa auditada possui controle estrangeiro e há redução de 92% nessa probabilidade se o controle for estatal, quando comparadas com o critério base (controle nacional). O ramo de comércio também apresentou redução de probabilidade: as chances de uma empresa do ramo comercial optar por uma “*Big*” foram 69,4% menores do que o ramo industrial. Outra constatação é a importância do porte da auditada nessa escolha, pois a variável independente referente às vendas foi considerada significativa (aumentam-se as chances de optar por uma “*Big*” em 87,3% quando há incremento nas vendas da empresa no valor correspondente a uma unidade no logaritmo dessa variável).

5.1.3 1999

Em 1999 havia 556 observações, sendo uma descartada pelo programa. Assim como em 1998, o teste de Hosmer-Lemeshow apresentou baixa robustez nesse ano com a inclusão de todas as variáveis. Dessa forma, a variável ativos foi retirada manualmente do modelo, com o intuito de minimizar efeitos da multicolinearidade existente entre essa variável e a variável vendas.

Após a retirada, o teste apresentou adequação da amostra ao modelo. A Tabela 44 apresenta, portanto, o modelo sem a presença da variável ativos.

Tabela 44. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (1999)

Variables in the Equation								95,0% C.I. for EXP(B)	
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower	Upper
Step 1	VENDAS	,868	,138	39,593	1	,000	2,382	1,818	3,121
	Constant	-9,956	1,723	33,402	1	,000	,000		
Step 2	VENDAS	,962	,143	44,987	1	,000	2,616	1,975	3,465
	ESTATAL	-1,766	,372	22,572	1	,000	,171	,083	,354
	Constant	-10,978	1,782	37,929	1	,000	,000		
Step 3	VENDAS	1,007	,144	48,755	1	,000	2,737	2,063	3,631
	COMERCIO	-1,181	,308	14,684	1	,000	,307	,168	,562
	ESTATAL	-1,917	,379	25,636	1	,000	,147	,070	,309
	Constant	-11,378	1,787	40,538	1	,000	,000		
Step 4	VENDAS	,910	,145	39,463	1	,000	2,485	1,871	3,302
	COMERCIO	-1,113	,312	12,708	1	,000	,329	,178	,606
	ESTATAL	-1,649	,377	19,103	1	,000	,192	,092	,403
	ESTRANG	1,273	,360	12,530	1	,000	3,573	1,765	7,232
	Constant	-10,391	1,791	33,652	1	,000	,000		
Step 5	BOLSA	,617	,254	5,890	1	,015	1,854	1,126	3,052
	VENDAS	,845	,149	32,180	1	,000	2,328	1,738	3,117
	COMERCIO	-1,002	,316	10,056	1	,002	,367	,198	,682
	ESTATAL	-1,606	,383	17,626	1	,000	,201	,095	,425
	ESTRANG	1,304	,361	13,044	1	,000	3,684	1,815	7,476
	Constant	-9,756	1,833	28,340	1	,000	,000		
Step 6	BOLSA	,680	,257	6,986	1	,008	1,973	1,192	3,265
	VENDAS	,844	,149	31,944	1	,000	2,325	1,735	3,115
	COMERCIO	-,826	,327	6,384	1	,012	,438	,231	,831
	SERVIÇOS	,575	,282	4,163	1	,041	1,778	1,023	3,090
	ESTATAL	-2,007	,435	21,255	1	,000	,134	,057	,315
	ESTRANG	1,348	,363	13,794	1	,000	3,850	1,890	7,842
	Constant	-9,922	1,840	29,066	1	,000	,000		

a. Variable(s) entered on step 1: VENDAS.

b. Variable(s) entered on step 2: ESTATAL.

c. Variable(s) entered on step 3: COMERCIO.

d. Variable(s) entered on step 4: ESTRANG.

e. Variable(s) entered on step 5: BOLSA.

f. Variable(s) entered on step 6: SERVIÇOS.

Fonte: Autora (2010)

Novamente, as variáveis de controle acionário apresentam relação com a opção por um auditor independente, assim como a variável vendas e o ramo de atividade comércio. O ramo de serviços apresentou mais chances do que o industrial em 77,8%.

A negociação de ações em bolsa de valores mostrou-se altamente associada à escolha de um auditor “*Big*”: as chances, de acordo com o modelo, aumentam 97,3% se a empresa auditada for aberta.

5.1.4 2000

Em 2000, foram utilizadas inicialmente 609 observações, sendo que duas foram automaticamente descartadas pelo programa. Em 2000, foram significativas as variáveis: negociação em bolsa, ativos, vendas, serviços, controle estatal e controle estrangeiro. A Tabela 45 a seguir mostra o *output* apresentado pelo programa para o ano de 2000.

Tabela 45. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2000)

Variables in the Equation									
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I.for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1	ESTRANG	2,520	,428	34,633	1	,000	12,427	5,369	28,764
	Constant	,623	,097	40,902	1	,000	1,864		
Step 2	ATIVOS	,494	,086	32,668	1	,000	1,638	1,383	1,940
	ESTRANG	2,449	,432	32,165	1	,000	11,579	4,967	26,994
	Constant	-5,614	1,085	26,775	1	,000	,004		
Step 3	ATIVOS	,754	,103	53,347	1	,000	2,126	1,736	2,602
	ESTATAL	-2,677	,415	41,583	1	,000	,069	,030	,155
	ESTRANG	2,222	,438	25,708	1	,000	9,222	3,907	21,768
	Constant	-8,599	1,273	45,648	1	,000	,000		
Step 4	ATIVOS	,724	,104	48,076	1	,000	2,064	1,681	2,533
	SERVIÇOS	,914	,293	9,706	1	,002	2,494	1,403	4,431
	ESTATAL	-3,318	,473	49,192	1	,000	,036	,014	,092
	ESTRANG	2,228	,439	25,715	1	,000	9,281	3,923	21,955
	Constant	-8,419	1,287	42,824	1	,000	,000		
Step 5	BOLSA	,769	,278	7,642	1	,006	2,157	1,251	3,719
	ATIVOS	,646	,108	36,113	1	,000	1,909	1,546	2,356
	SERVIÇOS	,992	,296	11,214	1	,001	2,696	1,509	4,817
	ESTATAL	-3,313	,477	48,285	1	,000	,036	,014	,093
	ESTRANG	2,253	,441	26,072	1	,000	9,513	4,007	22,585
	Constant	-7,631	1,314	33,708	1	,000	,000		
Step 6	BOLSA	,755	,279	7,340	1	,007	2,128	1,232	3,675
	VENDAS	,460	,199	5,363	1	,021	1,584	1,073	2,337
	ATIVOS	,426	,141	9,098	1	,003	1,532	1,161	2,021
	SERVIÇOS	1,109	,302	13,476	1	,000	3,031	1,677	5,480
	ESTATAL	-3,335	,481	48,023	1	,000	,036	,014	,091
	ESTRANG	2,198	,443	24,651	1	,000	9,007	3,782	21,450
	Constant	-10,666	1,908	31,252	1	,000	,000		

a. Variable(s) entered on step 1: ESTRANG.

b. Variable(s) entered on step 2: ATIVOS.

c. Variable(s) entered on step 3: ESTATAL.

d. Variable(s) entered on step 4: SERVIÇOS.

e. Variable(s) entered on step 5: BOLSA.

f. Variable(s) entered on step 6: VENDAS.

Fonte: Autora (2010)

As variáveis de controle acionário continuam evidenciando a preferência de empresas estrangeiras por auditoria realizada por empresas do “*Big Five*” e a situação inversa para empresas com controle estatal, quando comparadas com o critério base (controle nacional). As variáveis representativas do tamanho da auditada também permanecem positivamente relacionadas com essa opção: uma unidade de aumento no logaritmo das vendas e ativos representam aumento nas chances de se optar por uma “*Big*” em, respectivamente, 58,4% e 53,2%. A negociação de ações em bolsa continua a apresentar aumento nas chances de se optar por uma “*Big*” (112,8% em 2000).

O ramo de atividade, entretanto, apresentou nova análise: em 2000, foi o ramo de serviços que apresentou maior chance de optar por uma “*Big*” do que as indústrias (critério base).

5.1.5 2001

Em 2001, havia 597 observações, sendo que uma foi descartada. As variáveis significativas para esse ano são as mesmas apuradas para o ano de 2000. A Tabela 46 apresenta as chances para cada uma das variáveis significativas do modelo.

Tabela 46. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2001)

Variables in the Equation									
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1	ESTATAL	-2,042	,331	37,943	1	,000	,130	,068	,249
	Constant	1,126	,099	128,186	1	,000	3,082		
Step 2	ATIVOS	,802	,104	60,029	1	,000	2,230	1,821	2,732
	ESTATAL	-3,333	,429	60,408	1	,000	,036	,015	,083
	Constant	-8,828	1,265	48,696	1	,000	,000		
Step 3	ATIVOS	,764	,106	51,954	1	,000	2,147	1,744	2,643
	ESTATAL	-2,996	,430	48,510	1	,000	,050	,022	,116
	ESTRANG	1,653	,371	19,829	1	,000	5,223	2,523	10,813
	Constant	-8,623	1,297	44,235	1	,000	,000		
Step 4	BOLSA	,769	,302	6,459	1	,011	2,157	1,192	3,901
	ATIVOS	,686	,109	39,263	1	,000	1,986	1,602	2,461
	ESTATAL	-2,930	,434	45,559	1	,000	,053	,023	,125
	ESTRANG	1,693	,372	20,658	1	,000	5,436	2,619	11,280
Step 5	Constant	-7,799	1,330	34,409	1	,000	,000		
	BOLSA	,893	,306	8,513	1	,004	2,443	1,341	4,450
	ATIVOS	,653	,111	34,600	1	,000	1,921	1,545	2,388
	SERVIÇOS	,775	,284	7,470	1	,006	2,171	1,245	3,784
	ESTATAL	-3,460	,483	51,381	1	,000	,031	,012	,081
	ESTRANG	1,747	,375	21,730	1	,000	5,740	2,753	11,966
	Constant	-7,584	1,346	31,764	1	,000	,001		
Step 6	BOLSA	,892	,307	8,437	1	,004	2,440	1,337	4,455
	VENDAS	,536	,197	7,405	1	,007	1,709	1,162	2,513
	ATIVOS	,405	,142	8,169	1	,004	1,499	1,136	1,980
	SERVIÇOS	,878	,289	9,246	1	,002	2,405	1,366	4,235
	ESTATAL	-3,495	,495	49,939	1	,000	,030	,012	,080
	ESTRANG	1,714	,377	20,634	1	,000	5,554	2,650	11,637
	Constant	-11,259	1,974	32,523	1	,000	,000		

a. Variable(s) entered on step 1: ESTATAL.

b. Variable(s) entered on step 2: ATIVOS.

c. Variable(s) entered on step 3: ESTRANG.

d. Variable(s) entered on step 4: BOLSA.

e. Variable(s) entered on step 5: SERVIÇOS.

f. Variable(s) entered on step 6: VENDAS.

Fonte: Autora (2010)

Mais uma vez se verifica que a negociação em bolsa e o controle estrangeiro aumentam as chances de opção por auditoria “*Big*”, assim como empresas atuantes no ramo de serviços e empresas com maior faturamento e ativos. O controle estatal também se mantém com menores chances de ser auditada por empresa “*Big*”.

5.1.6 2002

Nesse ano havia 557 observações e nenhuma foi descartada. Mais uma vez foram consideradas significativas as variáveis de controle e tamanho da auditada, em chances semelhantes às apuradas nos anos anteriores. Com 95% de confiança a variável liquidez corrente não pode ser aceita, apesar de essa variável independente constar da Tabela 47. Vale ressaltar que, a partir desse ano, a Arthur Andersen não mais atua no ramo de auditoria.

Tabela 47. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2002)

Variables in the Equation ^f								95,0% C.I. for EXP(B)	
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower	Upper
Step 1	ESTATAL	-2,358	,387	37,162	1	,000	,095		
	Constant	1,000	,100	100,811	1	,000	2,717	,044	,202
Step 2	ATIVOS	,739	,101	53,280	1	,000	2,093	1,717	2,552
	ESTATAL	-3,422	,466	53,890	1	,000	,033	,013	,081
	Constant	-8,166	1,239	43,476	1	,000	,000		
Step 3	ATIVOS	,682	,103	43,742	1	,000	1,977	1,615	2,419
	ESTATAL	-3,086	,465	44,118	1	,000	,046	,018	,114
	ESTRANG	1,626	,391	17,254	1	,000	5,081	2,360	10,942
	Constant	-7,692	1,260	37,258	1	,000	,000		
Step 4	VENDAS	,493	,197	6,271	1	,012	1,637	1,113	2,407
	ATIVOS	,434	,141	9,552	1	,002	1,544	1,172	2,034
	ESTATAL	-3,053	,481	40,261	1	,000	,047	,018	,121
	ESTRANG	1,549	,393	15,513	1	,000	4,705	2,177	10,169
	Constant	-10,843	1,851	34,316	1	,000	,000		
Step 5	LIQCORR	-,117	,071	2,691	1	,101	,890	,774	1,023
	VENDAS	,469	,199	5,550	1	,018	1,598	1,082	2,359
	ATIVOS	,457	,142	10,342	1	,001	1,580	1,196	2,087
	ESTATAL	-3,171	,488	42,169	1	,000	,042	,016	,109
	ESTRANG	1,516	,394	14,766	1	,000	4,552	2,101	9,861
	Constant	-10,600	1,880	31,778	1	,000	,000		

a. Variable(s) entered on step 1: ESTATAL.

b. Variable(s) entered on step 2: ATIVOS.

c. Variable(s) entered on step 3: ESTRANG.

d. Variable(s) entered on step 4: VENDAS.

e. Variable(s) entered on step 5: LIQCORR.

f. Stepwise procedure stopped because removing the least significant variable result in a previously fitted model.

Fonte: Autora (2010)

5.1.7 2003

Nesse ano, havia 578 observações e nenhuma foi descartada. As mesmas variáveis de controle acionário e porte da empresa foram significativas, conforme demonstrado na Tabela 48 a seguir.

Em 2003, o teste de Hosmer-Lemeshow também apresentou melhor adequação do modelo quando a variável ativos é retirada e as variáveis significativas de controle acionário novamente foram significativas, bem como o porte da empresa auditada, representado pelo seu total de vendas.

Tabela 48. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2003)

Variables in the Equation								95,0% C.I. for EXP(B)	
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower	Upper
Step 1	ESTATAL	-2,207	,360	37,666	1	,000	,110	,054	,223
	Constant	1,049	,099	112,485	1	,000	2,855		
Step 2	VENDAS	,873	,135	41,560	1	,000	2,394	1,836	3,121
	ESTATAL	-2,612	,402	42,194	1	,000	,073	,033	,161
	Constant	-9,951	1,688	34,765	1	,000	,000		
Step 3	VENDAS	,774	,137	31,930	1	,000	2,168	1,658	2,836
	ESTATAL	-2,287	,399	32,939	1	,000	,102	,046	,222
	ESTRANG	1,999	,438	20,884	1	,000	7,385	3,133	17,408
	Constant	-8,974	1,706	27,670	1	,000	,000		

a. Variable(s) entered on step 1: ESTATAL.

b. Variable(s) entered on step 2: VENDAS.

c. Variable(s) entered on step 3: ESTRANG.

Fonte: Autora (2010)

5.1.8 2004

As mesmas considerações podem ser estendidas para 2004, à exceção da variável vendas, que foi desconsiderada automaticamente do modelo desse ano. A amostra de 2004 possui 574 observações e nenhuma foi descartada. O tamanho da empresa, no entanto, continua representado por meio da variável ativos. A Tabela 49 apresenta o *output* do *software* para 2004.

Tabela 49. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2004)

Variables in the Equation									
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1	VENDAS	,654	,116	31,999	1	,000	1,923	1,533	2,412
	Constant	-7,645	1,468	27,101	1	,000	,000		
Step 2	VENDAS	,697	,119	34,127	1	,000	2,008	1,589	2,537
	ESTATAL	-1,708	,335	25,994	1	,000	,181	,094	,349
	Constant	-8,032	1,511	28,241	1	,000	,000		
Step 3	VENDAS	,244	,171	2,044	1	,153	1,276	,914	1,783
	ATIVOS	,468	,130	12,941	1	,000	1,597	1,238	2,061
	ESTATAL	-2,159	,369	34,188	1	,000	,115	,056	,238
	Constant	-8,070	1,518	28,253	1	,000	,000		
Step 4	ATIVOS	,605	,090	44,908	1	,000	1,831	1,534	2,185
	ESTATAL	-2,262	,363	38,935	1	,000	,104	,051	,212
	Constant	-6,657	1,113	35,776	1	,000	,001		
Step 5	ATIVOS	,569	,092	38,625	1	,000	1,767	1,477	2,114
	ESTATAL	-2,040	,365	31,186	1	,000	,130	,064	,266
	ESTRANG	,861	,274	9,870	1	,002	2,366	1,382	4,048
	Constant	-6,391	1,127	32,162	1	,000	,002		

a. Variable(s) entered on step 1: VENDAS.

b. Variable(s) entered on step 2: ESTATAL.

c. Variable(s) entered on step 3: ATIVOS.

d. Variable(s) entered on step 5: ESTRANG.

Fonte: Autora (2010)

5.1.9 2005

Em 2005, ocorreu o mesmo que em 2002: todas as variáveis de controle acionário e de tamanho da empresa foram significativas para o modelo de regressão logística proposto nessa pesquisa. Esse ano possui 567 observações. A Tabela 50 evidencia as variáveis significativas para 2005 e as respectivas chances.

Tabela 50. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2005)

Variables in the Equation									
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I.for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1	ESTATAL	-1,683	,303	30,934	1	,000	,186	,103	,336
	Constant	,936	,098	90,519	1	,000	2,549		
Step 2	ATIVOS	,562	,089	39,625	1	,000	1,755	1,473	2,091
	ESTATAL	-2,386	,352	45,997	1	,000	,092	,046	,183
	Constant	-6,095	1,107	30,315	1	,000	,002		
Step 3	ATIVOS	,523	,091	33,210	1	,000	1,687	1,412	2,016
	ESTATAL	-2,137	,354	36,384	1	,000	,118	,059	,236
	ESTRANG	1,023	,296	11,934	1	,001	2,781	1,557	4,970
	Constant	-5,800	1,122	26,699	1	,000	,003		
Step 4	VENDAS	,376	,172	4,773	1	,029	1,456	1,039	2,040
	ATIVOS	,322	,128	6,384	1	,012	1,380	1,075	1,773
	ESTATAL	-2,056	,359	32,807	1	,000	,128	,063	,259
	ESTRANG	,992	,297	11,130	1	,001	2,696	1,506	4,829
	Constant	-8,077	1,574	26,337	1	,000	,000		

a. Variable(s) entered on step 1: ESTATAL.

b. Variable(s) entered on step 2: ATIVOS.

c. Variable(s) entered on step 3: ESTRANG.

d. Variable(s) entered on step 4: VENDAS.

Fonte: Autora (2010)

Os dados de 2005 corroboram os anos anteriores: porte da empresa e controle acionário significativos para a escolha do auditor independente. O aumento de uma unidade no logaritmo das vendas e ativos da empresa auditada representam aumento na chance de escolher uma “Big” de, respectivamente, 45,6% e 38%.

5.1.10 2006

Nesse ano a amostra possui 581 observações, sendo que uma delas foi descartada pelo *software*. A análise de 2006 é a mesma para 2005, como pode ser observado através da Tabela 51 que segue (variáveis relacionadas ao controle acionário e tamanho da auditada consideradas significativas).

Tabela 51. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2006)

Variables in the Equation								95,0% C.I. for EXP(B)	
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower	Upper
Step 1	VENDAS	,764	,121	40,123	1	,000	2,147	1,695	2,720
	Constant	-9,092	1,534	35,142	1	,000	,000		
Step 2	VENDAS	,855	,127	45,108	1	,000	2,352	1,833	3,019
	ESTATAL	-1,902	,344	30,629	1	,000	,149	,076	,293
	Constant	-10,071	1,612	39,049	1	,000	,000		
Step 3	VENDAS	,825	,130	40,408	1	,000	2,281	1,769	2,942
	ESTATAL	-1,682	,345	23,784	1	,000	,186	,095	,366
	ESTRANG	1,237	,311	15,783	1	,000	3,447	1,872	6,347
	Constant	-9,884	1,642	36,238	1	,000	,000		
Step 4	VENDAS	,551	,177	9,738	1	,002	1,735	1,227	2,453
	ATIVOS	,284	,128	4,938	1	,026	1,328	1,034	1,706
	ESTATAL	-1,900	,363	27,433	1	,000	,150	,073	,305
	ESTRANG	1,227	,312	15,436	1	,000	3,411	1,849	6,290
	Constant	-9,932	1,648	36,311	1	,000	,000		

a. Variable(s) entered on step 1: VENDAS.

b. Variable(s) entered on step 2: ESTATAL.

c. Variable(s) entered on step 3: ESTRANG.

d. Variable(s) entered on step 4: ATIVOS.

Fonte: Autora (2010)

5.1.11 2007

Em 2007, além das variáveis de controle acionário e de tamanho, duas outras variáveis foram consideradas significativas pelo modelo: a negociação em bolsa e o endividamento de curto prazo da auditada. Entretanto, é importante ressaltar que, para esse ano, o teste de Hosmer-Lemeshow apresentou baixa adequação do modelo.

Com relação à negociação de ações em bolsa, as chances de se optar por uma “*Big*” aumenta 80,4% se a empresa auditada for aberta. Uma empresa de controle estatal tem 83,4% menos chances do que uma empresa brasileira e uma de controle estrangeiro tem 268,7% mais chances.

O endividamento de curto prazo mostrou-se significativo apenas nesse ano, apontando que as chances de se escolher uma empresa “*Big*” se reduzem quando o indicador diminui, o que se alinha à hipótese dessa dissertação. Entretanto, como essa variável foi significativa apenas

para 2007, não se pode afirmar que haja influência do endividamento geral de uma empresa na escolha do auditor. A Tabela 52 apresenta essas variáveis no modelo de regressão logística.

Tabela 52. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2007)

Variables in the Equation									
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I.for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1	VENDAS	,658	,115	32,438	1	,000	1,931	1,539	2,421
	Constant	-7,702	1,477	27,178	1	,000	,000		
Step 2	VENDAS	,750	,122	37,457	1	,000	2,116	1,665	2,691
	ESTATAL	-1,907	,338	31,844	1	,000	,149	,077	,288
	Constant	-8,691	1,559	31,092	1	,000	,000		
Step 3	VENDAS	,710	,125	32,371	1	,000	2,034	1,593	2,598
	ESTATAL	-1,711	,339	25,475	1	,000	,181	,093	,351
	ESTRANG	1,185	,331	12,853	1	,000	3,271	1,711	6,252
	Constant	-8,361	1,587	27,753	1	,000	,000		
Step 4	BOLSA	,682	,254	7,206	1	,007	1,978	1,202	3,255
	VENDAS	,639	,128	25,085	1	,000	1,895	1,476	2,434
	ESTATAL	-1,650	,340	23,608	1	,000	,192	,099	,374
	ESTRANG	1,239	,332	13,908	1	,000	3,452	1,800	6,621
	Constant	-7,609	1,615	22,207	1	,000	,000		
Step 5	ENDIVCP	-,943	,420	5,047	1	,025	,389	,171	,887
	BOLSA	,590	,258	5,241	1	,022	1,804	1,089	2,988
	VENDAS	,636	,128	24,808	1	,000	1,889	1,471	2,426
	ESTATAL	-1,797	,349	26,481	1	,000	,166	,084	,329
	ESTRANG	1,305	,335	15,171	1	,000	3,687	1,912	7,109
	Constant	-6,968	1,637	18,119	1	,000	,001		

a. Variable(s) entered on step 1: VENDAS.

b. Variable(s) entered on step 2: ESTATAL.

c. Variable(s) entered on step 3: ESTRANG.

d. Variable(s) entered on step 4: BOLSA.

e. Variable(s) entered on step 5: ENDIVCP.

Fonte: Autora (2010)

5.1.12 2008

Em 2008, havia 645 observações e nenhuma delas foi descartada pelo programa. Da mesma forma como aconteceu em 1999, o teste de Hosmer-Lemeshow apresentou baixa robustez com a inclusão de todas as variáveis. Dessa forma, a variável ativos foi retirada do modelo, com o intuito de minimizar os efeitos da multicolinearidade existente entre essa variável e a variável vendas. Após a retirada, o teste apresentou adequação do modelo. A Tabela 53 apresenta, portanto, o modelo de regressão logística para 2008 sem a presença da variável ativos.

Nesse ano, a variável representativa do tamanho da auditada continuou significativa, assim como em todos os anos dessa pesquisa, bem como as variáveis de controle acionário. Outra

constatação do modelo é o aumento nas chances de se optar por uma “*Big*” quando a auditada tem ações negociadas em bolsa de valores. Por fim, o ramo de atividade comércio mostrou-se com menores chances de escolha de uma grande empresa de auditoria independente.

Tabela 53. Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (2008)

Variables in the Equation								95,0% C.I. for EXP(B)	
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower	Upper
Step 1	VENDAS	,640	,104	37,496	1	,000	1,896	1,545	2,327
	Constant	-7,613	1,330	32,740	1	,000	,000		
Step 2	VENDAS	,711	,109	42,215	1	,000	2,036	1,643	2,523
	ESTATAL	-1,847	,330	31,323	1	,000	,158	,083	,301
	Constant	-8,353	1,387	36,260	1	,000	,000		
Step 3	VENDAS	,753	,112	44,907	1	,000	2,124	1,704	2,647
	COMERCIO	-1,068	,250	18,217	1	,000	,344	,211	,561
	ESTATAL	-2,017	,335	36,161	1	,000	,133	,069	,257
	Constant	-8,722	1,419	37,756	1	,000	,000		
Step 4	VENDAS	,708	,115	38,088	1	,000	2,029	1,621	2,541
	COMERCIO	-,934	,252	13,739	1	,000	,393	,240	,644
	ESTATAL	-1,833	,337	29,644	1	,000	,160	,083	,309
	ESTRANG	1,006	,305	10,878	1	,001	2,735	1,504	4,973
	Constant	-8,305	1,445	33,024	1	,000	,000		
Step 5	BOLSA	,517	,242	4,546	1	,033	1,677	1,043	2,697
	VENDAS	,657	,117	31,422	1	,000	1,929	1,533	2,426
	COMERCIO	-,842	,256	10,827	1	,001	,431	,261	,711
	ESTATAL	-1,757	,337	27,137	1	,000	,172	,089	,334
	ESTRANG	1,037	,306	11,479	1	,001	2,821	1,548	5,141
	Constant	-7,780	1,468	28,082	1	,000	,000		

a. Variable(s) entered on step 1: VENDAS.

b. Variable(s) entered on step 2: ESTATAL.

c. Variable(s) entered on step 3: COMERCIO.

d. Variable(s) entered on step 4: ESTRANG.

e. Variable(s) entered on step 5: BOLSA.

Fonte: Autora (2010)

5.2 CONCLUSÕES

O modelo de regressão logística apresentado para essa dissertação buscou detectar algumas características das empresas auditadas que seriam indicadores para a escolha de uma empresa de auditoria independente componente do famoso grupo “*Big Four*” (ou até 2001, “*Big Five*”, pois a Arthur Andersen também atuava no ramo). Para tanto, utilizou variáveis não contábeis das empresas auditadas (ramo de atividade, controle acionário e negociação de ações em bolsa), além de variáveis contábeis relacionadas com o relacionamento com credores (índices de liquidez corrente, endividamento geral e de curto prazo e o retorno sobre o patrimônio líquido).

Esses indicadores foram selecionados por serem considerados importantes na análise de credores para a determinação das condições de financiamento para empresas, baseados na hipótese de que credores exigiriam opiniões emitidas por empresas de auditoria “*Big*” de empresas com pior situação econômica e financeira, pois essas opiniões são embasadas em maior qualidade dos trabalhos de auditoria, o que proporciona maior confiabilidade das informações prestadas pela auditada e facilitaria o acesso de capitais de terceiros para as atividades empresariais.

A Tabela 54, apresentada a seguir, fornece todos os anos da pesquisa e as respectivas variáveis com a classificação da significância de cada uma.

Tabela 54. Quadro Resumo das Variáveis Significativas da Equação de Regressão Logística (1997-2008)

	Liquidez Corrente	Endivid. Geral	Endivid. de CP	Comércio	Serviços	Controle Estatal	Controle Estrangeiro	ROE	Bolsa	Ativos	Vendas
1997	não	não	não	sim	não	sim	sim	não	não	sim	não
1998	não	não	não	sim	não	sim	sim	não	não	n/c	sim
1999	não	não	não	sim	sim	sim	sim	não	sim	n/c	sim
2000	não	não	não	não	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim
2001	não	não	não	não	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim
2002	não	não	não	não	não	sim	sim	não	não	sim	sim
2003	não	não	não	não	não	sim	sim	não	não	n/c	sim
2004	não	não	não	não	não	sim	sim	não	não	sim	não
2005	não	não	não	não	não	sim	sim	não	não	sim	sim
2006	não	não	não	não	não	sim	sim	não	não	sim	sim
2007	não	não	sim	não	não	sim	sim	não	sim	não	sim
2008	não	não	não	sim	não	sim	sim	não	sim	n/c	sim

Fonte: Autora (2010)

O quadro resumo apresentado acima mostra que as variáveis que consistentemente apareceram como significativas e, dessa forma, indicativas para a escolha de uma empresa de

auditoria componente do grupo das “*Big Four*” são: controle acionário e tamanho da empresa. Também a negociação em bolsa de valores se mostrou indicativa.

O controle pulverizado possui poucas observações na amostra, o que pode ter sido insuficiente para conclusões pelo modelo. No Brasil, 100% das empresas de controle pulverizado no mercado são auditadas por “*Big*”, mas correspondem a apenas duas empresas, prejudicando a análise.

No caso das estatais, a probabilidade de se escolher uma “*Big*” é menor do que uma nacional (ressalte-se que as grandes estatais foram excluídas do modelo por serem *outliers*); já o controle estrangeiro apresenta chances maiores do que uma nacional de escolher uma “*Big*”.

Com relação ao ramo de atividade, o ramo comercial (que possui menor peso na amostra) apresenta também menor probabilidade de escolher uma empresa de auditoria componente do grupo das “*Big*” do que uma empresa industrial, nos anos em que a variável foi considerada significativa. Para as prestadoras de serviços, nos anos em que a variável foi significativa, a regressão apontou para o aumento nas chances de se optar uma “*Big*” se a empresa for prestadora de serviços em comparação com o critério base: uma empresa industrial.

No que concerne aos indicadores contábeis, os resultados demonstraram que o endividamento geral e de curto prazo, o retorno sobre o patrimônio líquido e a liquidez corrente não são significativos, ou seja, não afetam a escolha do auditor independente. Isso mostra que a posição econômica e financeira de uma entidade de grande porte não é levada em consideração pelo tomador de decisão acerca da escolha da empresa de auditoria.

Esses resultados levam à rejeição da hipótese lançada nesta dissertação (que empresas com pior situação financeira seriam auditadas por empresas de auditoria independente componentes do grupo “*Big Four*” para facilitar o acesso a recursos de terceiros). Entretanto, pode se verificar a relevância do controle acionário nessa decisão. A teoria aponta que controladores estatais têm menor interesse em ter suas empresas auditadas por empresas de auditoria de grande porte, o que se mostrou verdadeiro no contexto brasileiro. O oposto ocorre com o controle estrangeiro: os controladores estrangeiros têm maior probabilidade de contratar uma “*Big*” para auditar suas filiais no Brasil.

6 CONCLUSÕES FINAIS

Boa parte das análises e conclusões desta pesquisa foram apresentadas ao longo dos capítulos 4 e 5. Assim, este capítulo se destina a fazer uma análise conjunta dos dois estudos propostos nesta dissertação, a fim de consolidá-los.

Os dois estudos mostraram-se convergentes em diversos aspectos. É possível perceber, em ambos, a tendência de empresas de controle estrangeiro contratar auditores do grupo “*Big Four*”, o que pode estar relacionado com a credibilidade que uma opinião emitida por “*Big Four*” tem no contexto mundial. O inverso acontece, contudo, com empresas com controle estatal: essas empresas possuem forte tendência para contratar auditores menores. Estudos internacionais já apontaram para essa realidade e isso pode ser explicado por razões políticas, econômicas ou até mesmo para o fomento da atividade de auditoria por outras empresas.

Outra constatação é a maior chance de empresas abertas serem auditadas por auditores “*Big*”, o que pode ocorrer devido à multiplicidade de acionistas que a empresa passa a ter e o consequente aumento da sua visibilidade pelo mercado. Essa característica também já foi testada em outros estudos que apontam para essa tendência.

As duas análises também permitiram averiguar que o tamanho das auditadas influencia nesse processo de escolha. Pode-se perceber a maior concentração das “*Big*” quando se compara a sua abrangência pelos ativos auditados e não simplesmente pela quantidade de empresas da amostra na primeira análise. Da mesma forma, as variáveis ativos e vendas foram significativas no modelo de regressão logística apresentado em todos os anos da pesquisa. Tal fato pode estar relacionado com a limitação de recursos das menores empresas de auditoria independente para realizar trabalhos de auditoria.

Finalmente, não foi verificada influência da situação econômica e financeira da auditada na escolha de uma empresa de auditoria independente. Tal fato somente foi objeto de estudo na segunda etapa desta dissertação, o que impossibilita a análise conjunta com a primeira etapa, de caráter geral.

REFERÊNCIAS

AKERLOF, George A. *The market for "Lemons": quality uncertainty and the market mechanism*. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 84, No. 3. (Aug., 1970), pp. 488-500.

ALMEIDA, Ricardo José de. **Supremacia na fruição dos benefícios gerados pela empresa: os stakeholders e a teoria de finanças**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2003.

ALMEIDA, José Elias Feres de e ALMEIDA, Juan Carlos Goes de. Auditoria e *earnings management*: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas *big four* e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo: v. 20, n. 50, p. 62-74, maio/agosto 2009.

ARRUÑADA, Benito. *La calidad de la auditoría: incentivos privados y regulación*. Marcial Pons. **Ediciones Jurídicas y Sociales**, S.A. Madrid, 1997.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 8ª Edição. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 3ª Edição. São Paulo. Editora Atlas, 2006.

AZEVEDO, Filipe Bressanelli. **Efeito da troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras**. 2007. 53f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (Fucape), 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BC. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em julho de 2009.

BEHN, Bruce K.; CHOI, Jong-Hag, KANG, Tony. *Audit Quality and Properties of Analyst Earnings Forecasts*, 2007.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 4.595 de 31 de dezembro de 1964**. Brasília, DF.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 4.728 de 14 de julho de 1965**. Brasília, DF.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 6.385 de 7 de dezembro de 1976**. Brasília, DF.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e alterações**. Brasília, DF.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.249 de 26 de dezembro de 1995**. Brasília, DF.

BRASIL. Poder Executivo. **Decreto-Lei n. 9.295 de 27 de maio de 1946**. Brasília, DF.

BURTON, John C.; ROBERTS, William. *A study of auditor changes*. **Journal of Accountancy**. Apr 1967.

BUSHMAN, Robert M.; SMITH, Abbie J. *Financial accounting information and corporate governance*. **Journal of Accounting and Economics**, 32 (2001) 237–333.

BRAUNBECK, Guillermo Oscar; CARVALHO, L. Nelson. Rodízio obrigatório de auditorias: emenda pior que o soneto? *In*: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, 2008. São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 2008.

BRIGHAM, Eugene F.; GAPENSKI, Louis C.; EHRHARDT, Michael C. **Administração financeira**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. **O parecer dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis no Brasil**: estudo das limitações ao seu poder de comunicação. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1989.

CHANG, Xin; GYGAX, André F.; OON, Elaine; ZHANG, Hong Feng. *Audit Quality, Auditor Compensation and IPO Underpricing*. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1003707>. Acesso em outubro de 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em julho de 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento conceitual básico. estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em <http://cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em outubro de 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma brasileira de contabilidade - NBC P 1 - Normas profissionais de auditor independente**. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1997/000821>. Acesso em novembro de 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma brasileira de contabilidade - NBC PA 02 - Independência**. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001267>. Acesso em janeiro de 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma brasileira de contabilidade - NBC T 11 - normas de auditoria independente das demonstrações contábeis**. Disponível em

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=1997/000820>. Acesso em novembro de 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma brasileira de contabilidade - NBC TA 200 - Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria.** Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001203>. Acesso em janeiro de 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma brasileira de contabilidade - NBC TA 500 - Evidência de auditoria.** Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001217>. Acesso em janeiro de 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma brasileira de contabilidade - NBC TA 700 - Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.** Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001231>. Acesso em janeiro de 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma brasileira de contabilidade - NBC TA 705 - Modificações na opinião do auditor independente.** Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001232>. Acesso em janeiro de 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma brasileira de contabilidade - NBC TA 706 - Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente.** Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001233>. Acesso em janeiro de 2010.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson, DIAS FILHO, José Maria (Coord.). **Análise Multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia.** São Paulo: Editora Atlas, 2007.

COSTA, Fabio Moraes da; LOPES, Alexsandro Broedel. Ajustes aos US-GAAP: Estudo empírico sobre sua relevância para empresas brasileiras com ADRs negociados na bolsa de Nova Iorque. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo: USP. Edição 30 anos de Doutorado, p. 45-57. Junho, 2007.

DALMACIO, Flávia Zoboli e NOSSA, Valcemiro. **A Teoria de Agência Aplicada aos Fundos de Investimento.** In: ENANPAD, 2003, Atibaia. XXVII ENANPAD 2003, 2003.

DEANGELO, Linda Elizabeth. **Auditor size and audit quality.** *Journal of Accounting and Economics*, 3 (1981) 183-199.

DEFOND, Mark L.; SUBRAMANYAM, K. R. *Auditor changes and discretionary accruals.* *Journal of Accounting and Economics*, 25, p. 35-67. 1998.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1981.

EXAME MELHORES E MAIORES. São Paulo: Julho, 2009.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIPECAFI. **Aprendendo contabilidade em moeda constante**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

FRANCO, Hilário e MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4ª Edição Atualizada. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

FREEMAN, R. Edward; McVEA, John. *A Stakeholder Approach to Strategic Management*. Forthcoming. In: HITT, M.; FREEMAN, E.; HARRISON, J. (eds.). *Handbook of Strategic Management*, Oxford: Blackwell Publishing.

GUEDHAMI, Omrane; PITTMAN, Jeffrey A.; SAFFAR, Walid. *Auditor choice in privatized firms: Empirical evidence on the role of state and foreign owners*. *Journal of Accounting and Economics*, 48 (2009) 151–171.

GUL, Ferdinand A.; FUNG, Simon Yu Kit; BIKKI, Jaggi. *Earnings quality: Some evidence on the role of auditor tenure and auditors' industry expertise*. *Journal of Accounting and Economics*, 47 (2009) 265–287

HAIR JR., Joseph F.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L.; BLACK, William C. *Multivariate Data Analysis*. Fifth Edition. Prentice Hall, 1998.

HAIR JR., Joseph F.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L.; BLACK, William C. **Análise multivariada de dados**. 5ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HEALY, Paul M. e WAHLEN, James M. *A review of the earnings management literature and its implications for standard setting*. November, 1998.

HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. *Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature*. *Journal of Accounting and Economics*, 31 (2001) 405–440

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS – IFAC. *Handbook of international standards on auditing and quality control*, Abril, 2009.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON. Disponível em <<http://www.ibracon.com.br/conheca/>>. Acesso em novembro de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**, 3ª Edição 2004 – 4ª reimpressão em 2007.

ISHIKURA, Edson Ryu. *Assurance Service*: um estudo de novas oportunidades de serviços da auditoria. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de e LOPES, Alexsandro Broedel. **Teoria avançada da contabilidade**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

JENSEN, Michael S. *Value Maximization, Stakeholder Theory, and the Corporate Objective Function*. October, 2001. Disponível em <<http://papers.ssrn.com/abstract=220671>>. Acesso em novembro de 2009.

JENSEN, Michael S.; MECKLING, William H. *Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure*. Journal of Financial Economics, October, 1976, V. 3, No. 4, pp. 305-360.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

LOPES, Alexsandro Broedel. **A informação contábil e o mercado de capitais**. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia**. Tradução da 3ª Edição Norte-Americana. São Paulo. Thomson Learning, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª Edição. São Paulo. Editora Atlas, 2005.

MARTINEZ, Antonio Lopo. Detectando *earnings management* no Brasil: estimando os *accruals* discricionários. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo: USP, V. 19, n. 46, p. 7 – 17. Janeiro/abril 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade e THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

RICARDINO, Álvaro e CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil. **Revista de Contabilidade & Finanças**. São Paulo. n. 35, p. 22-34, maio/agosto/2004.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Administração financeira**. 8ª Edição. São Paulo: Editora McGraw-Hill, 2008.

PIRES, Rodolpho Gonçalves. **A informação contábil e a teoria da agência: um estudo da assimetria informacional em companhias abertas, listadas no novo mercado da bovespa.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA.** 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

SANTOS, Aldomar Guimarães dos e PAGLIATO, Wagner. **Curso de auditoria.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2007.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. *A survey of corporate governance: national bureau of economic research.* Working Paper 5554. Cambridge, MA. April, 1996.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil.** São Paulo: Editora Saint Paul, 2006.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2002.

SOUSA, Almir Ferreira e ALMEIDA, Ricardo José de. **O valor da empresa e a influência dos stakeholders.** São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

SOUZA, Nali de Jesus. **Introdução à economia.** São Paulo: Editora Atlas, 1996.

VILLALOBOS, Sonia Julia Sulbeck. **Qualidade das projeções dos analistas sell side: evidência empírica do mercado brasileiro.** Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2005.

WANG, Quian; WONG, T. J.; XIA, Lijun. *State ownership, the institutional environment, and auditor choice: evidence from China.* **Journal of Accounting and Economics**, 46 (2008) 112– 134

ANEXOS

1 RELAÇÃO DE EMPRESAS QUE COMPUSERAM A AMOSTRA

1.1 Ramo Industrial

3M	Amanco	Arteb
ABB	Ambev	Arysta LifeScience
Aché	Ambev Bebidas	Asia Motors
Aços Villares	Amsted Maxion	Astra
Açotubo	Anaconda	AstraZeneca
Acrinor	Andrade Gutierrez	Atlas Schindler
Acro	Anglo American - Copebrás	Aunde
Açúcar Portobello	AngloGold Ashanti	Aurora
Açucareira Zillo Lorenzetti	Antarctica / MG	Autometal
Acument	Antarctica / PB	Avibras Indústria
Adami	Antarctica da Amazônia	Avipal-NE
Adams	Antarctica do Piauí	Azaléia
Adria	Antarctica do Sudeste	Azaléia-NE
Aethra	Antarctica Norte/Nordeste	Azevedo & Travassos
Agrale	Antarctica Polar	Bahia Pulp
Águas Claras	Antarctica RJ	Bardella
Akros	Aracruz	Barra
Albras	Arcelor Brasil	Barra do Piraí
Alcatel-Lucent	ArcelorMittal	Barra Grande
Alcoa	ArcelorMittal Inox	Barralcool
Algar Agro	ArcelorMittal Tubarão	Basf
Aliperti	Arcor	Basf Poliestireno
Alliquido.	Arezzo	Batavia
ALSTOM	ARG	Baterias Moura
Alstom Elec	Armco	Bayer
Alta Mogiana	Arno	Bayer
Alunorte	Arno Panex	Bayer
Alusa	Arosuco	Bayer CropScience
Alusa Engenharia	Arrepar	BBA
Aluvale	Arroz Urbano	Beira Rio

Belfo Bekaert	Bristol-Myers Squibb	CCB
Belgo Bekaert-NE	Britânia	CCE
Belgo Piracicaba	BSBios	CCE-AM
Belgo-Mineira Bekaert	BSH Continental	CCES
Belgo-Mineira Participação	Buettner	CCLPL-Batavo
Bematech	Bunge Alimentos	Cecrisa
Berneck	Bunge Fertilizantes	Cedro e Cachoeira
Bertin	Busscar	Celucat
Bertol	C.C.L.	Celulose Irani
BF	C.R. Almeida	Cenibra
BHP Billiton	Caal	Cereser
Bianchini	Cacique	Cervejaria Astra
Bic	Cadam	Ceval Centro-Oeste
Bimbo do Brasil	Café do Ponto	Chapécó
Biolab Sanus Farmacêutica	Cahiva	Cia. Fluminense Refrigerantes
Biosintética	CAIO	Cia. Iguaçu
Boehringer Ingelheim	Caloi	Cia. Petrolífera Marlim
Bom Gosto	Caloi Norte	Cia. Providência
Bombril	Camargo Corrêa	Cia. Suzano de Papel e Celulose
Borealis	Canguru	Cigla
Borlem	Caraíba	Cimento Gaúcho
Bracol	Caramuru Alimentos	Cimento Goiás
Brahma	Carbocloro	Cimento Itaú
Brampac	Cargill	Cimento Mauá
Brasal Refrigerantes	Carioca Engenharia	Cimento Montes Carlos
Brascan	Cauê	Cimento Portland CE
Brasfio	Cauê	Cimento Ribeirão
Brasil Ecodiesel	CBA	Cimento Rio Branco
Brasilata	CBB/Ambev	Cimento Rio Branco
Braskem	CBC	Cimento Tocantins
Brasmetal	CBC Cartuchos	Cimento Tupi
Braspérola	CBCC	Cimentos Liz
Braspetro	CBMM	Cimepar
Brastemp da Amazônia	CBPO	Cimesa
Brenntag	CBV	Cimob

Cinpal	Cosipa	Du Loren
Cipasa	Cosipar	Dufer
Ciser	Cosuel	DuPont
Cisper	Coteminas	Duratex
Cisper	Coteminas	Duratex Madeira
Cisper - São Paulo e Rio	Cotrel	Egesa
Citrosuco Paulista	Cotriel	Eisa
CIV	Cotrigo	EIT
Clariant	Cotrisel	Electrolux
Clarion	CPFL	Elegê
Clealco	CR Almeida Obras	Elekeiroz
CMM	CRA	Elekeiroz
CNT	CRBS	Eleva
Coca-Cola / Perma	Cremer	Elgin
Coca-Cola Guararapes	Crios	Eliane
Coca-Cola Ribeirão Preto	Crown	Eluma
Coca-Cola/Cial	CSN	Embaré
Cocatrel	CSN Cimentos	Embraco
Cofap	CTA - Continental	Embraer
Cofap Anéis	Dacarto	Embraer
Cognis	Dakota-NE	EMS Sigma Pharma
Comau do Brasil	Dana-Albarus	EMSA
Comil	Danone	Enesa
Compar	Dass-Sport & Style	Enfil
Concremat	Dedini	Engepack-SP
Concreto Engemix	Defensa	Engevix
Confab Tubos	Delta Construções	Enterpa
Confepar	Destilaria Andrade	Enxuta
Conservas Oderich	Deten Química	Epcos do Brasil
Constran	DHB Componentes	Equipav
Construcap	Diageo	Ericsson Telecomunicações
Construtora Barbosa Mello	Diplomata	Esab
Construtora Tenda	Dixer	Esmaltec
Construtora Triunfo	Dixie Toga	Estacon
COONAI	DM	Estaleiro Mauá
Copacol	Dohler	Estrela
Copas	Dori Alimentos	Eternit
Copesul	Doux	Eucatex
Coprodal	Dow	Eurofarma
Cosan	Dow Brasil Nordeste	Evadin Amazônia

Evonik Degussa	GDK	Iharabras
Faber-Castell	Gerdau	ILPISA
Facchini	Gerdau Açominas	Imcopa
Fairway	Gerdau Aços Especiais	Inal
Farmasa	Gerdau Aços Longos	Inal
FBA	Gerdau Comercial de Aços	Inbrac
FBA	Gevisa	Incepa
FCC	Gillette	Incepa Revestimentos
Ferbasa	Glaxo Wellcome	Ind. Reunidas Raymundo da Fonte
Ferreira Guedes	Gomes da Costa	Indústrias Klabin
Ferro-Liga Maringá	Gonvarri	Innova
Ferteco	GPC	Intecnial
Fertibrás	Gradiente	Intelbras
Fertigran	Granja Rezende	International Engines
Fertilizantes Mitsui	Granol	International Paper
Fertilizantes Serrana	Grendene	Intervet
Fertipar	Grendene Calçados	Invista Nylon
Fertisul	GROB	Ipiranga Asfaltos
Fertiza	Grupo Delga	IPQ
Fiat	Guabi	Isopol
Fibra	Guarani	Itabrasco
Ficap	Guararapes	Itambé
Fidens	Guerra	Itambé Cimento
Finobrasa	Hammer	Itap Bemis
Flora	Helibrás	Itasa - Itacolomy
Fosfertil	Henkel Surface	Ivaí
Fras-Le	Hering	Iveco Fiat
Fratelli Vita	Heringer	Iveco Latin America
Friogoara	Hispanobras	IVI
Frigol	Hochtief	J. Macedo
Frigorífico Mercosul	Hoechst	J. Macêdo
Frigorífico Minerva	Holcim	J. Macedo Alimentos
Frimesa	Hospfar	Jandaia
Frisa	Hypermarcas	Jaraguá Equipamentos
Fundição Tupy	Ibar	Jarcel Celulose
Furukawa	IBA-RN	Jari
Gafisa	IBF	JBS
Galvani	Ibrame	John Deere
Galvão	Iesa Óleo & Gás	Josapar
Garoto	Igaras	Jumil

Kaiser Nordeste	Mabel Alimentos	Milenia
Karsten	Maeda	Milenia
Kepler Weber Industrial	Maeda Agroindustrial	Mili
Keppel Fels	Magnesita	Millennium
KHS	Magnesita	Minasligas
Kibon - Sorvane	Magneti Marelli	Mineração Buritirama
Kimberly-Clark	Magneti Marelli Cofap	Mineração Caraíba
Klabin	Magneti Marelli Cofap Autopeças	Mineração Morro Velho
Kobrasco	Mahle	Mineração Serra Grande
Koerich	Mamoré	Minuano
Kordsa Brasil	Manati	Mococa
Kowalski	Manchester	Moinhos Cruzeiro do Sul
Kraft Foods	Mangels	Monark
Kraft Lacta	Mantecorp	Monsanto
KSB	Marcopolo	Monsanto-NE
Kuala	Marfrig	Montcalm
Laboratório Cristália	Marilan	Morlan
Lafarge	Marisol	Mosaic
Laginha	Marisol	Móveis Carraro
Lanxess	Mascarenhas Barbosa	Móveis Itatiaia
Lanxess Indústria	Master	MRN
Lar	Mataboi	MRV Engenharia
Latasa Nordeste	Maxion	Mundial
LDC	Maxion	MWM Internacional Motores
LDC Agroindustrial	MBR	Nadir Figueiredo
LDC Bioenergia	Medabil	Nakata
Leco	Medley	Namisa
Leitesol	Melhoramentos Papéis	Natura
Levorin	Melitta	NEC
LG-AM	Mendes Junior	Neo Química
Lilly	Mendes Júnior Engenharia	Nestlé
Linde Gases	Mercedes-Benz	Nexans
L'Oreal Brasil	Merck	Nibrasco
Lorenzetti	Metalfrio	Nitro Química
Lupo	Metalic Nordeste	Nitrocarbono
M&G Polímeros	Metalúrgica CBL	Norsa
M. Dias Branco	Metisa	Norton
M. Officer	Método	Nortox
Mabe Campinas	Metso	Novamarlim Petróleo
Mabe Itu	Metso Minerals	Novartis

Novelis	Piraquê	Refinaria Riograndense
Nufarm	Piratini	Renault
Nutril	Pirelli Pneus	Renauxview
Nutron Alimentos	Pisa	Renner Sayerlack
O Boticário	Placas	Repsol YPF
OAS	Placibras	Rexam
Ocrim	Plascar	Rezende Óleo
Odebrecht	Plásticos Mueller	Rhodia
Oleoplan	Polialden	Rhodia Farma
Olvepar	Polibrasil Resinas	Rigesa
Olvepar	Polietilenos	Rima
OPP	Politeno	Rimet
Opp	Polyenka Ltda.	Rio Capim Caulim
Orlândia	Portobello	Rio Negro
Orsa	Póstron	Rio Polímeros
Orsa	PPE Fios	Rip
Orsa Celulose	Prada	Ripasa
Oxitenó	Procter & Gamble	RMB
Oxitenó-NE	Prodome	ROB
Painco	Produquímica	Roche
Pamplona	Profértil	Romagnole
Panasonic	Promon Telecom	Romi
Panatlântica	Pronor	Rossi
Paramount Lansul	Prysmian	RPM
Paramount Têxteis	Prysmian Telecom	S.A. Paulista
Parmalat	Quaker	Sabó
Paulo Octávio	QuantiQ	SadeFem
Penabranca	Quattor	Sadia
Penalty	Quattor Químicos	Sadia
Penha	Queiroz Galvão	Sadia Agroavícola
Perdigão	Quero	Sadia Concórdia
Perdigão Agroindustrial	Racional	Saint-Gobain
Petrobras	Rações Total	Saint-Gobain
Petrocoque	Randon	Sama
Petronas Lubrificantes	Randon Implementos	Samarco
Petropar Embalagens	Rayovac	Samitri
Pettenati	Recrusul	Samsung
Philips Nordeste	Refap	Sandvik
Pif Paf	Refinaria de Manguinhos	Sandvik MGS
Pif Paf	Refinaria Piedade	Sansuy

Santa Amália	Sipcam Isagro Brasil S.A	Telemont
Santa Elisa	Skol-Caracu	Tenaris Confab
Santa Elisa	SLC Alimentos	Tenenge
Santa Maria	SMS Demag	Termomecânica
Santaconstancia	Sol Coqueria	ThyssenKrupp
Santanense	Sola	Tigre
Santelisa	Solvay Indupa	Tilibra
Santher	Souza Cruz	Toália
Santista Alimentos	Spaipa Coca-Cola	Todeschini
Santo Antônio	SPAL	Toniolo, Busnello
Sanyo	Sperafico	Tortuga
São Paulo Alpargatas	Splice do Brasil	Tower Automotive do Brasil
Satipel	Springer Carrier	Toyota
Satipel Minas	Sta.Bárbara Engenharia	Trafo
Saturnia	Stemac	Tramontina Cutelaria
Sayerlack	Stora Enso Arapoti	Trikem
Schahin	STX Europe	Triumph Internacional
Schering	Sucorrico	Triunfo
Schering Plough Saude Animal	Sultepa	Trombini
Schincariol N-NE	Sulzer	Trombini Papel
Schincariol-NE	Sundown	TRW Varga
Schincariol-RJ	Superfrango	Tuper
Schincariol-SP	Supermix	Tupy
Schneider Electric	Suspensys	Tutela
Schuler	Suzano	U & M
Schulz	Svedala	Ultrafertil
Schweitzer-Mauduit	Syngenta	União Farmacêutica
Seara	Tafisa	Única
Selmi	Takata-Petri	Unilever
Semeato	Taurus	Union Carbide
Semp Toshiba	Tavex	Unipar
Semp Toshiba-AM	Tavex Brasil	Urucum
Serveng-Civilsan	TBM	Usaúcar
Setal Construções	Tebasa	Usiminas
Sharp do Brasil	Techint	Usiminas
Showa	Technos AM	Usiminas
Sidepar	Teka	Usiminas Mecânica
Siderúrgica Barra Mansa	Tekno	Usina Alto Alegre
Siemens Eletroeletrônica	Teksid	Usina Batatais
Sifco	Telcon	Usina Bonfim

Usina Caeté	Vale Manganês	Votorantim Metais Zinco
Usina Cerradinho	Valesul	Vulcabrás-NE
Usina Colombo	Valtra	Weg Automação
Usina Coruripe	VCP	Weg Equipamentos
Usina Costa Pinto	Vega do Sul	Weg Indústrias
Usina da Barra	Veracel	WHB Fundição
Usina da Barra	Vetor Plásticos	Whirlpool
Usina da Barra	Via Empreendimentos	White Martins-N
Usina da Pedra	Via Engenharia	White Martins-NE
Usina Itaquara	Vicunha	White Martins-SE
Usina Maracá	Videolar	Wickbold
Usina MB	Viena	Wirex
Usina Nova América	Vigor	WTorre Engenharia
Usina Santa Adélia	Villares Metals	Wyeth
Usina Santa Cruz	Vilma Alimentos	Xinguleder Couros
Usina São João	Vipal	Yakult
Usina São João	Virgolino de Oliveira	Yara
Usina São Martinho	VMN	YKK
Usina Vale do Verdão	Voith Paper	Yoki Alimentos
Usinas Itamarati	Voith Siemens	Zamproga
Usiparts	Vonpar	Zaraplast
UTC Engenharia	Votorantim	ZF
V&M	Votorantim Cimentos	Zoomp
Vale	Votorantim Cimentos N/NE	
Vale do Rosário	Votorantim Industrial	

1.2 Ramo Comercial

ABC Supermercados	Araújo	BR Distribuidora
Agip Distribuidora	Arcom	Brasif
Agreco	Armazém Paraíba	Brasilwagen
Ale	B2W	Brasimac
Alesat	Barateiro	Breithaupt
Amaggi	Batavo	C. Vale
Americanas.com	Bauko	Cálamo
Angeloni	Belagricola	Caltabiano
Arapuã	Benafer	Camda
Arapuã Comercial	Bompreço Bahia	Camil

Capal	Cotrijal	Guaxupé
CAPH	Cotripal	Hermes
Carbel	Cotrisal	Hortifruti
Carol	CPA	Insinuante
Carvalho Atacado	Crystalsev	Inspection
Casas Pernambucanas-SP	D'Avó	Integrada
Castrolanda	Dimed	Ipiranga
CCV	Dinor	Ipiranga Distribuidora
Cesta do Povo	Disbrave	Itaipu
Cisa	Distribuidora Automotiva	Jorlan
Clarex	DMA	JPAR - Distribuidora de Veículos
Coamo	DPaschoal	Languiru
Coasul	Droga Raia	Le Lis Blanc
Cocamar	Drogaria São Paulo	Leo Madeiras
Cocapec	Drogarias Pacheco	Leroy Merlin
Cocari	Drogasil	Livraria Saraiva
Coimex	Duratex Exportadora	Livraria Siciliano
Comercial Carvalho	Ello-Puma	Lojas Americanas
Comercial de Alimentos Carrefour	Elmo	Lojas Brasileiras
Comercial Gerdau	Farmácia Pague Menos	Lojas CEM
Comigo	Farmácias Drogamed	Lojas Colombo
Cooagri	Farmacias Sant'Ana	Lojas Koerich
Coop	Fasal	Lojas Quero-Quero
Cooparaíso	Ferramentas Gerais	Lojas Riachuelo
Coopavel	Fiagril Agromercantil	Lojas Salfer
Cooper Al	Fiori	Lojas Yamada
Cooperalfa	First	Magazine Luiza
Cooperativa Agrária	Florença	Makro
Coopercitrus	Fluxo	Manguinhos Distribuidora
Cooxupé	Formosa Supermercados	Mantecorp Logística
Copagril	Frigelar Moto Refrigeração	Mappin
Copercampos	Fujioka	Maqnelson Agrícola
Copédia	G. Barbosa	Marcosa
Copersucar	G. Barbosa	McDonald's
Coplacana	GAM	Mercantil Nova Era
Copper Trading	Giassi Supermercados	Minasmáquinas
Corol	Grazziotin	Modelo
Cotia	Green Automóveis	Móveis Gazin
Cotia Trading	Grupo Martins	Nacional Supermercados
Cotia Trading S/A	Guanabara Diesel	Officer

Olivebra	Sementes Selecta	Tangará
Original Veículos	Sendas	TCI
Paes Mendonça	Sendas	Tenda
Panambra	Serlac	Tietê Veículos
Panvel Farmácias	Sertrading	Tok&Stok
Pão de Açúcar	Servimed	Tracbel
Pesa	Servopa	Treelog
Petrobahia	SG	Tristão
Petróleo Sabbá	Shell	Trop
Polipetro	Simab	Tumelero
Ponto Frio	Simpala	Unicafé
Potencial Petróleo	Sinocar	Unidasul
Profarma	SND	Unipar Comercial
Rede Zacharias	Socil	ViaSul
Renault Coml	Sorana	Vila Nova
Renner	Sotreq	Vitapelli
Rilisa	Sotreq	Vivara/Home Store
Rio Doce Café	South Service	Vocal
Rodobens Caminhões-SP	Souza Cruz Trading	Weg Exportadora
SAB Company	SPP Agaprint	Weg Exportadora
SAB Trading	Starexport	WMS
Sabrico	Submarino	Zamboni Comercial
Saga	Supermercado Gimenes	Zona Sul
Sé Supermercados	Supermercados Bompreço	

1.3 Ramo de Prestação de Serviços

A. Telecom	ALL	Ática
Abnote	ALL - América Latina	Atlas Transportes
Abril	ALL - Malha Norte	ATP
Absa Cargo Airlines	ALL Intermodal	AutoBan
Accenture	ALL Malha Paulista	Autotrac
Accor Hotels	Amazônia Celular	Baesa
AES Eletropaulo	Americel	Bahiagás
AES Sul	Amesp Saúde	Baía de Sepetiba
AES Tietê	Amil	Bandeirante
AES Uruguaiana	Ampla	Blue Life
Algar Telecom	Andritz Hydro Inepar do Brasil	BM&FBovespa
Aliança	Assim	Bovespa
Aliança Navegação	Atento	Boviel-Kyowa

Brasranitas	Cemig Distribuição	Construtel
Brasil Telecom	Cemig GT	Contax
Brasil Telecom Celular	Central Nacional Unimed	Contax
Brasilgás	CEP	Coopercarga
Brasympe	Cepisa	Copagaz
Breitener	Ceron	Copasa
BSE	Cesan	Copel
Bull	Cesp	Copel
Caesb	CET	Copel DIS
Cagece	Ceterp	Copergás
Cagepa	Cetesb	Corsan
Caiuá	Ceva	Cosern
Casa da Moeda	CGTEE	CPFL - Paulista
Casan	CGTF	CPFL - Piratininga
CAVO	Chesf	CPFL Brasil
Cbcc	Cia. Interconexão Energética	CPFL Geração
CBLC	CIEE	CPFL Santa Cruz
CBTU	Cinemark	CPM Braxis
CDRJ	Cinemas São Luiz	CPM Sistemas
CDSA	Claro	CPRM
Ceal	Claro Digital	CPTM
CEB	Claro/ATL	Credicard
CEB	CLEP	CRT
Cedae	CNEC	CSU
CEEE	Cobra	CTBC
CEEE-GT	Codesp	CTBC - SP
CEG	Codevasf	CTBC Celular/Algar Telecom
CEG Rio	Coelba	CTBC Participações
Cegás	Coelce	CTEEP
Cegelec Engenharia	Cohab - PE	CTIS
Celesc	COHAB / RP	Damovo
Celesc Distribuição	Columbia	Daruma
Celg	Cometa	Dasa
Celpa	Comgás	Data
Celpe	Comlurb	Datamec
Celtins	Compagas	Dataprev
Ceman	Companhia Energética Meridional	Dedic
Cemar	Compesa	Della Volpe
Cemat	Comunicação Três	Dersa
Cemig	Conab	DFV

Diebold-AM	Fidelity	Interclínicas
Diebold-SP	Fininvest	Intermédica
Directv	Flamengo	Investco
Dix Saúde	Fleury Medicina e Saúde	Itapebi
Docepar	Flumitrens	Itapemirim
DSND	Folha da Manhã	Itasa
Duke Energy	FTD	Itautec
E.C.T.	Furnas	Itautec.Com Serviços
Ecourbis	Gás Natural São Paulo Sul	JPE
Ecovias	Gasmig	Kwikasair
Editora Abril	Gazeta Mercantil	LG
Editora Azul	GBH	Libra
Editora Globo	GE Celma	Libra Terminais
Editora O Dia	GE Varig	Líder Aviação
Editora Saraiva	Global	Light Energia
Elektro	Globo	Light Sesa
Elektrobrás	Gol	Liquigás
Eletronorte	Golden Cross	Localiza
Eletronuclear	Gontijo	Loga
Eletrosul	GR	Log-In
Emae	Grupo Júlio Simões	Mackenzie
Embasa	Hapvida	MAESA
Embratel	HCPA	Manaus Energia
Empresa de Navegação Elcano	Hewlett Packard Brasil	Medial Saúde
Enercan	Hicorp	Medidata
Energisa Sergipe	Hospital 9 de Julho	Mediservice
Energisa Minas Gerais	Hospital A.C..Camargo	Metrô
Energisa PB	Hospital Albert Einstein	Metrô Rio
Enerpeixe	Hospital Beneficência Portuguesa	Microservice AM
Enersul	Hospital e Maternidade São Luiz	Microtec
Enertrade	Hospital N.S. Conceição	Mills
Epagri	Hospital Santa Catarina	Montreal Informatica
EPTE	Hospital São Rafael	MPE
Escelsa	Hospital Sírio Libanês	MRS
Estadão	HP Computadores	Multiplan
Estado de Minas	Iesa	NC Energia
Expresso Araçatuba	Imesp	Nordeste
FCA	INB	Norsul
Fepasa	Infoglobo	Novadata
FGV	Infraero	NovaDutra

Novatrans	RR Donnelley	TAM
Odontoprev	Ryder	TAM
OESP Gráfica	Sabesp	Tap
Oi	Sada	TBG
Omint	Samcil	TecBan
Orbitall	Sanasa Campinas	Tegma
Osec	Saneago	Tejofran
Ouro Verde	Sanepar	Telasa Celular
PCEL	Santa Casa de Porto Alegre	Telebrasília
Pegasus	Santa Casa de São Paulo	Telebrasília Celular
Plantar	Santender Serviços	Teleceará
Playcenter	Santos-Brasil	Teleceará Celular
Politec	São Cristóvão	Telefônica
Posigraf	Sapore	Telefônica
Positivo	SATA	Telegoiás
Primesys	SAV	Telemar
Prodam/SP	Saveiros	Telemar - SE
Prodemge	SBT	Telemar AL
Prodesp	SCGás	Telemar Bahia
Promon Engenharia	Scopus	Telemar Pa
Promon IP	Semesa	Telemar PB
Prosegur	Semp Toshiba Informática	Telemar PI
Protege	Serasa	Telemar RN
Publicar	Sercomtel	Telemar-MG
PUC Rio	Serpro	Telemat
PUC-Campinas	SHV Gás	Telemazon
PUC-PR	Sociedade Universitária Gama Filho	Telemig Celular
PUC-SP	SPDM	Telems
Puras do Brasil	SPGAS	Teleperformance CRM
Qualix	SPTrans	Telesc
Ramos Transportes	SPVias	Telesc Celular
Rapidão Cometa	Star One	Telest
Rede	Stefanini	Telma
Rede Globo	Sulamed	Telpe
Rede Sarah	Sulamed	Termope
Redecard	Sulgás	Termorio
RFFSA	Supergasbras	Terra
RGE	Syngenta Seeds	Tess
Rio Sul	T4F	Thomson Multímídia-AM
Rodonorte	TAG	Ticket

TIM - Paraíba	Unidas Rent a Car	Vega
Tim Celular	Unimed Belém	Vésper
Tim Nordeste	Unimed BH	ViaOeste
Tim Sul	Unimed Campinas	Visa Vale
TIM-NE	Unimed Cuiabá	Visanet
Tivit Tecnologia	Unimed Curitiba	Vivax
Tivit Tecnologia da Informação	Unimed do Estado de SP	Vivo
Tivit Terceirização	Unimed Fortaleza	Vivo - BA
TNT Mercúrio	Unimed Nordeste RS	Vivo - DF
Total Fleet	Unimed Paulistana	Vivo - GO
Totvs	Unimed Porto Alegre	Vivo - NBT
Tractebel Energia	Unimed Rio	Vivo - RS
Tradener	Unimed Vitória	Vivo - SP
Transbrasil	Universidade Anhembi Morumbi	Vivo - TMS
Transpetro	Universidade Estácio de Sá	Vivo - TMT
Trip	UOL	Vivo-ES
TSN	UTE Norte Fluminense	Vivo-RJ
T-Systems	VARIG	Vix
TV Paranaense	Varig	VR
TVA	VarigLog	Zero Hora
Ubea	VASP	
Ultragaz	VBC	